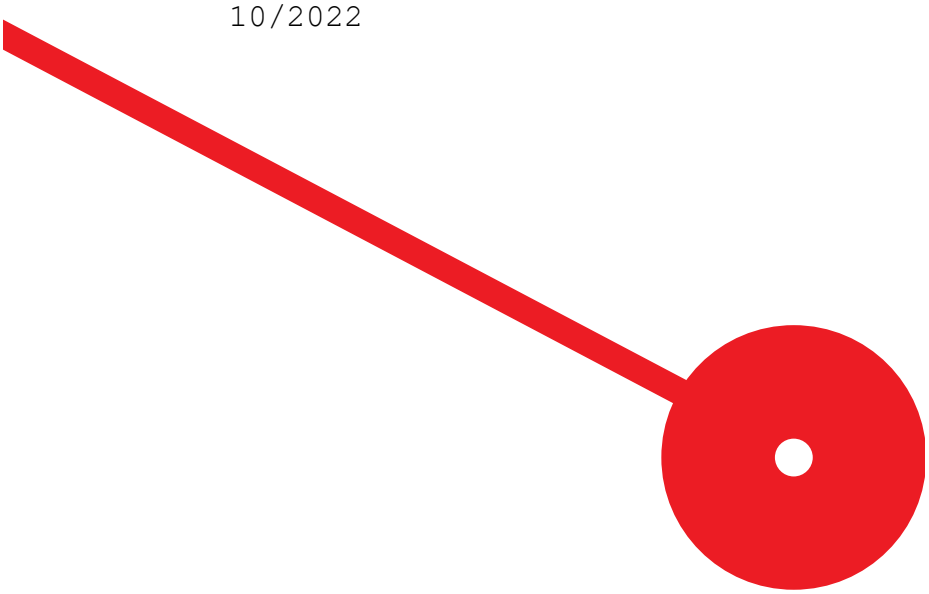
INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

M MESTRADO
Gestão e Regime Jurídico-Empresarial da Economia Social

O "arquipélago" da Economia Social nos Açores

Paulo José Lourenço Paim Barcelos

10/2022



Nome: Paulo José Lourenço Paim Barcelos. Título: O "arquipélago" da Economia Social nos Açores
10/2022

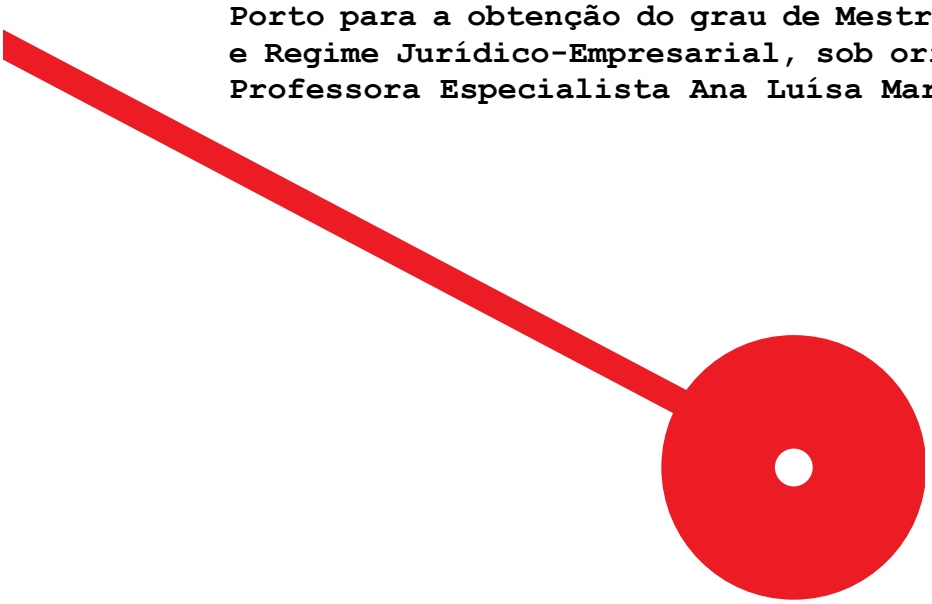
INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

M MESTRADO
Gestão e Regime Jurídico-Empresarial da Economia Social

O "arquipélago" da Economia Social nos Açores

Paulo José Lourenço Paim Barcelos

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Gestão e Regime Jurídico-Empresarial, sob orientação da Professora Especialista Ana Luísa Martinho.



Nome: Paulo José Lourenço Paim Barcelos Título: O "arquipélago" da Economia Social nos Açores
10/2022

Um arquipélago são ilhas que estão sempre a descobrir-se e a ser descobertas. Do arquipélago como natureza, história e lugar de sonho, são os Açores acabado exemplo. O que neles é vivido como origem, espaço sem história, inscrito no cerne de todos os romances familiares que o homem dos Açores recomeçará sem fim, não é a terra, insólita na sua irrupção, repouso e ameaça na sua presença, mas o Mar, substância matricial da vida, escondendo a lava ainda não arrefecida da criação.

Eduardo Lourenço, "Antero ou a Noite Intacta", p.135

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha família.

Agradecimentos

À Professora Ana Luísa Martinho pela orientação deste projeto, pela disponibilidade e pelo apoio incondicional e encorajamento ao longo de todo o percurso.

Aos Senhores António Pedro Costa, Fernando Pimentel, José Humberto Chaves, Luís Costa e Ricardo Freitas que, nos seus concelhos e ilhas, permitiram aferir do rigor do nosso intento de mapeamento das entidades da economia social nos Açores

Para este trabalho relevo também os contributos dos Senhores António Bento Barcelos, António Maio, Gualter Furtado, João Canedo Reis e José Mancebo Soares.

Aos meus amigos e aos colegas de mestrado.

Resumo:

Este trabalho de dissertação tem como objetivo principal contribuir para a caraterização, tanto quanto possível, na medida em que a informação carece de escassez, desactualização e dispersão, o setor da economia social nos Açores. Trata-se de uma região atlântica que se singulariza pela sua dimensão (nove ilhas) dispersa ao longo de 600 quilómetros, caraterística que confere profundidade a Portugal e à Europa e entrelaça desde a epopeia dos descobrimentos o Velho e o Novo Mundo.

Atentos às suas especificidades geográficas, sociais e económicas procuramos mapear – quase cartografar - e apreender a realidade da economia social na região portuguesa mais periférica da Europa que, ainda hoje, apesar de todos os apelos em sentido contrário, mantém vivas a auto-ajuda, a cooperação e a solidariedade. Princípios que a Região entronizou no Império do Divino e anualmente, na segunda-feira do Espírito Santo, comemora como o seu Dia.

De caráter exploratório, este trabalho de investigação baseou-se na triângulação de informação recolhida através de dados primários e secundários. Com efeito, foram realizadas entrevistas semiestruturadas a atores-chave do setor cooperativo e social e analisadas bases de dados de entidades públicas e privadas.

É possivel verificar que a economia social está presente nos Açores, desde do início do povoamento do arquipélago, primeiramente corporizada nas irmandades e confrarias, e depois nas misericórdias. Com altos e baixos, de acordo com as dinâmicas da sociedade, a economia social na Região chega aos nossos dias com provas dadas de vitalidade e da valia da atividade que, em diferentes áreas e setores, desenvolve em prol do bem comum.

No entanto, conclue-se que é imperativo, não só em nome das boas práticas, mas sobretudo pelos ganhos que se alcançam, desde logo, no curto prazo, colher e trabalhar dados e informação complementar necessária à adequada e permanente atualização da Conta Satélite da Economia Social, bem como à criação de uma base de dados de âmbito regional que permita uma melhor gestão dos equipamentos e demais recursos alocados ao setor.

Palavras chave: economia social, Conta Satélite para a Economia Social, Solidariedade, Açores.

Abstract:

This dissertation work has as main objective to contribute to the characterization, as much as possible, insofar as information lacks scarcity, outdated and dispersion, the social economy sector in the Azores. It is an Atlantic region that stands out for its size (nine islands) spread over 600 kilometers, a characteristic that provides depth to Portugal and Europe, and intertwines the Old and New Worlds since the epic times of the Discoveries.

Attentive to its geographical, social and economic specificities, we seek to represent – almost map – and apprehend the reality of the social economy sector in the most peripheral Portuguese region of Europe. Even today, and despite all distractions to the contrary, this region has kept self-help, cooperation and solidarity alive: values that have been enthroned in the concept of the Império do Divino (Empire of the Divine) and that are annually celebrated on Holy Ghost Monday, which is simultaneously the "Day of the Azores".

Of an exploratory nature, this research work was based on the triangulation of information collected through primary and secondary data. Indeed, semi-structured interviews were carried out with key actors in the cooperative and social sector and databases of public and private entities were analyzed.

It is possible to verify that the social economy sector has been present in the Azores, since the beginning of the population of the archipelago, first embodied in fraternities and brotherhoods, and later in holy houses of mercy. With ups and downs, according to the dynamics of society, social economy in the Region reaches our days with evidence given of the vitality and value of the activity it develops for the common good, in different areas and sectors.

Not only in the name of good practices, but above all, for the gains that could be achieved, one must conclude that it is imperative, in the short term, to collect and work with data and complementary information necessary for the adequate and permanent updating of the Satellite Account of Social Economy, as well as to create a regional database that would allow for an optimized management of social equipment and other resources allocated to the sector.

Key words: social economy, Satellite Account for Social Economy, Solidarity, Azores.

Índice geral

Introdução **1**

Capítulo I – Economia social: Da galáxia ao rio e seus afluentes **3**

1.1. Os conceitos 5

1.1.1. Economia Social 5

1.1.2. Economia Solidária 7

1.1.3. Terceiro Setor 9

1.1.4. Empreendedorismo Social e Empresa Social 11

1.2. Falhas do mercado e do Estado 13

Capítulo II – A Economia Social em Portugal em linha com a União Europeia **16**

2.1. Um setor secular 16

2.2. Abril de 1974 embala a economia social 18

2.3. A adesão à União Europeia 19

2.4. A Lei de Bases da Economia Social 21

2.5. Conta Satélite da Economia Social 32

Capítulo III – Economia Social nos Açores **36**

3.1. Açores: A "universal escala" 37

3.2. Solidariedade: O Império do Divino 39

3.3. As "Ilhas Adjacentes" 41

3.4. Autonomia: uma conquista de Abril 43

3.5. Um "debate" parlamentar sobre cooperativismo 45

3.6. IRASC: uma "espécie" de INSCOOP que se transformou em SISCOOP 47

3.7. SREA – Estatística sem meios 49

Capítulo IV – Metodologia **52**

Capítulo V – Apresentação e Discussão dos Resultados **57**

5.1. Cooperativas 62

5.2. Mutualidades 64

5.3. Misericórdias 65
5.4. Fundações 68
5.5. ACFA (Associações com fins altruísticos) 68
5.6. IPSS 70
5.7. Um retrato geral 71
Capítulo VI – Considerações finais 76
Referências bibliográficas 79
Apêndices 86
Apêndice I – Guião para as entrevistas aos atores-chave 87
Apêndice II – Entidades do Concelho de Vila do Porto (ilha de S. Maria) 88
Apêndice III – Entidades do Concelho de Lagoa (ilha de S. Miguel) 90
Apêndice IV – Entidades do Concelho de Nordeste (ilha de S. Miguel) 92
Apêndice V – Entidades do Concelho de Ponta Delgada (ilha de S. Miguel) 94
Apêndice VI – Entidades do Concelho de Povoação (ilha de S. Miguel) 105
Apêndice VII – Entidades do Concelho de Ribeira Grande (ilha de S. Miguel) 107
Apêndice VIII – Entidades Concelho de V. Franca do Campo (ilha de S. Miguel) . 113
Apêndice IX – Entidades Concelho de Angra do Heroísmo (Ilha Terceira) 115
Apêndice X – Entidades Concelho da Praia da Vitória (Ilha Terceira) 123
Apêndice XI – Entidades do Concelho de Santa Cruz (Ilha Graciosa) 127
Apêndice XII – Entidades do Concelho da Calheta (Ilha de S. Jorge) 129
Apêndice XIII – Entidades Concelho de Velas (Ilha de S. Jorge) 131
Apêndice XIV – Entidades do Concelho de Lajes do Pico (Ilha do Pico) 133
Apêndice XV – Entidades do Concelho da Madalena (Ilha do Pico) 135
Apêndice XVI – Entidades do Concelho de S. Roque (Ilha do Pico) 138
Apêndice XVII – Entidades do Concelho da Horta (Ilha do Faial) 140
Apêndice XVIII- Entidades do Concelho de Lajes das Flores (Ilha das Flores) 145
Apêndice XIX – Entidades do Concelho de S.ta Cruz das Flores (Ilha das Flores) . 146

Apêndice XX – Entidades do Concelho do Corvo 147

Anexos..... 148

Anexo I – Pedido de informação ao INE 149

Anexo II – Pedido de informação ao SREA 150

Anexo III – Pedido de informação à SRADR..... 152

Anexo IV – Pedido de Informação à DRCI 153

Anexo V – Listagem da DRCI das Cooperativas nos Açores 155

Anexo VI – Pedido de Informação à DRCI - Insistência 156

Anexo VII– Pedido de Informação à DRC 158

Anexo VIII – Pedido de Informação à DRJ 159

Anexo IX – Pedido de Informação à DRD 160

Anexo IX – Pedido de Informação ao SRPCBA 161

Anexo X – Pedido de Informação ao ISSA 162

Índice de Gráficos

- Gráfico I – Cooperativas – Nº por Ilha e Ramo …….. 62

- Gráfico II – Nº de ACFA por ilha …….. 68

Índice de Quadros

- Quadro I – Evolução do nº de entidades da ES em Portugal …… 33

- Quadro II – Os Açores na CSES …… 35

- Quadro III – Fontes de Informação e Dados …… 54

- Quadro IV – Variação dados da contabilização das OES 55

- Quadro V – Nº de OES nos Açores (Dados CSES, BDES, Autor) …….. 58

- Quadro VI – Nº de OES nos Açores por famílias …… 59

- Quadro VII – Comparativo da realidade nacional e regional …… 59

- Quadro VIII – Mutualidades nos Açores – situação a 31.12.2020 ……..……. 63

- Quadro IX – Misericórdias nos Açores – situação a 31.12.2020 …… 64

- Quadro X – Fundações nos Açores – situação a 31.12.2020 …… 67

- Quadro XI – As IPSS nos Açores – situação a 31.12.2020 …….. 69

- Quadro XII – Grupos de entidades, por ilha e concelho ……. 71

- Quadro XIII – ES: Área por ilha, população e OES ……... 72

Lista de abreviaturas

ACFA - Associação Com Fins Altruísticos

ACI - Aliança Cooperativa Internacional

ALRAA – Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

CAM – Código das Associações Mutualistas

CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

CCoop – Código Cooperativo Português

CESA – Conselho Económico e Social dos Açores

CEMAH – Caixa Económica da Misericórdia dos Açores

CNIS - Confederação Nacional Instituições Solidariedade

CRP – Constituição da República Portuguesa

CSES – Conta Satélite da Economia Social

DL – Decreto Lei

DLR – Decreto Legislativo Regional

EIPSS - Estatuto das Instituições Particulares Solidariedade Social

EPARAA – Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores

GRA – Governo Regional dos Açores

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social

JORAA – Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores

LBES – Lei de Bases da Economia Social

OES – Organização da Economia Social

SCA – Setor Comunitário e Autogestionário

SEPAJ/SCML – Serviço de Estudos, Planeamento, Auditoria e Jurídicos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores

UAc – Universidade dos Açores

UMP – União das Misericórdias Portuguesas

URIPSSA - União Regional das Instituições de Solidariedade Social dos Açores

URMA - União Regional das Misericórdias dos Açores

INTRODUÇÃO

A Economia Social está desde os seus primórdios, através, entre outros, dos princípios da autoajuda, da cooperação e da solidariedade, ligada umbilicalmente à presença do ser humano na Terra. Com o evoluir da civilização humana adquire formas (confrarias, irmandades, guildas), e até aos nossos dias, além dessas e de outras configurações (cooperativas, associações de socorros mútuos, fundações), adquire visibilidade e manifesta a sua pujança como um setor que contribui de maneira significativa para a criação de emprego, crescimento sustentável e para uma distribuição mais justa dos rendimentos.

Os Açores, arquipélago constituído por nove ilhas dispersas no Oceano Atlântico numa extensão de cerca de 600 k.ms e com uma população acima dos 242 mil habitantes distribuída por 156 freguesias, contam – de acordo com dados oficiais - cerca de 80 cooperativas dos diferentes ramos, além de 23 misericórdias distribuídas pelos 19 concelhos, mais de uma dezena de fundações e, segundo estudos levados a cabo por entidades idóneas (INE/CASES e do SEPAJ/SCML) mais de um milhar de associações representativas e sindicais, culturais, desportivas, recreativas, humanitárias e ambientais. Deste universo, a Região Autónoma, através de contratos cooperação, mantém uma estreita colaboração com 235 organizações às quais concedeu o estatuto de instituições particulares de solidariedade social, o que, neste concreto, dá um rácio de cobertura de 1,5 instituições por freguesia.

Na presença deste quadro genérico coloca-se-nos, entre outras, algumas questões: estamos perante um sinal de riqueza e pujança da sociedade e do movimento associativo nos Açores ou, pelo contrário, estamos perante uma resposta da sociedade às falhas do mercado e do Estado (no caso Região)? E qual o peso social e económico da economia social nos Açores?

É neste enquadramento que surge este estudo que tem com o objetivo geral de caraterização do setor da economia social nos Açores, bem como a necessidade de conhecer e, simultaneamente, estudar o setor da economia social nos Açores. Procuramos responder a estes objetivos atendendo ao percurso realizado entre o advento da autonomia

política e administrativa e os dias de hoje. Questionamos ainda, em que medida poderá ter contribuído para a redução de assimetrias a nível de ilha e em termos regionais.

Dados os poucos estudos e reflexões nos Açores sobre o setor pretende-se com este estudo exploratório chamar a atenção dos diferentes atores para esta realidade e, em particular, para a necessidade de adotar políticas públicas no âmbito da economia social com base em dados estatísticos fiáveis e que, até agora, são inexistentes ou de baixa qualidade.

Este trabalho encontra-se dividido em seis capítulos. O primeiro, com o enquadramento conceptual, acomoda a revisão da literatura dos conceitos centrais, no qual se pretende definir e compreender os conceitos de economia social, solidária, terceiro setor e empreendedorismo social, bem como se abordam as teorias económicas de falhas de mercado e do Estado, numa tentativa de encontrar resposta para a situação vivida nos Açores.

No segundo capítulo abordamos o objeto de estudo inserido no espaço nacional, enquanto no terceiro capítulo se procede à exploração do tema da economia social no arquipélago dos Açores, cujo estudo seria importante o meio académico açoriano, em particular, abraçar.

A metodologia deste estudo está tratada no quarto capítulo e tem um cariz qualitativo derivado da análise documental de dados secundários e das entrevistas semiestruturadas realizadas a atores-chave.

Por fim, face aos resultados apurados, são realizadas considerações finais que visam a possibilidade de introdução de melhorias ou a realização de eventuais estudos.

Acresce que esta investigação surge, de algum modo, como resultado do percurso profissional e pessoal do autor. Por dois períodos, um deles mais logo, entre 1998 e 2020, no desempenho de funções de assessoria junto de diferentes departamentos do Governo dos Açores, viria a aprofundar o interesse e o conhecimento pelo setor. Este percurso, que passou pelo associativismo em termos gerais, com intervenção nas áreas do cooperativismo agrícola, do desporto e no voluntariado social, deixou clara a necessidade de consolidar e aprofundar o conhecimento, de modo a tornar o dever de participação cívica mais sólido e de maior proveito.

CAPÍTULO I – ECONOMIA SOCIAL: DA GALÁXIA AO RIO E SEUS AFLUENTES

Neste capítulo procederemos à revisão da literatura dos conceitos da "outra economia" para usar a expressão de Cattani (2009), procurando distinguir cada um dos termos, de modo a definir e compreender a economia social, solidária, o terceiro setor e o empreendedorismo social, e, por fim, de forma mais genérica abordaremos os conceitos económicos de falhas de mercado e do Estado, com vista a um relacionamento e possível entendimento do que se verifica nos Açores. Neste sentido, é feita uma contextualização histórica dos vários conceitos em função da sua evolução, incluindo também as suas dimensões e respetivas implicações no âmbito deste estudo.

Quando se aborda a problemática da economia social, o primeiro problema que se coloca é o de definição do seu conceito e da delimitação das suas fronteiras. Assim, a sua caracterização passa pelas instituições e ou organizações envolvidas, pela variedade de formas que assumem face a diferentes contextos culturais, sociais e ideológicos, pelas funções e finalidades que, a cada momento, os cidadãos - beneficiários e ou utentes - imprimiram.

Reconhece-se, porém, que a expressão economia social pela conjugação dos dois termos suscita alguma controvérsia, por se "prestar a entendimentos ambíguos e a manipulações convenientes" e pela redundância do conceito dado que "toda a atividade económica ou qualquer forma de economia, por incipiente que seja, implica relações sociais e formas de poder" (Garrido & Pereira, 2018, p.22).

Rui Namorado e Álvaro Garrido quebram os argumentos dos defensores de alguma rigidez concetual e enfatizam a riqueza do setor.

Usando a imagem do universo, Rui Namorado carateriza-nos a economia social como a "grande galáxia" e as suas diferentes famílias como "constelações", especificando que se "a constelação cooperativa é uma parte nuclear da grande galáxia da economia social" esta pertença comum "não apaga a identidade específica de cada constelação, ela não deixa de se traduzir numa teia de influências comuns que abrem a porta a um leque diversificado de sinergias" (2013, p.5).

Esta imagem de grande amplitude, de confluências, é igualmente partilhada por Álvaro Garrido ao referir que a economia social é composta "por múltiplos veios, um rio cujo caudal se alimenta de vários afluentes, uma tradição de tradições". Pelo que precisa o autor a economia social "é um conceito dinâmico, em constante renovação, ainda que durante boa parte do tempo tenha permanecido latente" (2019, p.10).

Estas metáforas sugerem-nos que no seu percurso, na sua história, a economia social se forjou, à semelhança da sociedade de onde emana, em altos e baixos, em avanços e recuos, próprios de um setor que, dia a dia, procura dar resposta às necessidades dos seus membros. A economia social assume-se desta forma, no dizer de Garrido, como uma "ideia em movimento", uma "utopia construtiva", para além de uma "ideia virtuosa e militante" (2016, p. 17).

É possível perceber, através da literatura, a riqueza, diversidade de correntes e de termos que evidenciam esse "movimento". Vejamos: economia social, economia solidária, economia social e solidária, economia do terceiro setor, economia do setor não lucrativo, terceiro sistema e setor sem fins lucrativos, economia não lucrativa, economia alternativa, economia do voluntariado, economia da dádiva, economia da comunhão, economia popular, economia plural, economia comunitária, economia de vizinhança, economia de colaboração, economia do bem comum, economia para a vida, economia circular, economia verde, economia do trabalho, economia informal, inovação social, empresa social, empresa de vocação social, responsabilidade social empresarial, cidadania corporativa, práticas económicas alternativas.

Perante esta diversidade de termos, Thierry Jeantet terá razão ao afirmar que a economia social se perde "na procura de novas definições…" (2009, p. 57), bem como Garrido que assinala uma "disputada gramática" (2016, p. 64) que se presta a intenso e animado debate académico, mas que perturba certamente a perceção e o conhecimento do setor e das suas organizações por parte da sociedade, cada corrente da economia social e cada uma das suas atuais entidades e organizações tem a sua história e o seu percurso.

É por isso que, como refere Jeantet, a economia social "recusa uma visão única e monopolística das coisas e aceita a diversidade de projetos e dos estatutos", o que "lhe vale, por vezes, ser classificada como incoerente" (2009, p.54).

1.1. Os conceitos

Vamo-nos ater, face à amplitude da temática e para efeitos deste estudo, aos conceitos de economia social usado comumente no continente europeu, de economia solidária mais preferido no hemisfério sul, de terceiro setor em uso no espaço anglófono e de empreendedorismo social que, nos últimos anos, tem vindo a ganhar relevância na comunidade científica e no desenho das políticas nacional e da União Europeia.

1.1.1. Economia Social

O conceito de economia social, de acordo com Defourny (2009) e Garrido & Pereira (2018), nasce em França e remonta aos anos 30 do século XIX, no decurso da Revolução Industrial (1760-1840) e ainda na ressaca da Revolução Francesa (1789-1799). Estes dois momentos da história da humanidade, em particular da europeia, contribuíram de sobremaneira para o surgimento de novas correntes de pensamento, e como nos recorda Jeanjet, a Revolução Francesa, que condenava as coligações operárias, deram origem "a novas formas de resistência clandestina" com o estabelecimento das sociedades de socorros mútuos ou de previdência e de associações de produção (2009, p.43).

É o economista francês Charles Dunoyer (1786-1862) que, em 1830, lança o conceito quando publica o seu Nouveau Traité d´Économie Sociale e promove, na mesma década, na Universidade de Louvain um curso de economia social.

A Dunoyer sucedem-se outros pensadores como Fréderic Le Play (1806-1882), que inaugurou uma sociedade de economia social e uma revista com o mesmo nome; Leon Walras (1834-1910), que destaca a importância das associações populares; John Stuart Mill (1806-1833), que, em Inglaterra, defende a superação dos trabalhadores através de associações populares, quando são produtoras de riqueza social, por influência da corrente de pensamento de Thomas R. Malthus; Auguste Ott (1814-1873) que publica em 1851 o seu Traité d'économie sociale, culminando digamos em Charles Gide (1847-1932) que é, por sua vez, considerado o fundador da economia social moderna (Garrido & Pereira, 2018).

A economia social encontra-se ainda ancorada nas utopias dos ingleses Robert Owen (1771-1858) e William King (1786-1865), e dos franceses Charles Fourier (1772-1837), Saint-Simon (1760-1825) e de Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), bem como contou

em 1891 com a participação da Igreja católica, através da encíclica Rerum Novarum do Papa Leão XIII, e conta igualmente com as atenções de Karl Marx e Engels.

Porém, segundo Garrido (2019):

> A história da economia social e as raízes culturais das entidades que hoje a compõem remontam a formas ancestrais de associação humana onde já se vislumbram formas auto-organizadas de vida económica de natureza reciprocitária e práticas de assistência e de seguro coletivo criadas para prevenir riscos sociais elementares (p.13).

No entanto, a economia social, de acordo com Gueslin (citado por Garrido, 2019, p.13), "só adquiriu uma expressão organizativa contundente e um significado preciso quando o Estado outorgou a liberdade de associação".

Assim, no início do século XXI, a economia social pode, de um modo amplo, ser descrita – de acordo com Jacques Defourny - de duas "grandes" maneiras. A primeira, consiste "em identificar as principais formas jurídicas ou institucionais das iniciativas atuais da economia social, cujos componentes são as empresas de tipo cooperativo, as sociedades de tipo mutualista, as organizações associativas e as fundações". A segunda consiste "em destacar os traços comuns das empresas e organizações que ela agrupa", os quais assentam em quatro princípios "maiores", nomeadamente, a finalidade de prestação de serviços aos membros ou à coletividade, sendo o lucro secundário; a autonomia de gestão; o controle democrático pelos membros e a primazia das pessoas e do objeto social sobre o capital na distribuição dos excedentes (2009, p.157).

Desta forma, refere Rui Namorado, a economia social é "um espaço socioeconómico" composto por uma pluralidade de atores (cooperativas, mutualidades, associações e fundações), por regra denominados por "famílias", que comungam um conjunto de valores e caraterísticas, nomeadamente o facto de não fazerem parte do Estado, o que lhes confere uma identidade própria distintiva de outras "entidades e práticas", nas quais "domina a lógica capitalista do lucro" (2017, p. 1-4).

Já Monzón e Chaves sublinham que as organizações da economia social ramificam-se em dois subsetores: o de "mercado", que é essencialmente constituído por cooperativas, mutualidades, outras entidades da economia social e outras empresas sem fins lucrativos,

e o de "não mercado" que, por sua vez, é constituído por associações, fundações e outras instituições da economia social que oferecem gratuitamente ou por um preço insignificante serviços a terceiros (2012, p.23).

Estes dois subsetores apresentam, de acordo com Monzón e Chaves, as seguintes caraterísticas distintivas: são entidades privadas; são organizadas formalmente; têm personalidade jurídica; são organizações democráticas (uma pessoa, um voto); possuem autonomia de gestão; possuem liberdade de filiação e adesão (princípio da porta aberta); são entidades em que numa eventual distribuição de excedentes estes ocorrem em função da atividade ou participação dos membros na instituição e não no valor do capital subscrito ou das cotizações pagas, e, são organizações que exercem uma atividade económica própria para responder às necessidades das pessoas (2012, p.24).

As definições de Mózon e Chaves foram, aliás, assumidas pela própria União Europeia, na sequência de relatórios elaborados, em 2008 e 2012, no âmbito do Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre Economia Pública, Social e Cooperativa (CIRIEC), sob o título: The Social Economy in the European Union.

Também, o Observatório da Economia Social em Portugal (OBESP), um projeto que decorre de uma parceria entre a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) e o CIRIEC Portugal, assumiu, em 2011, na Carta dos Princípios da Economia Social, esses princípios.

1.1.2. Economia Solidária

Já o conceito de economia solidária, cuja etimologia é mais recente – anos oitenta do século passado -, encontra as suas bases igualmente nos pensadores europeus da economia social, a qual tem – refere Paul Singer – como "antecedente principal" o cooperativismo operário concebido e praticado por Robert Owen que "sempre timbrou em testar suas preposições na prática social e económica", não se limitando "ao contrário dos seus contemporâneos a escrever obras e sobre elas fundar escolas de pensamento" (2018, p.25).

Para Paul Singer, o conceito de economia solidária "amplamente utilizado nos dois lados do Atlântico" refere-se:

> à organização de produtores, consumidores, poupadores, etc, que se distinguem por duas especificidades: (a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática de autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos. (2018, p.23).

A autogestão significa, de acordo Paul Singer, que "a mais completa igualdade de direitos de todos os membros deve reinar nas organizações da economia solidária" e que, por sua vez, a solidariedade aos desfavorecidos significa que "as entidades que promovem a economia solidária priorizam a organização de cooperativas formadas por desempregados, trabalhadores em vias de perder o emprego por crise na empresa que os assalaria e pobres em geral" (2018, p. 23-24).

Para enfrentar a economia de mercado, Laville e Gaiger referem, por sua vez, que a economia solidária assume duas perspetivas: no espaço latino-americano, a Sul, a "questão primordial consiste em assegurar as condições materiais indispensáveis à sobrevivência daqueles que jamais foram efetivamente integrados à economia de mercado e ao gozo dos direitos sociais"; no Norte, na Europa, a perspetiva é de enfrentamento da "crise do Estado-providência, a obsolescência e a falta de dispositivos eficazes de proteção social, de reagir à exclusão a partir da capacidade de iniciativa e de engajamento solidário" (2009, p.167). No sul, a economia solidária é suportada por "uma profusão de novas entidades" que, de acordo com Singer, foi literalmente inventada nos últimos cinco a dez anos" (2018, p.34).

Também na perspetiva de Hespanha e Santos, a economia solidária engloba "uma diversidade de atividades económicas, baseadas nas relações de cooperação e em princípios de gestão democrática", distinguindo-se deste modo da economia de mercado que "predomina largamente nas sociedades contemporâneas, baseada em relações de competição e em princípios de valorização do capital" (2012, p.82).

Muitas dessas formas, salientam Hespanha e Santos, são recentes e surgem "da necessidade de encontrar as respostas que o mercado não dá, juntando esforços e trabalhando em conjunto (…)", pelo que, em conjunturas de crise –adiantam-, o "seu

maior contributo parece ser o de comprovar a possibilidade de modos concretos e alternativos de produzir, trocar e consumir" (2012, p.83).

No entanto, como reconhece Hespanha, o conceito de economia solidária é recente e tem um reconhecimento público e institucional "limitado" (2018, p.12).

Já na visão de Rui Namorado, a expressão economia solidária tem entre nós "alguma relevância", quer como uma economia "mais marcada pela alternatividade e pela inovação do que o conjunto da "economia social", quer como "a vertente solidária da "economia social", especialmente protagonizada pelas IPSS, quer como materialização de uma lógica alternativa vocacionada para um protagonismo pós-capitalista. Estamos, portanto, perante uma expressão preferida por perspetivas que se distinguem (e até opõem) claramente entre si" (2017, p.1).

Mas como nos recorda Laville, a economia solidária "não pode ser compreendida como um conjunto de organizações específicas; o seu papel é diferente: ela contribui para uma nova problematização, a da Economia Social e Solidária" (2018, p.295).

Porém, como observa Hespanha, falar em Portugal de economia social e solidária, designação "cada vez mais usada na Europa para agregar as duas principais alternativas económicas ao capitalismo", é uma questão "particularmente sensível" dado que "estas duas formas não dialogam nem valorizam o que têm em comum para construir uma estratégia de resistência aos obstáculos e às pressões que ambas enfrentam" (2018, p.12).

1.1.3. Terceiro Setor

A partir da década de setenta do século XX, nos Estados Unidos da América, começa a ser usado o termo de terceiro setor, resultante da tradução do inglês "third sector", expressão muito utilizada na literatura anglo-saxónica, para identificar um setor da sociedade civil no qual atuam as organizações sem fins lucrativos, voltadas para a produção ou para a distribuição de bens e serviços públicos.

É, porém, nos anos 90, que, nos meios académicos, se assiste à consolidação do terceiro setor como tema de estudo, na procura de uma explicação para a existência de um setor de atividade diferente do Estado (primeiro setor) e do mercado (segundo setor), bem como no seu uso como "um equivalente para definições mais locais e contextuais",

nomeadamente, como setor voluntário no Reino Unido e países nórdicos, setor não lucrativo nos Estados Unidos, economia social na Europa continental, organizações não governamentais (ONG) e organizações de base nos países do Sul (Ferreira, 2009, p. 322-324).

Monzón e Chaves corroboram ao referir que a origem histórica do conceito está relacionada com as ideias filantrópicas e benéficas "fortemente enraizadas na Grã Bretanha do século XIX e nos países que se encontram na área da sua influência", adiantando que "a fama das *charities* britânicas e das *philanthropic foundations* norte-americanas deu lugar a termos como o de setor benéfico e de setor voluntario, que se incluem no conceito mais amplo de setor não lucrativo" (2012, p.32).

Neste setor, os vários tipos de organizações de caráter não lucrativo ou sem fins lucrativos que o compõem, desenvolvem atividades nas áreas da solidariedade, da defesa dos direitos e de interesses, da ajuda mútua, entre outros.

Envolto em polémica desde que emergiu, o terceiro setor veio, para uns, "oferecer uma possibilidade de redução da intervenção e responsabilização do Estado", enquanto para outros, tem sido "um campo para reivindicações de emancipação e de alternativas, quer aos fracassos do Estado, quer aos fracassos do mercado, quer ao fracasso da atual relação entre o Estado e o mercado" (Ferreira, 2012a), p. 205).

Deste modo, o terceiro setor, pela sua diversidade, ocupa "um lugar paradoxal", sendo, por um lado, "protagonista na perda de centralidade do Estado enquanto organizador e provedor de bem-estar", e, por outro, "um dos principais canais de pressão para a expansão da responsabilidade pública". Para além disso, veio "a tornar-se parceiro do Estado na partilha de responsabilidades públicas não só pela provisão, mas também pela governação do bem-estar social" (Ferreira, 2012b).

Assim, em síntese, em termos nacionais, convém referir que os conceitos – economia social, solidária, terceiro setor, setor não lucrativo - usam-se indistintamente, porque a economia social ao contrário do setor público e privado não tem as suas fronteiras bem definidas.

O setor social é, desta maneira, um espaço económico intermediário entre as esferas do mercado e do setor público, que atua nas lacunas deixadas por estes setores, sendo

basicamente uma iniciativa do setor privado - da sociedade civil-, porém com a particularidade de não perseguir primordialmente o lucro, alicerçando a sua atuação em valores como a liberdade, igualdade, solidariedade e democracia.

Estas caraterísticas, refere Canaveira de Campos, ex-presidente do então INSCOOP, na introdução à edição portuguesa de "A economia social uma alternativa ao capitalismo", conferem à economia social uma "outra forma de economia", baseada nas pessoas e ao seu serviço, com o objetivo da "promoção do trabalho digno para todos, na organização social justa e na distribuição equitativa dos resultados", mas estando também "orientada para um desenvolvimento territorial" que valoriza os recursos endógenos "no respeito da qualidade ambiental" e aumentando "a riqueza das próprias comunidades através do reinvestimento nas mesmas dos resultados conseguidos", sendo ainda uma "economia aberta e atenta a uma globalização justa e a um consciente relacionamento intergeracional" (2009).

1.1.4. Empreendedorismo Social e Empresa Social

Recentemente, também, foram introduzidos os conceitos de empreendedorismo social e de empresa social, dos quais importa perceber a sua dimensão e de que forma a sociedade, através dos seus diversos atores, os incorpora ou não.

Com contextualização teórica relativamente recente, as noções de empreendedorismo e empresa social começam a ganhar corpo conceptual nos últimos trinta anos do século XX, com entendimentos dissemelhantes nos continentes europeu e americano (Bernardino & Santos, 2016).

O empreendedorismo social, que não se restringe ao campo do setor sem fins lucrativos, define-se como "o processo de identificação, avaliação e exploração de oportunidades sociais, através da adoção de modelos inovadores e de práticas empreendedoras com vista à criação de valor social de um modo sustentável" (Bernardino & Freitas, 2016, p. 32).

No "núcleo central" do empreendedorismo social está, adiantam os citados autores, o empreendedor social que se pode definir como "um ator, individual ou coletivo, que inspirado por um desejo de mudança social, orienta os seus esforços para a conceção e concretização de uma iniciativa empreendedora que viabiliza a resolução de um problema social" (Bernardino & Freitas, 2016, p. 36).

Ainda ligado ao conceito de empreendedorismo social está a noção de empresa social, apesar de, como alertam Bernardino & Freitas, não ser "condição sine qua non" a criação de uma nova organização (2016, p.32).

A empresa social distingue-se das demais, de acordo com Defourny, distingue-se das demais por, entre outros aspetos, encerrar atividades contínuas de bens ou serviços, apresentar um "alto grau" de autonomia, comportar "um nível mínimo" de empregos remunerados, adotar objetivos "explícitos" de prestarem serviço à comunidade e pelo facto dos seus integrantes "terem poder decisório independente da posse do capital" (2009, p. 188-192).

Ora, estes novos conceitos estão a entrar de forma evidente na agenda das organizações, da comunidade científica e dos governos. Desde princípios dos anos noventa do século passado que, nos Estados Unidos da América, a Harvard Business School tem vindo a tratar desta matéria que depressa atravessou o Atlântico e concitou, desde logo, simpatia junto dos governos de Itália e Reino Unido e alastrando-se a outros países. Ao nível das organizações, verificamos que, a partir de 2015, as misericórdias, na sequência da alteração do Compromisso – modelo das Irmandades, introduziram os termos "empreendedorismo" como um dos objetivos para a concretização dos seus fins - alínea i) do Art.º 3.º -, bem como se determina que: " quando cumpra os critérios definidos pelo Regulamento n.º 346/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril, e pela Lei n.º 18/2015, de 4 de março, sobre atividades secundárias e instrumentais, a Misericórdia assume a natureza de empresa social ou sociedade de empreendedorismo social, para os efeitos aí definidos" (nº 4 do Art.º 3.º).

Neste âmbito, nos Açores, não se conhecem misericórdias que tenham efetivamente passado das palavras aos atos, mesmo após a afirmação perentória do Presidente da União Regional das Misericórdias, no encerramento do XIII Congresso das Misericórdias dos Açores e Madeira em 2015, de que na promoção da economia social "cada Misericórdia deve ter uma empresa de economia social, sem fins lucrativos e sem concorrer com as empresas que já estão no mercado mas que sirvam de alavancas para um aumento da receita", dando como exemplos negócios na área do "catering, lavandaria ou exploração agrícola"[1].

[1] Declarações disponíveis em: https://www.igrejaacores.pt/misericordias-insulares-apelam-a-responsabilidade-social-das-empresas-e-desafiam-nas-a-estabelecer-parcerias/

1.2. Falhas do mercado e do Estado

Face às suas caraterísticas, com uma lógica de ação entre os setores público e privado lucrativo, ao seu caráter não lucrativo e ao desenvolvimento de funções sociais, as organizações da economia social surgem, de acordo com as teorias económicas dominantes, em consequência das falhas de mercado e do Estado. Porque, referem Bernardino & Freitas, "as premissas de um mercado em concorrência perfeita nem sempre se verificam, sendo mais comum a existência de falhas, o que leva a que um modelo estritamente dependente dos mecanismos de mercado nem sempre consiga alcançar uma situação de maximização do valor para a sociedade" (2016, p.52).

É também pertinente perceber se nos Açores, atendendo à geografia e à sua realidade social e política, a economia social apresenta algum aspeto distintivo, no que diz respeito às suas organizações. Tudo indica, apesar das suas especificidades que tratamos em capítulo próprio, que as razões que levam ao surgimento nos Açores de organizações da economia social e da sua contribuição relativamente a outras organizações não diferem do que se verifica no país e resto do mundo.

Deste modo, as teorias económicas dominantes têm procurado encontrar as razões explicativas para a génese das organizações sociais, centrando as explicações à volta de quatro teorias. Do lado da procura; a teoria dos bens públicos (falhas do Estado) e a teoria da confiança (falhas do mercado); do lado da oferta: as teorias empresariais e a teoria dos *stakeholders.*

A teoria dos bens públicos desenvolvida por Weisbrod, em 1975, que foi construída a pensar em organizações cuja porção substancial dos seus rendimentos assenta em doações, encara as organizações não lucrativas como fornecedoras de bens públicos, que se caraterizam pela não exclusividade e pela não rivalidade, o que implica que não é possível excluir ninguém do seu consumo, pelo menos, sem suportar custos elevados e de que o aumento do consumo desse bem por um indivíduo não implica a diminuição da sua quantidade para outros.

No âmbito desta teoria, de acordo com Vasco Almeida, estudos realizados por Chang e Tuckman (1996), James (1996) e Kingma (2003) mostram que, em países desenvolvidos, "quanto mais heterogénea for a população, por exemplo, em termos religiosos, políticos, étnicos e raciais, maior será o número de organizações não lucrativas" (2011, p.35).

É, também, com base nas insuficiências desta teoria e, sobretudo, das abordagens feitas nos anos 60 e 70 do século passado por outros estudiosos, que se constrói a teoria da falha do contrato (*contrat failure theory*), apesar de ser igualmente conhecida como a teoria da confiança que assenta na transparência dos mercados e na informação perfeita**.** Esta teoria baseia-se na circunstância em que "a competição no mercado pode fazer com que uma empresa lucrativa tenha o incentivo e a oportunidade para se aproveitar dos seus clientes, fornecendo um bem em menor quantidade ou de qualidade mais baixa", podendo daí surgir outras organizações (2011, p.36).

Estas duas teorias, como nota Vasco Almeida, ignoram "os incentivos" que levam os indivíduos a formarem uma organização não lucrativa, falha que as teorias empresariais e dos *stakeholders* procuram resolver (2011, p.40).

São sobretudo os textos de James, nos finais dos anos 80 princípios de 90 do século XX, que definem de "forma mais precisa" uma teoria empresarial do setor não lucrativo "independentemente da consistência das premissas adotadas", afirma Vasco Almeida que citando outros autores, que se focam no lado da oferta, "veem a existência das organizações não lucrativas como o resultado de uma forma particular do comportamento empresarial", ou seja, as organizações surgem porque há um conjunto de pessoas que valorizam não o lucro, mas sim valores religiosos, ideológicos ou altruísticos (2011, p. 41-44).

Por sua vez, a teoria dos *stakeholders* (sem equivalente na língua portuguesa, pelo que a tradução mais próxima é a de "interessados") "combina as teorias económicas das organizações não lucrativas com o contributo das análises organizacionais". No entanto, adianta o autor que vimos citando, o alcance da teoria "permanece reduzido" por duas ordens de razões: a explicação sobre a existência das organizações "é limitada à existência das assimetrias de informação entre o consumidor e o fornecedor que conduzem ao exercício do controlo por parte dos *stakeholders*" e, também, pelo facto das explicações permanecerem no "nível microeconómico" (2011, p.47).

Almeida adianta que as teorias económicas analisadas, de um modo ou de outro, acabam "por ver a génese das organizações não lucrativas como um subproduto resultante das falhas de mercado e do Estado". Assim, a teoria dos bens públicos "estabelece um modelo para a ação não lucrativa baseada nas falhas do Estado", a teoria da confiança "assenta nas falhas do mercado" e as abordagens empresariais e a teoria dos *stakeholders* "acabam,

de alguma maneira, por incorporar a ideia que os fracassos institucionais explicam a existência do setor não lucrativo" (2011, p. 48).

Ora, as falhas do mercado e do Estado dominam os argumentos sobre o surgimento das organizações da economia social, mas também, agora, procura-se – de acordo com Vasco Almeida - "enquadrar os fenómenos económicos num contexto institucional onde eles, de facto, ocorrem (…); têm-se em conta os problemas da informação, da ignorância, da incerteza e dos limites da racionalidade dos agentes económicos; ensaia-se integrar a complexidade do sistema económico, as suas dinâmicas evolutivas e a não-lineridade dos processos efetuados" (2011, p. 53).

Nesta perspetiva institucionalista, acrescenta o autor, os processos que deram origem às organizações não lucrativas, as dinâmicas de funcionamento que as caraterizam, bem como o impacto social e económico que têm na sociedade "dependem das especificidades próprias que marcam as configurações institucionais onde estão embutidas" (2011, p.53).

Parece-nos, pois, que esta perspetiva poderá oferecer no que à económica social diz respeito, nomeadamente se nos Açores as OES apresentam algum aspeto distintivo, olhando à geografia e à história, bem como a realidade política, social e económica, uma resposta mais consentânea com a realidade dado o seu caráter multidisciplinar.

Face ao exposto e aos aspetos, que adiante procuramos explorar, relacionados com a história dos Açores, a geografia e os seus impactos no isolamento da população, na dimensão do mercado, os usos e costumes das suas gentes e a evolução política, social e económica operada nas últimas décadas em que alavancou a cooperação como principal instrumento de relacionamento entre os diferentes atores que, pelo seu caráter multidisciplinar, a perspetiva institucionalista dará uma melhor explicação à realidade açoriana.

CAPÍTULO II – A ECONOMIA SOCIAL EM PORTUGAL EM LINHA COM A UNIÃO EUROPEIA

Neste estudo e no seguimento do capítulo anterior impõe-se a análise da relevância do setor da economia social na economia portuguesa. Desde logo, olhando os seus aspetos fundacionais, a sua evolução histórica, as suas caraterísticas e composição. Na sequência do tratamento destes aspetos e chegados aos nossos dias, abordamos a Lei de Bases da Economia Social (LBES) criada em 2013, no desenvolvimento do disposto na Constituição da República Portuguesa quanto ao setor cooperativo e social, bem como a Conta Satélite da Economia Social (CSES), instrumento que em parte baliza este estudo.

2.1. Um setor secular

Para uma melhor compreensão desta realidade, em particular em Portugal, importa recuar no tempo para encontrarmos, através das organizações e do seu conceito, as raízes do setor da economia social.

Para Garrido, a história da economia social e as raízes culturais das entidades que hoje a compõem "remontam a formas ancestrais de associação humana", nas quais já "se vislumbram formas auto-organizadas de vida económica de natureza reciprocitária e práticas de assistência e de seguro coletivo criadas para prevenir riscos sociais elementares" (2019, p.13).

Investigação história recente levada a cabo em Portugal por Joana Dias Pereira e Rui Henriques, da qual resultou o livro intitulado "Origens do Mutualismo em Portugal", aponta a criação da Confraria de Fungálvas, em Torres Vedras, em maio de 1176, como a primeira associação com práticas mutualistas, o que consolida a afirmação de Garrido.

A data apontada recua em mais de cem anos os primórdios do movimento social em Portugal, que os historiadores situavam, de acordo com documentação referente à Feitoria Portuguesa de Antuérpia em depósito na Torre do Tombo, nos anos 1293, quando D. Dinis cria a Bolsa do Comércio destinada aos mercadores portugueses estantes na Flandres, os quais se obrigavam ao pagamento de determinadas quantias, segundo a tonelagem da embarcação, que revertiam a seu favor em caso de necessidade.

Seguiram-se as confrarias leigas, enquanto associações voluntárias de irmãos tendo em vista o socorro mútuo. Mais tarde, em finais do século XV, surgem as misericórdias, enquanto fusão entre os princípios das ditas confrarias e o das unidades, entendidas como organizações de auxílio aos mais pobres. Quase um século depois, em 1578, surge outro movimento – o Celeiro de Évora – com o objetivo de conceder empréstimos em sementes em anos maus aos agricultores mais desfavorecidos, constituindo-se como um seguro de colheitas denominado de Monte Pio.

De resto, na Idade Média, em particular na Europa, apesar das primeiras formas de proteção social terem nascido "muito ligadas à piedade cristã", algumas dessas "práticas rudimentares de entreajuda" não tenham uma natureza religiosa e surgiram como "resposta solidária à pobreza que grassava nas sociedades feudais" (Garrido, 2016, p.67).

É, porém, no confronto de ideias que a Revolução Industrial despoleta que, em 1830, Charles Dunoyer (1786-1862) edita o Traité de l'économie sociale, no qual propunha, de acordo com Gueslin (citado por Garrido, 2016, p.59), "uma forma de ver a economia política atenta aos factos sociais".

É também por estas alturas que foram criados os falanstérios de Fourier e Considérant e levadas a cabo na Escócia e no estado da Indiana, na América do Norte, as soluções preconizadas por Owen.

Em Portugal, o movimento social só nos finais do século XIX se alterou decorridos mais de três séculos, mais concretamente nos anos 94 e 95 do século XIX, o panorama nacional no que se pode considerar de movimento social voltou a se alterar com a realização do Congresso das Cooperativas, sob a influência do pensamento de figuras gradas como Alexandre Herculano, Antero de Quental e Teófilo de Braga (os dois últimos de origem açoriana estiveram presentes e participaram no referido congresso).

Porém, com o surgimento em 1926 do Estado Novo, o movimento social viria a sofrer um duro revés, com muitos dirigentes a serem perseguidos e instituições encerradas. Na área do mutualismo, por exemplo, das 553 associações existentes em 1931 restavam 161 em 1973. O Estado deu, então, primazia às formas de proteção social baseadas em instituições de assistência com ideologia religiosa, com o consequente aparecimento do principio da supletividade da ação do Estado relativamente às iniciativas particulares.

É neste sentido que apontam os autores do estudo comparativo liderado pela Johns Hopkins University sobre "O setor não lucrativo português numa perspetiva comparada", ao referirem que as caraterísticas do setor em Portugal refletem "a longa história de desenvolvimento da sociedade civil" e que essa história foi movida por quatro "impulsos": a "herança" da Igreja no país, a "longa tradição" do mutualismo e, também, do "controlo político autoritário", por último pela "transição democrática", a qual conduziu " a uma crescente confiança do Estado nas organizações privadas não lucrativas" (Franco et al, 2005).

2.2. Abril de 1974 embala a economia social

Eis-nos chegados à instauração da democracia em 1974 que, entre outros aspetos, promoveu a reestruturação das políticas de proteção social e o reconhecimento do setor cooperativo a par do setor público e privado na Constituição da República em 1976. E, com as posteriores revisões constitucionais adicionaram-se os setores comunitário e autogestionário e as mutualidades, a que se aliou a adesão de Portugal à União Europeia, tudo circunstâncias que deram novas dinâmicas à economia social.

É Rui Namorado que refere ser "indispensável" dar relevo à dinâmica histórica das "várias constelações" na formação da economia social. Todavia, esse relevo "não dispensa uma ponderação adequada da medida em que cada Estado interferiu e participou nesse processo". Já que, adianta, é essa "interferência" e o modo "como se projetou no plano jurídico" que "permitem compreender verdadeiramente, em cada país em concreto, o modo como a galáxia em causa aí se gerou". Muitas vezes, acrescenta Namorado, isso ocorreu de "modo assimétrico" e, no caso português, a nível jurídico, "a constelação impulsionadora foi a cooperativa" (2019, p.65).

Isso mesmo ficou plasmado na Constituição da República Portuguesa, na sua versão de 1976, ao consagrar no nº 1 do artigo 61º, sob a epígrafe "Cooperativas e Autogestão", que "todos têm o direito de constituir cooperativas, devendo o Estado, de acordo com o Plano, estimular e apoiar as iniciativas nesse sentido".

Desde daí, segundo Namorado, e com a revisão constitucional de 1997 ocorre o "impulso estrutural decisivo" no processo global de afirmação da economia social em Portugal, gerando-se "um ambiente jurídico-constitucional propício ao seu acolhimento político e à sua legitimação social". Desta forma, acrescenta Namorado, "a sinergia entre a evolução

das organizações envolvidas, o amadurecimento doutrinário, a vontade do poder político e a consequente produção jurídica viriam a produzir, cerca de uma década depois, a clara afirmação político-institucional da economia social" (2019, p.86).

É neste ambiente que, em Portugal, o INSCOOP (Instituto António Sérgio para o Sector Cooperativo), um instituto público criado em 1976 e apenas com incidência nas cooperativas, é substituído em 2008 pela CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social), uma cooperativa de interesse público que abrange toda a economia social; que é criado, em 2011, o CNES (Conselho Nacional para a Economia Social); que entra em vigor, em 2013, a Lei da Bases da Economia Social (LBES), ao que se seguiu a aprovação dos códigos Cooperativo (Lei nº 119/2015, de 31 de agosto) e das Associações Mutualistas (Decreto-Lei nº 59/2018, de 2 de agosto) e que, em 2018, foi criada a CPES (Confederação Portuguesa da Economia Social).

2.3. A adesão à União Europeia

Para a construção deste Portugal pós 25 de abril de1974 muito contribuiu a adesão ao espaço europeu, no qual é Estado-Membro desde 1 de janeiro de 1986, e o país tem procurado colocar as questões da economia social na agenda política dos seus pares. Ainda, recentemente, a 7 de maio de 2021, os dirigentes da UE, as instituições europeias, os parceiros sociais e os representantes da sociedade civil reuniram-se no Porto para reforçar o seu empenho na aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Nesta conferência de alto nível organizada pela Presidência portuguesa, no âmbito da Cimeira Social do Porto, os diferentes responsáveis debateram a forma de definir a agenda de política social europeia para a próxima década, de modo a enfrentar os desafios do presente e do futuro, sem deixar ninguém para trás. Os debates centraram-se, então, em torno de três domínios principais: o trabalho e emprego; competências e inovação, e Estado social e proteção social. Temas caros às mais diversas entidades da economia social.

Lembremos, a propósito, a resolução do Parlamento Europeu (PE) sobre "Um modelo social para o futuro" de 2006, que contou com José Silva Peneda então eurodeputado português como relator, na qual se considera a economia social como "um" dos pilares do modelo social europeu, na medida em que "desempenha um papel essencial na

economia europeia ao aliar lucratividade e solidariedade, criar empregos de qualidade, reforçar a coesão social, económica e territorial, gerar capital social, e promover uma cidadania ativa, a solidariedade e uma forma de economia dotada de valores democráticos, colocando o ser humano no primeiro plano e apoiando o desenvolvimento sustentável e a inovação social, ambiental e tecnológica" (resolução do PE de 19 de fevereiro de 2009 sobre a economia social).

Dois meses antes da Cimeira do Porto, a Comissão Europeia já apresentara um Plano de Ação para a aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, propondo uma série de iniciativas e fixando três objetivos principais a atingir em toda a Europa até 2030: uma taxa de emprego de, pelo menos, 78 % na União Europeia; uma participação de, pelo menos, 60 % dos adultos em cursos de formação todos os anos; e, uma redução do número de pessoas em risco de exclusão social ou de pobreza de, pelo menos, 15 milhões de pessoas, incluindo 5 milhões de crianças.

Para atingir estas metas, as entidades da economia social, que no espaço comum europeu são em número de 2 milhões e empregam mais de 14,5 milhões de pessoas, cerca de 6,5% da população ativa, podem dar sem dúvida um contributo.

É certo que num percurso com muitos ziguezagues, mas inspirados na construção de um "futuro comum" os Estados-Membros, através da União, têm-se manifestado empenhados numa "economia social de mercado" que tenha "como meta o pleno emprego e o progresso social" (Art.º I-3.º do Tratado de Roma de 29 de outubro de 2004, que estabelece uma Constituição para a Europa). Mais recentemente, o Parlamento Europeu através do relatório sobre o plano de ação da UE para a economia social (2021/2179(INI) enfatizou esse objetivo.

Para atingir tal meta várias instituições na área da investigação têm prestado valiosos contributos. Por exemplo, o Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre Economia Pública, Social e Cooperativa (CIRIEC), a pedido do Comité Económico e Social Europeu (órgão consultivo da UE), elaborou em 2008 e 2012 (sendo este uma atualização do primeiro) relatórios sob o título: The Social Economy in the European Union, já referenciados e cujo conceito de economia social inserimos no Capítulo I.

2.4. A Lei de Bases da Economia Social

Portugal foi o segundo país, a nível da Europa, depois da Itália o fazer em 1947, a inscrever na Constituição a economia social como um desiderato. Neste âmbito, Portugal faz parte do restrito grupo de 9 dos 196 países existentes no mundo que verte esta matéria na Constituição, como atesta a edição de junho de 2021 de "Guide to The Writing of Law for The Social and Solidarity Economy", da autoria de David Hiez.

Portugal – de acordo com Hiez - faz parte igualmente da restrita lista de 32 países que dispõem de legislação para o setor. Com o desenvolvimento do disposto na Constituição, a aprovação e publicação da Lei nº 30/2013, de 8 de maio, a Lei de Bases da Economia Social (LBES) concretiza a consolidação do setor como hoje o conhecemos.

O pioneirismo e a relevância desta Lei de Bases, cujo desenvolvimento em decretos-lei recaí no governo, fora já realçada em 2013 por Deolinda Meira no estudo intitulado:" A Lei da Bases da Economia Social Portuguesa: do projeto ao texto final". Neste estudo publicado pela CIRIEC Espanã é relevado, desde logo, a visibilidade do setor social em resultado da Constituição da República Portuguesa.

Se a "invisibilidade" do setor da economia social em Portugal estaria "já atenuado" pelo fato de estar inserto na CRP, a aprovação por unanimidade da LBES veio contribuir para "o reconhecimento institucional e jurídico explícito" do setor (Meira, 2013, p.48).

Com a LBES, a economia social é reconfirmada como o conjunto das empresas de livre adesão e autonomia de decisão, democraticamente organizadas, com personalidade jurídica própria, criadas para satisfazer as necessidades dos seus membros no mercado, produzindo bens e serviços, e nas quais a eventual distribuição dos excedentes de exercício e a tomada de decisões não estão ligadas ao capital individual dos membros, que terão um voto cada.

Além disso, as entidades da economia social respeitam os valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade.

Nestas entidades incluem-se, designadamente, cooperativas, mutualidades, instituições particulares de solidariedade social, misericórdias, associações de desenvolvimento local e regional e as fundações, bem como empresas sociais e entidades voluntárias não lucrativas que produzam serviços de não mercado para as famílias, e cujos eventuais

excedentes não podem ser apropriados pelos agentes económicos que as criaram, controlam ou financiam.

Na LBES estabelecem-se, ainda, as relações das entidades da economia social com os seus membros, utilizadores e beneficiários, no que diz respeito ao desenvolvimento das suas atividades, pelo que as entidades da economia social devem assegurar os necessários níveis de qualidade, segurança e transparência; entre o Estado e as entidades da economia social, devendo o Estado estimular e apoiar a criação e a atividade das entidades da economia social, assegurar o princípio da cooperação, considerando nomeadamente, no planeamento e desenvolvimento dos sistemas sociais públicos, a capacidade instalada material, humana e económica das entidades da economia social, bem como os seus níveis de competência técnica e de inserção no tecido económico e social do país; desenvolver, em articulação com as organizações representativas das entidades da economia social, os mecanismos de supervisão que permitam assegurar uma relação transparente entre essas entidades e os seus membros, procurando otimizar os recursos, nomeadamente através da utilização das estruturas de supervisão já existentes; e garantir a necessária estabilidade das relações estabelecidas com as entidades da economia social.

Integram, desde que abrangidas pelo ordenamento jurídico português, a economia social as seguintes entidades, de acordo com a Lei de Bases da Economia Social, Lei nº 30/2013, de 8 de maio:

a) Cooperativas, que se regem pela Lei nº 119/2015, de 31 de agosto, que aprova o Código Cooperativo (CCoop), são "pessoas coletivas autónomas, de livre constituição, de capital e composição variáveis que, através da cooperação e entreajuda dos seus membros, com obediência aos princípios cooperativos, visam sem fins lucrativos, a satisfação das necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais daqueles" (Art.º 2º, nº 1).

Deste artigo resulta, entre outros aspetos, que as cooperativas devem funcionar respeitando os princípios cooperativos que "integram, conjuntamente com os valores cooperativos, o conceito de Identidade Cooperativa, conceito definido pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em Manchester, em 1995." (Meira, 2020, p.74)

Os princípios cooperativos estão descritos no Art.º 3.º do CCoop, a saber: adesão voluntária e livre; gestão democrática pelos membros; participação económica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação; e interesse pela comunidade. Por sua vez, os valores cooperativos, que

enformam aqueles princípios, são: i) os valores de autoajuda, responsabilidade individual, democracia, igualdade, equidade e solidariedade, nos quais assenta a atividade das cooperativas como organizações; ii) os valores da honestidade, transparência, responsabilidade social e altruísmo que se dirigem ao comportamento individual dos cooperadores enquanto tais.

Não havendo "nenhuma limitação imposta por lei que impeça uma cooperativa de levar a cabo qualquer atividade lícita, a não ser indiretamente a que resulta da existência de um domínio público" (Namorado, 2013, p. 69), o setor cooperativo compreende 12 ramos distintos que são regulados por legislação específica (Art.º 4º, nº1). Assim:

1. O *ramo agrícola* é regulado pelo o Decreto-Lei n.º 335/99, de 20 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 23/2001 de 30 de janeiro. São cooperativas agrícolas as que tenham por objeto principal, designadamente:

a) A produção agrícola, agropecuária e florestal;

b) A recolha, a concentração, a transformação, a conservação, a armazenagem e o escoamento de bens e produtos provenientes das explorações dos seus membros;

c) A produção, a aquisição, a preparação e o acondicionamento de fatores de produção e de produtos e a aquisição de animais destinados às explorações dos seus membros ou à sua própria atividade;

d) A instalação e a prestação de serviços às explorações dos seus membros, nomeadamente de índole organizativa, técnica, tecnológica, económica, financeira, comercial, administrativa e associativa;

e) A gestão e a utilização da água de rega, a administração, a exploração e a conservação das respetivas obras e equipamentos de rega, que a lei preveja poderem ser administradas ou geridas por cooperativas.

2. O *ramo do artesanato* é regulado pelo Decreto-Lei n.º 303/81, de 12 de novembro, considerando-se como cooperativas de artesanato as que tenham por objeto principal "a organização do trabalho de artesãos que, em unidades de produção, transformem matérias-primas ou produzam ou reparem bens". São considerados artesãos os que "utilizem, fundamentalmente, a criatividade e a perícia manual no processo produtivo".

3. O *ramo da comercialização* tem o seu regime jurídico específico definido no Decreto-Lei n.º 523/99 de 10 de dezembro. São cooperativas de comercialização as que tenham por objeto principal:

a) adquirir, armazenar e fornecer aos membros os bens e serviços necessários à sua

atividade;

b) colocar no mercado os bens produzidos ou transformados pelos membros;

c) desenvolver simultaneamente as atividades referidas nas alíneas anteriores.

4. O *ramo consumidores* tem o seu regime definido no Decreto-lei nº 522/99, de 10 de dezembro, no qual se estabelece que são cooperativas de consumo as que "tenham por objeto principal fornecer aos seus membros e respetivo agregado familiar, nas melhores condições de qualidade e preço, bens ou serviços destinados ao seu consumo ou uso direto". No exercício da sua atividade as cooperativas de consumo respeitam e promovem a salvaguarda dos direitos do consumidor e do meio ambiente.

5. O *ramo do crédito* tem, por sua vez, o seu regime jurídico aprovado pelo Decreto-Lei 24/91, de 11 de janeiro, que sofreu, entretanto, várias alterações estando republicado pelo Decreto-Lei nº 142/2009, de 16 de junho, no qual se define que as caixas de crédito agrícola mútuo "são instituições de crédito, sob a forma cooperativa, cujo objeto é o exercício de funções de crédito agrícola em favor dos seus associados, bem como a prática dos demais atos inerentes à atividade bancária".

6. O *ramo da cultura* é regulamentado pelo Decreto-Lei nº 313/81, de 19 de novembro, no qual se refere que são cooperativas culturais "as que tenham por objeto principal o exercício de uma atividade no âmbito de áreas de ação cultural", considerando-se como "áreas de ação cultural, entre outras, a criatividade, a difusão, a informação, a dinamização e a animação". No diploma referido considera, como classificação indicativa, entre outras, as cooperativas cinematográficas, as cooperativas musicais, as cooperativas audiovisuais, as cooperativas circenses, as cooperativas editoriais, as cooperativas de artes plásticas e as cooperativas jornalísticas.

7. O *ramo do ensino*, por sua vez, tem o seu regime fixado pelo Decreto-Lei nº 441-A/82, de 6 de novembro, que determina que as cooperativas de ensino são aquelas que "tenham por objeto principal a manutenção de um estabelecimento de ensino". As cooperativas deste ramo classificam-se, entretanto, quanto ao objeto e quanto aos cooperadores.

Quanto ao objeto dividem-se em: a) cooperativas de educação básica; b) cooperativas de educação especial e integração; c) cooperativas de formação técnica ou profissional; d) cooperativas de educação permanente, e e) cooperativas polivalentes. Quanto aos cooperantes dividem-se em: a) cooperativas de utentes; b) cooperativas de prestação de serviços, e c) cooperativas mistas.

8. O *ramo da habitação e construção* está regulado pelo Decreto-Lei nº 502/99, de 19 de novembro, que considera como cooperativas neste ramo as que "tenham por objeto principal a promoção, construção ou aquisição de fogos para habitação dos seus membros, bem como a sua manutenção, reparação ou remodelação", e igualmente tem o objetivo de "contribuir para a melhoria da qualidade habitacional dos espaços em que se integram, promovendo o tratamento das áreas envolventes dos empreendimentos por que são responsáveis, incluindo as zonas de lazer, e assegurando a manutenção permanente das boas condições de habitabilidade dos edifícios."

9. O *ramo das pescas* é regido pelo Decreto-Lei nº 312/81, de 18 de novembro, no qual se estabelece que são cooperativas de pescas "as que tenham por objeto principal a exploração dos recursos vivos do mar, designadamente: a) a captura, a apanha, a cultura, a conservação, a transformação, a carga, o transporte, a descarga e a venda dos produtos de pesca e demais recursos vivos do mar, incluindo-se neste o fundo do mar e as áreas sob jurisdição marítima; b) a extração, o tratamento e a venda do sal marinho.

10. O *ramo da produção operária* tem o regime jurídico definido no Decreto-Lei nº 309/81, de 16 de novembro, que determina que as "cooperativas de produção" são aquelas que "tenham por objeto principal a extração, bem como a produção e a transformação de bens no setor industrial".

11. O *ramo dos serviços* está regulamentado pelo Decreto-Lei 323/81, de 4 de dezembro, e considera como cooperativas de serviços as que "tenham por objeto principal a prestação de serviços, excetuando aqueles que se encontram expressamente abrangidos por legislação aplicável a outro ramo do setor cooperativo".

A prestação de serviços carateriza-se "pelo fornecimento pela cooperativa, aos seus membros ou a terceiros, com ou sem remuneração, de certos resultados de trabalho, intelectual ou manual, através de contrato de prestação de serviços ou de quaisquer outros instrumentos jurídicos que possam servir a mesma finalidade".

As cooperativas de serviços classificam-se ainda quanto ao objeto e quanto aos cooperadores. Quanto ao objeto podem, entre outras, desenvolver atividades nas seguintes áreas: a) transportes; b) aluguer de máquinas e equipamentos; c) assistência técnica; d) distribuição; e) comunicações; f) exploração de estabelecimentos, hoteleiros e similares; g) seguros, e h) solidariedade social. Quanto aos membros dividem-se em: a) cooperativas de produtores de serviços, b) cooperativas de utentes de serviços.

12. O *ramo da solidariedade social* está regulado pelo Decreto-Lei nº 7/98, de 15 de janeiro, no qual se estabelece que são cooperativas de solidariedade social as que "através da cooperação e entreajuda dos seus membros, em obediência aos princípios cooperativos, visem, sem fins lucrativos, a satisfação das respetivas necessidades sociais e a sua promoção e integração, nomeadamente nos seguintes domínios:

a) Apoio a grupos vulneráveis, em especial a crianças e jovens, pessoas com deficiência e idosos;

b) Apoio a famílias e comunidades socialmente desfavorecidas com vista à melhoria da sua qualidade de vida e inserção socioeconómica;

c) Apoio a cidadãos portugueses residentes no estrangeiro, durante a sua permanência fora do território nacional e após o seu regresso, em situação de carência económica;

d) Desenvolvimento de programas de apoio direcionados para grupos alvo, designadamente em situações de doença, velhice, deficiência e carências económicas graves;

e) Promoção do acesso à educação, formação e integração profissional de grupos socialmente desfavorecidos.

As cooperativas de solidariedade social podem também desenvolver outras ações que apresentem uma identidade de objeto com as já referidas e, nos limites do CCoop, prestar serviços a terceiros.

Admite-se ainda, no nº 2 do Art.º 4º do CCoop, a constituição de cooperativas multissectoriais que "se caracterizam por poderem desenvolver atividades próprias de diversos ramos (…)".

Ora, é a partir da Revolução Industrial que surgem, como "reação espontânea dos trabalhadores das indústrias perante a dureza das suas condições de vida" (Monzón, J. & Chaves, R. 2012, p.13), as condições sociais e económicas favoráveis ao desenvolvimento das cooperativas, cujas raízes, sob diversas formas elementares, mergulham na antiguidade. Na modernidade, inspiradas nos ideários associacionistas, as primeiras cooperativas surgem na Europa, destacando-se entre estas a "Rochdale Society of Equitable Pinonners" criada em Inglaterra, em 1844. E é nas regras adotadas pelos Pioneiros que, de acordo com Rui Namorado, "historicamente" se radicam os princípios cooperativos assumidos pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), que foi criada em 1895 (2019).

Atualmente, de acordo com estimativas da ACI, existem em todo o mundo três milhões de cooperativas, que dão trabalho a 10% da população empregada, e contam com mais de 12% da população como cooperadores.

Segundo a CSES, em 2016, o número de cooperativas existentes ascende a 2.343 entidades.

b) Associações Mutualistas regem-se pelo disposto no Decreto-Lei nº 59/2018, de 2 de agosto, que aprova o Código das Associações Mutualistas (CAM).

As associações mutualistas, de acordo com o Art.º 1º, nº 1, são "pessoas coletivas de direito privado, de natureza associativa, com um número ilimitado de associados, fundos patrimoniais variáveis e duração indefinida que, essencialmente, através da entreajuda e da quotização dos seus associados, praticam, no interesse destes e das suas famílias e em obediência aos princípios mutualistas, fins de auxílio recíproco de proteção social e desenvolvimento humano (…)". E especifica, no número seguinte, que as associações mutualistas "são entidades da economia social" e também "têm o estatuto de instituições particulares de solidariedade social".

Daqui resulta, desde logo, que estas associações atuam "em obediência aos princípios mutualistas" na prossecução de "fins de auxílio recíproco". Os princípios, a observar na constituição e funcionamento das associações mutualistas, estão consagrados em secção própria no CAM e são: a) o Princípio da liberdade (Art.º 10º); b) o Princípio da democraticidade (Art.º 11º); c) o Princípio da igualdade e não discriminação (Art.º 12º); d) o Princípio da independência e autonomia (Art.º 13º); e) o Princípio da solidariedade (Art.º 14º); f) Princípio da responsabilidade (Art.º 15º). O direito à informação, à difusão

do mutualismo e à cooperação entre instituições estão, por sua vez, expressos nos três artigos seguintes do CAM.

Quanto aos fins fundamentais (Art.º 2º) das associações mutualistas são constituídos pela "concessão de benefícios de segurança social e de saúde destinados a reparar as consequências da verificação de fatos contingentes relativos à vida e saúde dos associados e seus familiares e a prevenir, na medida do possível, a verificação desses fatos", cumulativamente as associações mutualistas podem prosseguir "outros fins de proteção social, designadamente através da organização e gestão de equipamentos e serviços de apoio social e de outras atividades que visem especialmente a promoção da qualidade de vida ou da cidadania dos associados e suas famílias".

Desde a Confraria de Fungálvas, passando pelos Celeiros, Monte Pios, às associações de socorros mútuos, o mutualismo carrega em Portugal com quase 850 anos de história. Nesse movimento, que se revigorou no século XIX devido à evolução político-social originada pelo advento do liberalismo, Portugal marcou presença ativa, através de figuras como Alexandre Herculano, Antero de Quental, Jaime Magalhães Pinto, Joaquim Pedro Oliveira Martins, entre outros seguidores do pensamento de Pierre Joseph Proudhon (Rocha, 2020, pp. 145-203).

De acordo com Rosendo, de 1839 a 1884, o número de associações de socorros mútuos passou, em todo o país, de 1 para 381, tendo atingido o máximo de 894 associações em 1910 (1996, pp.631-637). O que, por si só, indicia a adesão e a pujança do movimento em Portugal, incluindo as "ilhas adjacentes".

Atualmente, de acordo com a CSES, o universo das mutualidades portuguesas atinge as 97 entidades.

c) Misericórdias são pessoas jurídicas canónicas, às quais "o Estado reconhece personalidade jurídica civil" nos termos do nº 1 do art.º 10º da Concordata de 2004, pelo que carecem de ser reconhecidas e de ter estatutos visados pela competente autoridade eclesiástica.

As misericórdias, que surgem da vontade de um grupo de cidadãos e daí a sua natureza de irmandade, no desenvolvimento das suas atividades de solidariedade social, são reconhecidas como IPSS e, nessa medida, atuam a coberto do EIPSS.

Com o fim de prestar apoio à comunidade cumprindo as 14 obras de Misericórdia, estas entidades, que remontam aos finais de 1400, serão ao longo do tempo institucionalizadas como instituições de crédito público e privado, para além de detentoras exclusivas de mobiliário fúnebre (Sá, 2022).

As misericórdias, que desempenham um importante trabalho na área do património, prestam apoio, essencialmente, à comunidade essencialmente em respostas sociais para crianças, idosos, e pessoas portadoras de deficiência, entre outros públicos, e saúde, através de ERPIS, hospitais, clínicas, cuidados continuados, entre outros.

De acordo com a CSES de 2016 existiam 387 misericórdias, número que confere com os dados de 2022 da UMP.

d) Fundações, reguladas pela Lei nº 24/2012, de 9 de julho (Lei-Quadro das Fundações), são pessoas coletivas sem fins lucrativos criadas por iniciativa de uma ou mais pessoas jurídicas (instituidores ou fundadores) com a finalidade de gerir uma massa patrimonial, "suficiente e irrevogavelmente" afeta "à prossecução de um fim de interesse social".

São considerados fins de interesse social, de acordo com o nº 2 do art.º 3 da Lei Quadro, "aqueles que se traduzem no benefício de uma ou mais categorias de pessoas distintas do fundador, seus parentes e afins, ou de pessoas ou entidades a ele ligadas por relações de amizade ou de negócios, designadamente:

a) A assistência a pessoas com deficiência; b) A assistência a refugiados e migrantes; c) A assistência às vítimas de violência; d) A cooperação para o desenvolvimento; e) A educação e formação profissional dos cidadãos; f) A preservação do património histórico, artístico ou cultural; g) A prevenção e erradicação da pobreza; h) A promoção da cidadania e a proteção dos direitos do homem; i) A promoção da cultura; j) A promoção da integração social e comunitária; k) A promoção da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico; l) A promoção das artes; m) A promoção de ações de apoio humanitário; n) A promoção do desporto ou do bem-estar físico; o) A promoção do diálogo europeu e internacional; p) A promoção do empreendedorismo, da inovação ou do desenvolvimento económico, social e cultural; q) A promoção do emprego; r) A promoção e proteção da saúde e a prevenção e controlo da doença; s) A proteção do ambiente ou do património natural; t) A proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho; u) A proteção dos consumidores; v) A proteção e apoio à família; w) A

proteção e apoio às crianças e jovens; x) A resolução dos problemas habitacionais das populações; y) O combate a qualquer forma de discriminação ilegal."

De acordo com a CSES 2016 existiam 619 fundações.

e) IPSS *não abrangidas pelas alíneas anteriores* estão previstas no DL nº 119/83, de 25 de fevereiro, são pessoas coletivas, sem finalidade lucrativa, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público.

Os objetivos das IPSS concretizam-se mediante a concessão de bens, prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, nomeadamente nos seguintes domínios: a) Apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo; b) Apoio à família; c) Apoio às pessoas idosas; d) Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade; e) Apoio à integração social e comunitária; f) Proteção social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho; g) Prevenção, promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação e assistência medicamentosa; h) Educação e formação profissional dos cidadãos; i) Resolução dos problemas habitacionais das populações; j) Outras respostas sociais não incluídas nas alíneas anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos.
As instituições, que podem também prosseguir de modo secundário outros fins não lucrativos e atividades instrumentais, conforme previsto na legislação apropriada, revestem uma das seguintes formas: a) Associações de solidariedade social; b) Cooperativas de solidariedade social; c) Associações mutualistas ou de socorros mútuos; d) Fundações de solidariedade social; e) Irmandades da misericórdia.

Para além das formas já referidas as instituições podem, nos termos da Concordata celebrada entre a Santa Sé e a República Portuguesa em 18 de maio de 2004, assumir a forma de Institutos de Organizações ou Instituições da Igreja Católica, designadamente Centros Sociais Paroquiais e Caritas Diocesanas e Paroquiais.

Estima-se que o número de entidades com o estatuto de IPSS ronde as 6.700 instituições, das quais 161 com o estatuto de cooperativas, 252 fundações, 85 mutualidades, quase

3.700 associações, 174 casas do povo, 117 centros sociais e paroquiais, quase 220 institutos de organização religiosa, e 374 misericórdias.

f) Associações com fins altruísticos *que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local* são reguladas pelo CCivil (Art.ºs 157º a 184º) e por legislação específica, dada a sua diversidade, como são os casos dos Centros de Cultura e de Desporto, das Casas do Povo, das Associações de Educação Popular, Associações de Desenvolvimento Local, entre outros.

Este tipo de associações tem número ilimitado de associados, capital indeterminado e duração indefinida. Prosseguem atividades de interesse geral em áreas como sejam a dinamização cultural, o entretenimento, lazer, bem-estar e desenvolvimento local de base comunitária.

A CSES tem registadas, em 2016, 66.761 associações, o que constitui mais de 92,8% das entidades da economia social.

g) As entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no sector cooperativo e social

Integram-se ainda no conceito de economia social diversas entidades como as Comunidades Locais, ou seja, centros organizados de resolução de problemas comuns pelas populações locais.

Neste contexto, sobressaem os baldios, que correspondem aos terrenos possuídos e geridos por comunidades locais, os quais são constituídos pelo universo dos compartes: moradores de uma ou mais freguesias ou parte delas que, segundo os usos e costumes, têm direito ao uso e fruição do baldio.

Também as empresas em Autogestão fazem parte deste universo, consistindo numa organização/empresa gerida democraticamente pelos seus trabalhadores-proprietários, os quais participam das decisões administrativas em igualdade de condições.

Neste âmbito, a CSES regista em 2016 a existência de 1.678 entidades.

h) Outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social previstos no artigo 5.º da presente lei e constem da base de dados da economia social.

Não existem dados estatísticos para as entidades abrangidas por esta alínea.

A LBES, para além de definir as entidades que, no ordenamento jurídico português, integram a economia social, determina igualmente nos seus nºs 1 e 2 do art.º 6º que ao Governo compete "elaborar, publicar e manter atualizada em sítio próprio a base de dados permanente das entidades da economia social", bem como ainda assegurar "a criação e a manutenção de uma conta satélite para a economia social, desenvolvida no âmbito do sistema estatístico nacional".

2.5. Conta Satélite da Economia Social

Ora, no início da segunda década de 2000, Portugal, através da CASES em parceira com o INE, dera um passo no reforço do setor da economia social com a realização e divulgação da Conta Satélite da Economia Social (CSES), correspondendo deste modo ao convite formulado pelo Parlamento Europeu, através da resolução de 19 de fevereiro de 2009 sobre economia social (2008/2250(INI).

No ponto 15 da citada resolução, que se relaciona com "Reconhecimento estatístico", convida-se "a Comissão e os Estados-Membros a apoiarem a criação de registos estatísticos nacionais das empresas da economia social, a estabelecer contas satélite nacionais por sector institucional e por ramo de atividade, e a permitir a utilização desses dados pelo Eurostat, recorrendo também às competências disponíveis nas universidades", para logo salientar no ponto 16 que "a medição da economia social é complementar à medição das organizações sem fins lucrativos (OSFL)", e nessa medida "convida a Comissão e os Estados-Membros a promoverem a utilização do Manual da ONU sobre as organizações sem fins lucrativos e a prepararem contas satélite que permitam melhorar a visibilidade das OSFL e das organizações da economia social".

Entretanto, em 2005 no âmbito do Projeto Comparativo do Setor Não Lucrativo da Universidade de Johns Hopkins, estudo que em Portugal foi liderado pela Universidade Católica Portuguesa, pela primeira vez olhou-se para um setor que à altura representava 4,2% do PIB e envolvia perto de 250 mil trabalhadores ETI (Equivalentes a Tempo Inteiro), dos quais cerca de 70% tinham posições remuneratórias e os restantes em regime de voluntariado.

Este estudo, que em Portugal foi coordenado por Raquel Campos Franco e envolveu 38 países, apontou genericamente que o setor não lucrativo português constituía uma força

económica significativa, com uma forte presença de organizações de serviços geradoras de fundos ou receitas próprias.

Já em 2013 é divulgado o resultado com referência ao ano de 2010 do projeto-piloto do projeto que a CASES abraçara então. A compilação da CSES 2010 teve como referência concetual os conceitos e definições das Contas Nacionais de então. Pelo que, em muitos aspetos, a Conta Satélite constituía – de acordo com o INE – "uma extensão com maior detalhe das Contas Nacionais", procurando desta forma facilitar "a interpretação dos seus resultados" e permitir "comparações com outras rubricas de caráter macroeconómico a nível nacional".

Sem detalhe quanto ao número de entidades da economia social por nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos (NUTS III), ou seja, por regiões (resultando daí qualquer dado sobre as Regiões Autónomas) o país tomou conhecimento dos principais indicadores então obtidos e que apontavam para a existência de 53.383 mil entidades da economia social.

Quadro I – Evolução do nº de entidades da ES em Portugal

Ano	2010		2013		2016	
Famílias	Nº	Peso %	Nº	Peso %	Nº	Peso %
Cooperativas	2.260	4,08	2.117	3,46	2.343	3,26
Mutualidades	119	0,21	111	0,18	97	0,13
Misericórdias	381	0,69	389	0,63	387	0,54
Fundações	527	0,97	578	0,94	619	0,86
Associações e outras	52.086	94,05	-	-	-	-
ACFA	-	-	57.196	93,36	66.761	92,88
SCA	-	-	877	1,43	1.678	2,33
Total	55.383	100	61.268	100	71.885	100

Elaboração própria (fontes: INE/CSES – CASES)

É neste enquadramento que, em 2013, o legislador nacional aprova a LBES que preceitua no nº 2 do seu art.º 6º que: "deve ainda ser assegurada a criação e a manutenção de uma conta satélite para a economia social, desenvolvida no âmbito do sistema estatístico

nacional", dado que para conhecer a economia social "é preciso dispor de estatísticas fiáveis e adaptadas ao setor" (Meira, 2013, p.41).

A CSES constitui, na perspetiva de Garrido, "uma iniciativa de apurada responsabilidade ética e cívica", pelo que "a produção de contas satélite ajusta-se bem à inscrição pública de evidências nem sempre evidentes" (2016, p.1).

Precisamente em 2016, o INE avança com a segunda edição CSES com dados referentes a 2013, já referenciando as regiões (incluindo os Açores – Quadro II) e tendo "como principal referência metodológica" a LBES, a qual, entre outras matérias, "estabelece o tipo de entidades que devem integrar a ES, assim como os princípios orientadores que devem pautar as atividades desenvolvidas por estas entidades". E adianta-se – até para uma melhor compreensão do exposto no quadro I - que "esta Lei veio autonomizar os Subsetores Comunitário e Autogestionário (SCA) dos demais grupos de entidades da ES", pelo que foi introduzida uma "alteração significativa face à edição de 2010 da CSES, na qual a informação referente a estas entidades foi parcialmente incluída no grupo das Associações e outras organizações da ES". Desta forma, para a edição de 2013 da CSES, a informação disponível foi compilada de forma individualizada, criando-se um apuramento específico para os SCA, em coerência com a LBES.

Da informação disponível concluímos que, no universo nacional, 3,27% das OES se situam na Região dos Açores, desconhecendo-se, no entanto, o número e peso de cada uma das famílias da ES.

Quanto à 3ª edição da CSES respeitante a 2016, que foi disponibilizada em 2019, foram mantidas as referências metodológicas fundamentais, designadamente, o manual do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010) e a Lei de Bases da Economia Social. Com os dados divulgados é possível perceber que, relativamente a 2013, o número de OES mapeadas nos Açores – Quadro II - cresceu em 16, 17%, à semelhança do todo nacional, que registou em igual período um acréscimo de 17,32% e, também, que o peso percentual relativo da Região no contexto nacional se situou, em 2016, nos 3,23% contra 3,27 em 2013.

Sendo um "projeto em desenvolvimento", como reconhece o INE, a CSES é atualmente o retrato mais fiel da economia social nacional, incluindo obviamente as Regiões Autónomas.

Quadro II – Os Açores na CSES

Ano	2010	2013	2016
Famílias	Nº	Nº	Nº
OES - Açores	-	2.005	2.327
Evolução %	-	-	16,175
OES - Nacional	55.383	61.268	71.885
Evolução %	-	10,626	17,328
Peso relativo	-	3,272	3,237

Elaboração própria (fontes: INE/CASES)

No, entanto, é fundamental que todos os atores entendem que o contributo das OES para a economia "é dado em termos do número de trabalhadores que empregam, do tipo de atividades que promovem e do seu papel nas economias locais" (Ferreira, 2019, p.50).

Em resumo, neste capítulo, verificamos que, em Portugal, a economia social é um setor secular, com raízes na antiguidade, que ao longo dos séculos, atravessando períodos conturbados da história nacional e mundial, soube adaptar-se e responder aos desafios que, a cada momento, a sociedade impunha. Com a Revolução de Abril, o setor cooperativo e social é justamente alcandorado na CRP e assume-se até aos nossos dias como um setor de inegável valia nas suas diferentes dimensões: social, económica e até política. Assim, importa conhecer, nomeadamente através da Conta Satélite, cada vez melhor o setor da economia social nas diferentes regiões do país.

CAPÍTULO III – ECONOMIA SOCIAL NOS AÇORES

> "A condição de ser ilhéu é simultaneamente individual e coletiva. É geográfica, social e histórica. É objetiva e subjetiva. Tem uma carga de história individual biográfica, mas é também um paradigma. Tem um carácter de permanência, mas um aqui e um agora. O que se escreva hoje pode estar desatualizado amanhã.
>
> A condição de ser insular dos Açores é específica. Tem a História e a Geografia que pode ter. A repetidíssima afirmação de Vitorino Nemésio de que nos Açores a Geografia vale outro tanto como a História é, afinal, uma evidência, porque cada ilha tem o seu tipo de isolamento que lhe condicionou a sua história, e o mesmo se diga de todo o arquipélago."
>
> António M. Machado Pires, "«Pedra torrada, transtorno do mundo» - A condição de ilhéu" in A Ilha em Nós. Povos e Culturas. Lisboa. CEPCEP/UCP, nº 21

Neste capítulo procura-se agora contextualizar a Região Autónoma dos Açore e a inserção da economia social no arquipélago, que tem – de acordo com dados de 2019 (Pordata/INE) - uma área de 2.322 km2 e uma população residente de 242.821 pessoas distribuída por 9 ilhas (S. Maria, S, Miguel, Terceira, Graciosa, S. Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo).

Além de uma leitura histórica, identificamos dados e fontes que permitem perceber que diversas entidades da economia social – as confrarias e irmandades e as misericórdias – estão presentes nos Açores desde o seu povoamento, na segunda metade do século XV, e que a solidariedade filantrópica, como é definida por Jean-Louis Laville, é marca secular nas "Ilhas Adjacentes". Sublinhamos ainda a importância da mudança de regime político em Portugal com a consagração constitucional da autonomia política e administrativa da Região Autónoma dos Açores, cujo parlamento, num dos raros momentos que dedicou à

economia social, criou, em 1978, o Instituto Regional de Apoio ao Setor Cooperativo (IRASC), entretanto extinto. Mais tarde, em 1980, foi criado o Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA) que, por falta de meios, está condicionado na construção da CSES, conforme nos transmitiu em maio último o seu responsável.

3.1. Açores: A "universal escala"

Situado a 1.200 km a oeste de Lisboa e a 3.400 km a este de Nova Iorque, os Açores, dada a sua posição geográfica quase no meio do Atlântico, o regime de ventos e correntes marítimas, ganharam desde logo "uma função importante e um destino ímpar no comércio atlântico da época moderna" (Matos, 2008, p.199).

O povoamento dos Açores, ao que se presume, ter-se-á iniciado no decurso do decénio de 1440, num processo que contou, inicialmente, com a administração eclesiástica diretamente dependente de Tomar da Ordem de Cristo. A ocupação das ilhas processa-se "por fases e a ritmos variados de ilha para ilha: nasce em S. Maria e S. Miguel e culmina com a ocupação quinhentista das Flores e Corvo" (Gregório, 2008, p. 111).

Neste processo, a economia social, através das confrarias e das misericórdias, exerceu "um papel muito importante no acompanhamento dos fiéis, quer em vida, quer na morte" (Costa, 2008a), p. 189). Na ilha Terceira, por exemplo, em 1492, os dois hospitais das duas Vilas – Angra e Praia pertenciam às confrarias do Espírito Santo que, posteriormente, foram integradas nas Misericórdias ambas criadas em 1498 (Goodolphim, 1897).

Nos Açores, em finais do séc. XVI, os dados coligidos apontam para a existência de onze misericórdias espalhadas por sete das nove ilhas (exceção das ilhas das Flores e Corvo), as quais assumem desde logo uma componente caritativa, reforçada à medida que – como já o referimos – vão anexando a si os hospitais do Espírito Santo que, inicialmente, estão confiados à Irmandade do Espírito Santo, instituição profundamente imbuída de espiritualidade franciscana, e que vai moldar a sociedade e a religiosidade açorianas (Silveira, 2017).

Assim, as misericórdias e os hospitais assumiam funções caritativas espirituais e corporais, incindindo a assistência das misericórdias sobre dois tipos de públicos: os pobres e os enfermos (Costa, 2008a).

A caridade, adianta Costa (2008a), p. 191) "assume, com as misericórdias, uma caraterística que a diferencia das demais instituições confraternais, precisamente devido à sua competência hospitalar, que não existe ou é muito frágil nas restantes irmandades". Por essa razão, acrescenta:

> "as misericórdias são instituições mais modernas quando comparadas com as confrarias, e talvez tenha sido este o seu segredo para a sua sobrevivência até à atualidade, juntamente com o apoio político que sempre tiveram: a conjugação entre a salvação do corpo e a salvação da alma, elo menosprezado nas restantes irmandades, que apenas cuidavam das almas num meio social cada vez mais «temporal»" (Costa, 2008a) p.191).

Apesar dos parcos dados existentes, Susana Costa refere citando Gaspar Frutuoso, que em finais do século XVI só a cidade de Angra possuía 50 confrarias. Na Vila de S. Sebastião, localidade que foi entre 1503 e 1879 sede de um terceiro (e pequeno) concelho na ilha Terceira (que dividia administrativamente a ilha no sentido sul-norte), existiriam no decurso do séc. XVI, de acordo com estudo de Philippe Garnier (2007), sete confrarias às quais se juntaria, posteriormente, uma misericórdia que ainda hoje desenvolve atividade, e que manteve, por várias décadas, um hospital em funcionamento. O que nos revela, uma vez mais, um padrão (confraria/hospital/misericórdia) no desenvolvimento das entidades da economia social à altura.

Significativo é o cuidado da Coroa com o auxílio aos doentes, em particular, com aqueles que chegam aos Açores vindos das Índias. Por exemplo, D. Manuel I por alvará de 28 de agosto de 1515 concede à misericórdia de Ponta Delgada duas arrobas de açúcar da Madeira, para que esta continue a auxiliar os doentes que aí chegam (Costa, 2008). O hospital da misericórdia de Angra foi também favorecido com doações concedidas por D. Manuel I, D. João III e D. Sebastião chegou mesmo a aumentar de 20 mil para 80 mil réis a esmola anual dada ao hospital de Angra, com a "obrigação de nele se admitirem os forasteiros e os que viessem enfermos em suas armadas e conquistas" (Matos, 2008, p.211).

É que, como nos refere este autor que vimos citando, os doentes "deveriam beneficiar de facilidades especiais", tendo nomeadamente permissão de desembarque para "se tratarem

«à sua custa», se tivessem meios, ou então no Hospital da Misericórdia, por conta da Fazenda Real…" (2008, p.210).

Podemos divisar aqui sinais (os primeiros) de uma cooperação, no caso no que designamos como ação social, entre a Coroa (setor do Estado) e as misericórdias (setor social).

No entanto, perto de finais do século XVII, quer a economia quer a influência estratégica deste arquipélago português sofrem diversas perturbações. Os Açores, e em particular Angra, deixam de ser – como denominou o historiador Gaspar Frutuoso (1522-1591) - a "universal escala do mar do ponente, celebrada por todo o mundo".

A economia insular entra nos conhecidos ciclos da monocultura. Com o desaparecimento do pastel verificou-se o predomínio do trigo, seguido do vinho, do milho, do linho e da laranja. Agora, ao ciclo da vaca, aponta-se o ciclo do turismo que, de acordo com dados do SREA, atinge já os 15% do PIB. O que leva os Açores para outros patamares e dinâmicas.

3.2. Solidariedade: O Império do Divino

Antes, porém, importa também revisitar a religiosidade insular que é profundamente marcada pelo culto ao Divino Espírito Santo, uma manifestação de origem europeia remota ligada à Ordem de Cristo que, como já o referimos, teve influência no descobrimento e estruturação dos Açores. A introdução do culto em Portugal terá ocorrido no reinado de D. Dinis, através dos franciscanos adeptos da ideologia milenarista de Joaquim de Flora.

De acordo com Meneses, a devoção ao Espírito Santo

> assenta numa teoria da História inventada por Joaquim de Flora, um frade calabrês crente de que, após as idades do Pai e do Filha, viria o Império do Espírito Santo, uma imitação terrena da vida eterna, caraterizada pelo predomínio do espiritual sobre o material, da fraternidade sobre o individualismo, donde brotaria uma sociedade nova, de abundância, partilha e amizade, i.e., de felicidade (2021, p.21).

A marca deste culto nos Açores é vincada, como já o referimos, desde o povoamento na instituição e administração dos hospitais (nos nossos dias permanece a este nível apenas nas designações dos principais hospitais: do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada, e do Santo Espírito da Ilha Terceira, em Angra do Heroísmo), e manteve-se até aos nossos dias, apesar de várias discórdias entre a hierarquia da Igreja e o povo, a última das quais já na segunda metade do século XX.

E perdurando no tempo e arreigada nas pessoas, a marca deste culto tem, ainda, reconhecimento ao mais alto nível com a incorporação do símbolo do Espírito Santo (a pomba) na heráldica dos Açores[2].

As celebrações que decorrem anualmente, no período entre o domingo de Páscoa e o domingo de Pentecostes, em todas as ilhas e em todos os lugares, são organizadas por associações de fiéis – Irmandades, que tomam a designação de Irmandade do Espírito Santo ou do Divino Espírito Santo, que têm a sua sede nos "impérios" ou "teatros" caraterizados por uma "arquitetura singular e por uma ornamentação excessiva, geralmente por cores garridas" (Meneses, 2021, p. 32).

A secular devoção nos Açores ao Espírito Santo – que Meneses (2021) aponta como a "religião do povo" – constitui desta forma um fator identitário distintivo, porque transversal a todas as ilhas. E o tempo e os efeitos da geografia (em Portugal continental, o culto no decurso dos anos foi perdendo fulgor ao ponto de nesta altura se registar eventos apenas em Tomar) elevaram-no *"*à condição de culto da solidariedade*"*, porque adequado "às condições e às carências históricas da população".

Hélder Mendes vai mais longe na sua interpretação do fenómeno, ao considerar que o Império do Espírito Santo "configura um programa social como sentido", já que o Espírito Santo "compreende algo de fundo: uma escala e uma escola de valores, critérios e atitudes, que tornam o mundo mais humano e fraterno, alegre, justo e misericordioso (…)" (2021, p.79).

Não encontramos registos ou estudos específicos sobre a quantidade de Irmandades do Espírito Santo existentes nos Açores desde o povoamento. No entanto, o que temos como seguro é a informação avançada por Mendes (2021, p.83) de que, a 31 de dezembro de 2015, os párocos da Diocese de Angra "comunicavam ao seu bispo a existência de 308

[2] Informação em https://portal.azores.gov.pt/web/comunicacao/brasao

irmandades do Divino Espírito Santo nas 165 paróquias dos Açores (…)". Na sua maioria – adianta Mendes -, estas entidades "têm personalidade canónica ereta pelo bispo de Angra, com participação ao Governo Regional dos Açores nos termos do art.º 10º da atual Concordata entre a Santa Sé e o Estado Português, e registo público de pessoas coletivas canónicas" (2021, p.83).

Este aspeto, como procuraremos realçar na apresentação e discussão dos resultados, tem em termos quantitativos um peso relativo de algum significado nas entidades da E.S. na Região.

Por outro lado, ao trazermos este fenómeno, que se desvaneceu no reino e que a insularidade cristalizou, ao presente estudo pretendemos acentuar o caráter da solidariedade filantrópica, que Laville, J. afirma concentrar-se "na «questão da urgência» e na preservação da paz social", uma conceção que tem por objeto "o alívio dos pobres e sua moralização por meio do emprego de ações paliativas" (2009, p. 310).

Ora, esta questão leva-nos a uma outra problemática, a da pobreza, uma área em que a generalidade das OES pode desenvolver a sua ação, numa resposta também às preocupações já manifestadas, em março passado, pelo presidente do CESA ao afirmar a pobreza como "problema central entre os desafios ao desenvolvimento dos Açores"[3].

3.3. As "Ilhas Adjacentes"

Os Açores, antes da adquisição da autonomia política e administrativa, experienciavam por mimetismo as vivências metropolitanas.

Ao nível das mutualidades, os Açores acompanham a partir de 1860 o movimento nacional da criação das associações de socorros mútuos com a constituição da "Montepio Terceirense", que foi detentora até aos anos 60 do século passado de uma caixa económica que foi então integrada no Banco Português do Atlântico. Em 1900, nos Açores existiriam onze associações distribuídas pelas ilhas de S, Miguel, Terceira e Faial (Rosendo, 1996).

Mais tarde, no setor cooperativo, em 1927, foi fundada na ilha de S. Jorge a Cooperativa de Leitaria da Beira, considerada a mais antiga em laboração nos Açores e no país. Apesar

[3] Informação retirada de https://correiodosacores.pt/NewsDetail/ArtMID/383/ArticleID/36792/A-pobreza-como-%E2%80%9Cproblema-central-entre-os-desafios-ao-desenvolvimento-dos-A231ores%E2%80%9D

de não existir documentação que o comprove, oralmente chegam registos de que a criação de cooperativas na ilha de S. Jorge, que chegou em 1910 a ter onze fábricas da indústria de lacticínios, teria estado ligada à ação de alguns padres em serviço naquela ilha.

Aliás, a ação do clero no setor da economia social dos Açores foi e é ainda notória, contando com uma forte presença em instituições de cariz social e cultural, através nomeadamente da fundação do Instituto Açoriano de Cultura, uma das entidades responsáveis pela organização, nos anos 60 do século passado, das Semanas de Estudos dos Açores que mereceu a devida atenção da PIDE (Cunha de Oliveira, 2014).

E a propósito das Semanas de Estudos dos Açores respigo, pelo seu significado, uma das "conclusões e votos" do painel sobre o setor agro-silvo-pecuário na IV Semana de Estudos, que se realizou em Ponta Delgada, de 6 a 15 de setembro de 1965, que propõe: "que se fomente a cooperação entre os produtores do setor, não só através de esforços de mentalização, a todos os níveis, mas ainda por meio de apoio preferencial, técnico e financeiro, a todas as iniciativas de grupo". Ora, podemos daqui destacar três questões: "a cooperação", "a formação" e "as iniciativas de grupo", aspetos que são, de sobremaneira, caros à economia social em particular ao setor cooperativo.

Por esses anos, mais em concreto em 1963, como nos relata Carlos Enes (2008), o peso do setor cooperativo "variava de ilha para ilha: enquanto na Terceira produzia 70% do leite entrado nas fábricas, em S. Miguel o seu contributo ficava-se pelos 10%".

Já no âmbito associações, no seu sentido genérico de associações com fins altruísticos, afora as fundações que têm no arquipélago uma existência relativamente recente, é de referir, por exemplo, que do registo de 103 filarmónicas (dados no site da Direção Regional da Cultura referem-se apenas ao ano de 2003) 46% foram fundadas no período da Monarquia Constitucional.

Nesta abordagem pelo estado da economia social nos Açores, no período que medeia a monarquia e o Estado Novo, é de assinalar que, no âmbito do designamos hoje por subsetor comunitário e autogestionário, os baldios, outrora com um significativo peso económico e social na generalidade das ilhas, passaram, por via da extinção das Juntas Gerais, para a posse da Região, pelo que na atualidade não têm expressão.

No entanto, nos começos de 1900, a *Justiça da Noite*, como era designada a ação coletiva de resistência popular executada durante o período noturno contra a apropriação de

baldios e terras comuns por parte de algum lavrador ou proprietário, derrubando os tapumes e paredes, correspondeu a uma forma de luta dos mais desfavorecidos pelo acesso a lenha, pasto para os animais e até de passagem para outros locais.

O estado em que se encontram as "Ilhas Adjacentes", conforme o artigo 124 da Constituição de 1933, altera-se com a Revolução de Abril de 1974.

3.4. Autonomia: uma conquista de Abril

Nos Açores, com a Revolução de 25 de abril de 1974, teve início, à semelhança do restante país, um período de grande efervescência política que amainou com a consagração na nova Constituição da República Portuguesa, aprovada a 2 de abril de 1976, do direito à autonomia política dos Açores e com a realização, a 27 de junho de 1976, das primeiras eleições para o parlamento açoriano que reuniu em sessão constitutiva, na cidade da Horta, a 21 de julho de 1976. Posteriormente, com a Lei nº 39/80, de 5 de agosto, é aprovado o Estatuto Político-Administrativo definido na Constituição da República.

A CRP de 2 de abril de 1976 instituiu um regime político-administrativo próprio para os arquipélagos da Madeira e dos Açores, "fundamentando-se nos condicionalismos geográficos, económicos e sociais e nas históricas aspirações autonomistas das populações insulares" (art.º 225, nº 1 na atual versão da CRP).

Os Açores são, como região autónoma, uma pessoa coletiva territorial a quem compete: a) – Legislar, como respeito da Constituição e das leis gerais da República, em matérias de interesse específico para a região que não estejam reservadas à competência própria dos órgãos de soberania; b) – Regulamentar a legislação regional e as leis gerais emanadas dos órgãos de soberania que não reservam para estes o respetivo poder regulamentar; c) – Exercer a iniciativa legislativa, mediante a apresentação de propostas de lei à Assembleia da República; d) – Exercer poder executivo próprio; e) Administrar e dispor do seu património e celebrar os atos e contratos em que tenham interesse; f)- Dispor das receitas fiscais cobradas no arquipélago e de outras que lhe sejam atribuídas e afetá-las às suas despesas; g) Exercer poder de orientação e de tutela sobre as autarquias locais; h) Superintender nos serviços, institutos públicos e empresas nacionalizadas que exercem a sua atividade exclusivamente na região, e outros casos em que o interesse regional o

justifique; i) Elaborar o plano económico regional e participar na elaboração do Plano; j) – Participar na definição e execução das políticas fiscal. Monetária, financeira e cambial, de modo a assegurar o controle regional dos meios de pagamento em circulação e o financiamento dos investimentos necessários ao seu desenvolvimento económico-social; l) - Participar nas negociações de tratados e acordos internacionais que diretamente lhes digam respeito, bem como nos benefícios deles decorrentes (art.º 229º). Segundo o art.º 230º é vedado aos Açores, como região autónoma, restringir os direitos legalmente reconhecidos aos trabalhadores, estabelecer restrições ao trânsito de pessoas e bens entre a região e o restante território nacional e reservar o exercício de qualquer profissão ou o acesso a qualquer cargo público aos naturais ou residentes.

Os órgãos de governo próprio da Região são a Assembleia Legislativa Regional e o Governo Regional que é politicamente responsável perante aquela.

A Assembleia Legislativa, que tem a sua sede na cidade da Horta (Faial), é composta por 57 deputados, eleitos por sufrágio universal e pelo período de 4 anos. Já, o Governo Regional é composto por um Presidente, designado em função dos resultados eleitorais, e por Secretários Regionais.

A Presidência do Governo está sediada na cidade de Ponta Delgada (S. Miguel) e as Secretarias Regionais encontram-se repartidas pelas cidades de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo (Terceira) e Horta.

A Região Autónoma dos Açores elege 5 deputados à Assembleia da República.

A soberania da República é representada nos Açores por um Representante sediado em Angra do Heroísmo, que é nomeado pelo Presidente da República.

Ora, como nos recorda José Ferreira, os primeiros anos da experiência autonómica foram por vários "conflitos de competência" entre os órgãos de soberania e os órgãos de poder autonómico com "expressão na jurisprudência dos órgãos fiscalizadores da constitucionalidade das normas: primeiro da Comissão Constitucional entre 1976 e 1982, e, depois, do Tribunal Constitucional" (2008, p.356).

3.5. Um "debate" parlamentar sobre cooperativismo

Não levou muito tempo para que a Assembleia Regional (designação consagrada no Estatuto Provisório da RAA – Decreto-Lei nº 318-B/76) exercitasse os seus poderes em matéria relacionada com cooperativismo. Os deputados regionais, ao abrigo da faculdade concedida pela al. a) do nº 1 do art.º 229 da CRP e da al. b) do Estatuto de "Legislar, com respeito da Constituição e das leis gerais da República, em matérias de interesse específico para as regiões que não estejam reservadas à competência própria dos órgãos de soberania", avançaram com propostas e posterior debate.

A 15 de março de 1978 (a pouco mais de um ano após a criação do INSCOOP, pelo Dec. Lei nº 902/76, de 31 de dezembro, que antecedeu a CASES), os parlamentares açorianos apreciaram e votaram um projeto de Decreto Regional da autoria do Grupo Parlamentar do PS que visava a criação do Instituto de Apoio Cooperativo Antero de Quental e uma proposta de Decreto Regional da autoria do Governo Regional que cria o Instituto Regional de Apoio ao Sector Cooperativo, abreviadamente IRASC.

Da leitura do Diário das Sessões (nº 68, I Legislatura, II Sessão Legislativa, pp.2572-2580) torna-se evidente que, apesar dos dois documentos se "complementarem, absolutamente", dado que tinham "a mesma finalidade" – como referiu o deputado do PS Daniel de Sá (reconhecido e premiado escritor açoriano), o entendimento não era de todo possível.

A Assembleia Regional resolveu a discussão na generalidade dos diplomas em 25 minutos (o debate iniciou-se pelas 12h25 e terminou às 12h50) e com os 21 votos dos parlamentares eleitos pelo PSD que suporta o Governo, contra os 10 da oposição (9 do PS e 1 do CDS), ancorando-se no argumento de que "se verifica, sem muito esforço" que a proposta do executivo açoriano "é muito mais objetiva e pormenorizada, além de apontar para um âmbito mais vasto". Na votação da proposta do Governo, os deputados do PS abstiveram-se e o deputado centrista votou favoravelmente.

Apesar do desfecho previsível desta que foi a primeira vez que o parlamento dos Açores legislou no âmbito da economia social, e em concreto sobre cooperativismo, o que merece reflexão da leitura do já citado Diário das Sessões é, salvo melhor opinião, a argumentação desenvolvida. Vejamos.

O deputado Dinarte Teixeira procurando demonstrar que "a história nos mostra uma enorme adaptação do sistema cooperativo a todos os campos da atividade humana, assim como a todas as formas de organização social", invoca estatísticas da ACI relativas a 1954, reportando-se – como ele próprio depois o referiu - a dados de há 24 anos. O desconhecimento da realidade não se ficou por aqui, logo avança:

> Nos Açores, embora exista uma forte tradição de cooperativas, nomeadamente no setor agrícola, estas são, a meu ver em número muito aquém do desejável, e o seu movimento de dimensão reduzida, como se nota, por exemplo em S. Jorge, as quais mesmo assim têm desempenhado um importante papel na sua economia (Diário das Sessões, nº 68, p.2574).

E acrescenta, não especificando o número, que: "em S. Miguel existem também, há largos anos, algumas cooperativas agrícolas de lacticínios (…), e que também na mesma ilha fora "constituída, pelos cultivadores de ananases, e já há anos, uma cooperativa (Profrutos) a qual, segundo me consta, tem contribuído para a valorização e escoamento do produto*"*., concluindo que: "após o 25 de Abril, foram igualmente constituídas, em algumas freguesias, cooperativas de carnes verdes, das quais desconheço a atual situação" (Diário, nº 68, p.2575).

Os argumentos por parte do maior partido da oposição são igualmente vagos. Por exemplo, o deputado José M. Bettencourt ajuíza afirmando "…nós conhecemos organizações denominadas cooperativas na nossa Região, mas que, de facto, não funcionavam na essência que devem reger o cooperativismo*".* Depois, admitindo que o projeto de decreto apresentado pelo PS *"não é perfeito"*, o referido deputado confirma ao que vão: "o nosso espírito e a nossa intenção" é que a Região "tenha realmente um instituto. Um instituto de apoio real ao movimento cooperativo nos Açores. Gostaríamos muito, como açorianos e como autonomistas que esse instituto tivesse o nome de Antero de Quental". Isto, finalizou, numa "homenagem que o Partido Socialista pretende propor à aceitação do Povo dos Açores" (Diário, nº 68, p.2575)

Face a este discurso, o deputado do PSD Emanuel Silva diz ter ficado "de certo modo confuso" e por isso pretender "ser esclarecido". Isto porque – prossegue- na intervenção do deputado do PS é colocado "muito empenho" para que o instituto cooperativo se

chame Antero de Quental. Quanto a isso – afirma o deputado E. Silva – "o Partido Social Democrata deve dizer que respeita demasiado a memória de Antero de Quental, e que de maneira nenhuma consegue associar a sua obras aos princípios do cooperativismo". Desta forma, interrogava, "eu pedia ao Sr. Deputado, primeiro e antes de mais, que me diga que associação é que estabelece entre a figura e a obra de Antero de Quental e o cooperativismo".

A resposta, fazendo fé no Diário das Sessões, não se fez esperar: "…eu queria esclarecer o Sr. Deputado que essa homenagem não está relacionada com a obra de Antero de Quental no respeitante ao cooperativismo. Mas está, sim, diretamente relacionada com o ideal político de Antero de Quental".

Este episódio parlamentar ilustra, por um lado, desconhecimento concreto sobre a real situação do movimento cooperativo nos Açores, o que então se compreende face ao pouco tempo da existência da máquina administrativa regional, e, por outro, revela o generalizado desconhecimento (e eventual preconceito) sobre o pensamento e a ação de figuras que, em termos regionais e nacionais, a todos prestigiam como são precisamente (falando de açorianos) os casos de Antero de Quental, Teófilo de Braga ou Natália Correia que, como a literatura o comprova, se envolveram de corpo e alma nos movimentos cooperativo e mutualista.

3.6. IRASC: uma "espécie" de INSCOOP que se transformou em SISCOOP

No seguimento do debate parlamentar que acabamos de dar conta foi aprovada a criação pelo DLR nº. 8/78/A, de 17 de abril, do IRASC. Este instituto regional funcionou, numa primeira fase, na dependência das Secretarias Regionais da Agricultura e Pescas e do Comércio e Indústria, depois, a partir de 1981, foi acomodado na Presidência do Governo e noutros departamentos governamentais até lhe ser passado, dezasseis anos após a sua criação, o "*óbito*" como jocosamente referiu em plenário o deputado do PP Alvarino Pinheiro.

Dotado de autonomia administrativa, o IRASC (à semelhança do INSCOOP tinha apenas incidência nas cooperativas) tinha como principais atribuições fomentar a expansão qualitativa e quantitativa do sector cooperativo, nomeadamente nos domínios da

produção, comercialização e consumo, zelar pela observância dos princípios cooperativistas e contribuir para a coordenação das respetivas atividades, com vista a melhorar as condições socioeconómicas da Região.

Para a prossecução dos seus fins, competia ao IRASC: a) Promover e apoiar estudos sobre o fenómeno cooperativo e suas experiências regionais, nacionais e estrangeiras e sobre legislação vigente e problemas básicos do sector, bem como sobre o regime fiscal e política financeira e de crédito a adotar tendo em vista os aspetos da inter-relação dos vários fatores de produção; b) Propor, com base nos estudos referidos, projetos a integrar no Plano a submeter, pelo Governo Regional, à Assembleia Regional; c) Difundir os trabalhos efetuados ou outras publicações de interesse para a formação, desenvolvimento e funcionamento das cooperativas, com vista a promover o esclarecimento objetivo da população sobre os princípios e soluções cooperativos; d) Promover a formação de dirigentes e quadros técnicos do sector, organizando ou apoiando cursos que sejam julgados úteis para o efeito, podendo recorrer à colaboração de entidades regionais, nacionais e estrangeiras; e) Propor as medidas e a legislação adequadas, relativas ao financiamento, crédito e assistência ao sector, e emitir pareceres sobre contratos de desenvolvimento e contratos programa para os diferentes ramos cooperativos, promovendo a sua interligação; f) Prestar assistência técnica e jurídica ao sector; g) Exercer funções consultivas sobre matérias da sua competência, a solicitação de departamentos governamentais ou de organismos do movimento cooperativo; h) Colaborar com os diversos serviços ou grupos instituídos nos diferentes departamentos governamentais para o apoio dos vários ramos do sector; i) Estabelecer acordos de cooperação com entidades similares.

Para uma melhor perceção do setor cooperativo nos anos 80 do século XX, socorremo-nos do académico Paulo Casaca, mais tarde eurodeputado eleito nas listas do PS:

> o setor cooperativo dos Açores encontra-se, no entanto, muito pouco desenvolvido, mesmo tendo como padrão o figurino nacional que é dos mais pobres a nível mundial. A situação no setor leiteiro é particularmente dramática, representando o setor cooperativo uma posição secundária e de poucas perspetivas numa ilha como S. Miguel (1985, p.134).

Por isso, adianta, "a intervenção do Estado, numa situação como esta, torna-se imprescindível, e a atuação do IRASC se bem que sem a capacidade administrativa e financeira que lhe seria necessário, tem sido extremamente positiva", pelo que "o fomento do cooperativismo, nas atuais condições açorianas, é, de todas as políticas necessárias, a que se afigura com maiores potencialidades para o desenvolvimento económico dos Açores" (Casaca, 1985, p.134).

Com o *"óbito"* confirmado, a matéria relacionada com o setor cooperativo caiu na alçada de uma direção de serviços que gravitou nos últimos anos entre as secretarias regionais do Comércio e Indústria e a das Finanças.

Atualmente, com a última alteração orgânica do governo dos Açores que ocorreu em meados do ano em curso, o setor cooperativo passou para a alçada da novel Direção Regional do Empreendedorismo e Competitividade (DREC) da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública. A DREC, que é a entidade interlocutora nos Açores da CASES, tem, entre outras tarefas, a competência de emitir anualmente credencial comprovativa da legal constituição e regular funcionamento das cooperativas, o que é feito através do SISCOOP uma ferramenta que "pretende facilitar a relação entre a administração regional e as cooperativas, simplificando procedimentos e desmaterializando processos, permitindo, por esta via: a credenciação das cooperativas; o registo de informação relativa a cada unidade cooperativa, a realização de inquéritos e o tratamento sistemático de informação de natureza estatística"[4].

Como verificamos existem divergências entre a realidade e o conhecido oficialmente, através do SISCOOP.

3.7. SREA – Estatística sem meios

Em 1980 o Governo da República, ouvidos os governos dos Açores e da Madeira, decretou (através do DL 123/80, de 17 de maio) a extinção das delegações do INE existentes nos dois arquipélagos e, simultaneamente, criou o Serviço Regional de Estatística dos Açores e idêntica estrutura na Madeira.

[4] Informação disponível em: https://portal.azores.gov.pt/web/drec/apoio-ao-cooperativismo

A estes serviços foram conferidos o duplo estatuto de delegação do INE, do qual receberão orientação técnica, e de órgão central no âmbito de cada região, da qual dependem administrativamente dos respetivos governos.

Conforme o preâmbulo do diploma da criação do SREA, "as carências de subsistemas de informação estatística regional, capazes de dar satisfação às carências sentidas pelas Regiões Autónomas em matéria de planeamento económico e social, tem de encontrar resposta dentro do Sistema Estatístico Nacional".

Não podendo "ignorar as especificidades das regiões autónomas e as suas necessidades próprias", no diploma aprovado em Conselho de Ministros presidido por Francisco Sá Carneiro preconiza que a criação de subsistemas estatísticos regionais "deve consubstanciar-se na procura do justo equilíbrio entre a indispensável integração no Sistema Estatístico Nacional e a não menos indispensável dotação de meios próprios das regiões autónomas".

Face a isto, no âmbito deste estudo, tornou-se necessário contatar o SREA que perante o pedido de dados (conforme documento em apêndice) informou que: "Atendendo ao seu pedido, e que mereceu a nossa melhor atenção, encarrega-me o Sr. Diretor do SREA (Vasco Silva) de informar que não temos os dados que necessita para o seu objeto de estudo". Mais tarde, o (então) Diretor do SREA explicou que a participação daquele serviço na feitura CSES acontecera de forma indireta: o estudo realizado teve por base a amostragem, através das contas nacionais. A razão de tal procedimento –ao que nos explicou- teve a ver com a escassez de recursos humanos disponíveis para responder às solicitações.

Por outro lado, por parte do INE foi remetida a informação constante na CSES de 2016 e que está disponível há muito nos sites quer do próprio INE quer da CASES.

Destas entidades não obtivemos, pois, a informação que buscamos. O que, de alguma forma, corrobora as declarações do presidente do CESA, Gualter Furtado, em finais de abril do corrente ano, no seguimento de uma reunião do órgão consultivo a que preside, de que: "nos Açores temos um problema estrutural de falta de informação",

nomeadamente informação que "permita avaliar qual o peso do setor social" na economia regional[5].

É que, segundo Garrido, "mensurar é conhecer", porque "medir e contar realidades concretas modeladas por conceitos comuns a outros domínios da economia com presença assídua nas estatísticas nacionais e internacionais é um exercício demonstrativo da maior importância" (Garrido, 2017, p.2).

[5] Informação retirada de: https://www.acorianooriental.pt/noticia/conselho-economico-e-social-dos-acores-quer-mais-informacao-sobre-prr-338369

CAPÍTULO IV – METODOLOGIA

Este capítulo tem como objetivo abordar os procedimentos metodológicos utilizados na elaboração desta dissertação.

Assim, a metodologia adotada, cuja opção ocorre após a definição do problema e dos objetivos da pesquisa que se pretende realizar, é essencialmente qualitativa baseada no método indutivo, porque – refere Coutinho- "o investigador pretende desvendar a intenção, o propósito da ação, estudando-a na sua própria posição significativa, isto é o significado tem um valor enquanto inserido nesse contexto", adotando a postura de quem "…tenta compreender a situação sem impor expetativas prévias ao fenómeno estudado" (2012, p.28).

De caráter exploratório, este estudo, além de revisitar conceitos, pretende contribuir para um melhor conhecimento da realidade da economia social nos Açores, pelo que o objetivo geral do mesmo é, desde logo e antes de mais, o da caracterização do setor atendendo à realidade arquipelágica.

Igualmente, procuramos identificar, através do recurso a entrevistas semiestruturadas realizadas a atores-chave da economia social nos Açores, não apenas os principais problemas e constrangimentos do quotidiano das organizações da economia social, mas, também, as oportunidades que o momento de incerteza que vivemos encerra.

Desta forma, torna-se relevante não só caraterizar o fenómeno, mas também compreendê-lo. E isso só faz sentido se for contextualizado, quer historicamente quer culturalmente, na linha da pesquisa qualitativa, que tende a colocar questões utilizando "o quê", "como" e "porquê" (Fortin, 2009, as cited in Coutinho, 2012).

As respostas às questões implicam analisar o empreendimento levado a cabo pelas comunidades na perspetiva da economia social em resposta a eventuais falhas do mercado, do Estado ou de uma perspetiva multidisciplinar.

Neste contexto foram ainda definidos como objetivos específicos: a) Perceber a dimensão, o papel e a dinâmica do setor social nos Açores, e b) Conhecer a perceção dos atores-chave da economia social acerca do setor.

No desenvolvimento deste trabalho e para a concretização dos objetivos, a nossa abordagem desenvolveu-se em três partes.

A primeira visou a pesquisa e a recolha de informação de suporte aos aspetos conceptual e histórico, recorrendo a autores que, nas suas diferentes análises, pudessem contribuir para clarificar e aprofundar as especificidades e as dinâmicas das OES e porventura divisar ou apreender aspetos ou caraterísticas diferenciadoras da realidade açoriana.

Num segundo momento procedemos à pesquisa e análise documental, através de dados secundários, bem como à realização de entrevistas semiestruturadas, de modo a permitir a triangulação dos dados obtidos.

Os entrevistados tiveram conhecimento previamente do conjunto de questões simples, de formulação aberta com base nos objetivos definidos. Para a realização das entrevistas foi elaborado um guião (Apêndice I) por forma a obter um melhor conhecimento da realidade.

Sendo o estudo de caráter qualitativo, os entrevistados que constituíram a amostra foram selecionados por conveniência, de acordo com a sua experiência na área de investigação e funções desempenhadas. Os entrevistados são os senhores Gualter Furtado, presidente do CESA (Conselho Económico e Social dos Açores), António Bento Barcelos, presidente da Mesa Coordenadora da URMA (União Regional das Misericórdias dos Açores), João Canedo Reis, presidente da direção da URIPSSA (União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores, António Maio, presidente do Conselho de Administração da CEMAH (Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, e José Mancebo Soares, gestor da UNICOL – Cooperativa Agrícola.

As entrevistas, que irão ser designadas de forma aleatória, por entrevistado A, B, C, D e E, de modo a assegurar o anonimato nas respostas obtidas, foram realizadas entre abril e junho, de 2022, tendo cada uma, uma duração média de trinta minutos, em formato presencial e foram gravadas com o prévio consentimento dos entrevistados em representação das seguintes entidades:

- Conselho Económico e Social dos Açores (CESA) - órgão colegial independente, de caráter consultivo, que acompanha e aconselha o Governo Regional em matérias de caráter económico, laboral, social e ambiental;

- União Regional das Misericórdias dos Açores (URMA) – entidade filiada na União das Misericórdias Portuguesas que tem filiadas as 23 misericórdias existentes na Região:

- União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores (URIPSSA) – entidade filiada na Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) conta com 70 instituições filiadas em 7 das 9 ilhas;

- Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo (CEMAH), única instituição de crédito no país com o estatuto de caixa económica bancária, de acordo com o novo regime jurídico das Caixas Económicas (Decreto-Lei nº 190/2015 de 10 de setembro), cujo capital social é detido a cem por cento pela Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo;

- Unicol, crl – cooperativa agrícola que resulta da fusão de 23 cooperativas das ilhas Terceira e Graciosa, conta com cerca de 900 produtores associados e, de acordo com a publicação da CASES sobre as 100 maiores cooperativas, foi, em 2020, a 6ª maior com um volume de negócios superior a 76,3 milhões de euros.

Procedemos, ainda, à análise dos dados, tendo em atenção os aspetos conclusivos. Assim, para além dos elementos colhidos (em anexo a este estudo) junto dos diferentes departamentos da administração pública regional (mencionados na coluna entidades do Quadro III) e públicos (disponíveis em publicações e sites oficiais referenciados na página 83 deste trabalho), tivemos igualmente em atenção a informação recolhida em termos exploratórios, as respostas obtidas nas entrevistas e a triangulação de dados, que foi possível realizar através das listagens (com mais de 119.000 registos) verificadas pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas aquando da emissão de parecer sobre Conta da Região relativa aos anos de 2019 e 2020[6].

[6] As listagens constam nos quadros A20 (Conta da RAA de 2019) e A23 (Conta da RAA de 2020), respetivamente, disponíveis em https://portal.azores.gov.pt/web/drot/contas-da-raa

Quadro III – Fontes de Informação

	Entidade	Cruzamento
Cooperativas	DRCI /ISSA	Ass. Agrícolas /JORAA
Ass. Mutualistas	ISSA	Sites institucionais
Misericórdias	ISSA/URMA	Diocese de Angra (Anuário) /UMP
Fundações	ISSA	Sites PGRA e do JORAA
IPSS (alínea e) LBES)	ISSA	JORAA
ACFA	DRC: Cultura / Recreio DRJ: Juventude; DRD: Desporto SRPCBA: Bombeiros; DRAAC: ONGDA; DRA/DRRF: agrícolas / Caça; Diocese: Religiosas Outros: sindicatos /associação de pais e alunos	Sites das Câmaras Municipais CNE/AEP/AG / Organizações de cúpula Site próprio Site próprio Site próprio Site próprio JORAA
SCA	Não existem registos	DRA/DRRF

Fonte: elaboração própria

Na triangulação de dados contamos com colaborações fundamentais (referidas nos Agradecimentos) para, de algum modo, aferir com maior precisão os dados recolhidos. Essa aferição foi efetuada nos concelhos de Vila do Porto, Santa Cruz da Graciosa, Horta e Ribeira Grande, abrangendo 403 entidades elencadas (o que representa 21,3% do universo das OES em estudo). Desta aferição resultou que se encontravam em falta e ou incorretamente designadas 23 entidades. Com este procedimento foi possível, conforme o quadro V (Variação dos dados da contabilização das OES), estimar uma taxa de variação de 5,42 % no número de OES mapeadas.

Desta forma, os dados colhidos no âmbito deste estudo permitiram em todos os casos completar a informação oficial.

Quadro IV – Variação dos dados da contabilização das OES

	Mapeamento Inicial	OES em falta ou incorretas	OES (valor corrigido)	Taxa de variação %
Vila do Porto	43	4	47	8,51
Ribeira Grande	122	13	135	9,62
Santa Cruz	62	4	66	6,06
Horta	174	2	176	1,13
Total	401	23	424	5,42

Fonte: elaboração própria

CAPÍTULO V – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O que há na índole do povo dos Açores que possa licitamente atribuir-se à acção do meio, quais as transformações que este operou no moral dos portugueses que em meados do século XV se fixaram no arquipélago?

Há tempos já me tentou o estudo dessas relações e do seu resultado, ou, para me servir de uma feliz expressão de Vitorino Nemésio, da açorianidade.

Nesta ordem de ideias procurei fixar aquilo que se me afigurou mais característico no meio açoriano – o vulcanismo, a presença constante do mar, a insularidade ou isolamento do resto do mundo, a humidade do ar, a nebulosidade do céu, a temperatura oscilante entre estreitos limites, a pressão atmosférica, os vendavais e tempestades, a diferença entre as ilhas e o continente pelo que respeita às condições geográficas e da paisagem, verificar ao mesmo tempo quais as qualidades morais comuns a todos os ilhéus, a sua religiosidade profunda, espírito de submissão, indolência, imaginação criadora, sentido da perfeição e do pormenor, espírito satírico, certo grau de saudosismo, talvez mais acentuado do que no continente, etc., e ver até que ponto estas qualidades morais e a sua feição própria eram consequência das condições mesológicas, ou, pelo menos, quais as possíveis relações entre umas e outras.

Infelizmente, porém, quando colhia elementos para o meu estudo, compreendi, a breve trecho, que era cedo demais para o levar a cabo. Falta ainda recolher e estudar muita coisa que é indispensável.

Luís da Silva Ribeiro, Subsídios para um ensaio sobre a açorianidade in Obras, II (História), Angra do Heroísmo, IHIT/SREC, 1983.

Neste capítulo procede-se à apresentação, análise e discussão dos resultados proporcionados pelo estudo realizado. Por uma questão de organização, optou-se por uma estruturação que, primeiramente, apresenta a análise documental de dados secundários e, depois, complementado com os dados colhidos nas entrevistas ao atores.-chave.

Até agora, a informação conhecida sobre as OES nos Açores resumia-se aos dados gerais das CSES respeitante a 2013 e 2016 e ao estudo referenciado por Rui Martins (2020, pp. 85-103) desenvolvido pela Nova School of Business & Economics (Nova SBE), em parceria com a Fundação La Caixa e o BPI, com referência a 2017, tendo em vista o desenvolvimento de uma Base de Dados da Economia Social com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (doravante designada por BDES).

A informação conhecida é, pois, exclusivamente sobre a quantidade de OES nos Açores. Mesmo assim, e atendendo à diferença temporal dos estudos realizados, os números revelados são de alguma forma díspares. A CSES referente a 2016 aponta para a existência de 2.327 unidades, enquanto que o estudo da BDES indica as 1.551 entidades, menos 776 entidades (ver Quadro V, p. 58), cerca de 1/3 das unidades referenciadas na CSES.

Agora, com o estudo que encetamos procura-se, pela primeira vez, identificar cada OES no seu concelho e, sempre que possível, na respetiva freguesia, a data de constituição, se possui estatuto de utilidade pública (UP) e o número de identificação de pessoa coletiva (conforme as listagens nos apêndices II a XX). Igualmente, procuramos perceber o estatuto jurídico de cada uma das OES e, no caso, das duas associações de socorros mútuos, bem como das 23 misericórdias existentes nos Açores tivermos acesso, relativamente ao ano de 2020, aos indicadores de ordem financeira que permitem, de alguma forma, entender a realidade destas entidades da economia social.

Convém referir que neste estudo, cuja recolha de dados decorreu entre a primeira semana de março e a última semana de setembro, contabilizamos – por conhecimento próprio e por cruzamento de dados - todas as OES que se encontram inativas, assinalando esta circunstância à frente da denominação da entidade, conforme os mapeamentos concelhios em anexo. Relativamente ao tratamento dos dados de mapeamento das diferentes famílias das entidades da economia social seguimos a metodologia adotada na CSES.

Assim, sobre a questão de quantas OES estão criadas na Região Autónoma dos Açores, os resultados apurados são diversos, com variações da ordem das centenas, como se observa no quadro V – Nº de OES nos Açores.

Não se tratando de nenhuma disputa estatística, salientamos, no entanto, que o mapeamento que efetuamos, no tempo e circunstâncias já mencionadas, abrange 80,5% do universo identificado pela CSES 2016 e supera em 20,8% o da BDES.

Quadro V – Nº de OES nos Açores - dados da CSES, BDES e autor

Entidade	Ano de Referência	OES
CASES (CSES)	2016	2.327
BDES	2017	1.551
Autor	2022	1.875

Fonte: elaboração própria

No entanto, nesta análise - como já o frisamos - é necessário ter o devido cuidado dada a diferença temporal dos diferentes estudos realizados e até dos propósitos, apesar da convergência de interesses que é o disponibilizar informação fiável sobre a ES, neste caso sobre os Açores. Já quanto aos propósitos, as CSES – lembramos - visam disponibilizar informação estatística mais atualizada para uma avaliação exaustiva da dimensão económica e das principais caraterísticas da ES; enquanto a BDES procura fazer "o mapeamento de todas as organizações abrangidas pela Lei de Bases da Economia Social", além da recolha de outra informação pertinente.

O ensaio que aqui elaboramos procura, de algum modo, face igualmente à escassez de informação dos estudos já referidos e, também, à escassa e dispersa informação a nível regional e local, perceber quantas OES existem, onde estão sedeadas e o que fazem, na busca da caraterização do setor no arquipélago dos Açores, como é o propósito deste trabalho.

Verificamos, conforme quadro VI, que, em termos gerais, das 1.875 OES que mapeamos 1.754 (93,6%) pertencem ao grupo das ACFA, 82 (4,3%) são cooperativas, 23 (1,3%) têm o estatuto de misericórdias, 14 (0,7%) possuem o estatuto de fundações e 2 (0,1%) o estatuto de associação de socorros mútuos.

Quadro VI – Nº de OES nos Açores por famílias (15.09.2022)

Entidades	Nº	%
Cooperativas	82	4,3
Misericórdias	23	1,3
Mutualidades	2	0,1
Fundações	14	0,7
ACFA	1754	93,6
SCA	0	0
Total	1875	100

Fonte: Elaboração própria

Verificamos, por outro lado, numa possível comparação do peso relativo que cada um dos grupos assume (Quadro VII), que nos Açores a distribuição das entidades por forma jurídica tem algumas proximidades com a tendência nacional, em particular no âmbito das associações mutualistas e das fundações.

Quadro VII – Quadro comparativo da realidade nacional e regional (Açores)

Entidades	CSES 2016	BDES 2017	Estudo do Autor 2022
Cooperativas	3,3	4	4,3
Ass. Mutualistas	0,1	0,2	0,1
Misericórdias	0,5	0,7	1,3
Fundações	0,9	1,1	0,7
ACFA	92,9	94,0	93,6
SCA	2,3		0
	100	100	100

Fonte: elaboração própria com dados da CSES e da BDES

Ora, que realidade percecionam os atores-chave, de que forma caraterizam a economia social nos Açores. As respostas são diversas e nalguns casos vagas quanto à tentativa d e um possível dimensionamento do setor. Vejamos:

O entrevistado A diz-nos "Para ser sincero não lhe posso caraterizar o setor, dado a inexistência de informação fiável sobre o mesmo*".* No entanto, continuou: *"*não tenho

dúvidas sobre a importância e o peso do que eu chamo de *exército social dos Açores* que, de facto, é extraordinário*"*.

Já para o entrevistado B: *"*A economia social nos Açores alicerça-se na primazia da elevada densidade de instituições sociais que temos face à nossa própria população", as quais "associadas às instituições de cariz cultural, recreativo, desportivo e às cooperativas permite perceber a amplíssima rede de respostas às necessidades da nossa sociedade, assumindo-se como um sustentáculo da Região*"*.

O entrevistado C prefere caraterizar, por seu turno, o setor pela sua "proximidade às comunidades", a Região *"*ao transferir, através dos protocolos de cooperação, funções nas áreas da infância e terceira idade para as IPSS reconhecem a valia e a importância destas instituições em todas as nossas ilhas", adianta.

O entrevistado D destaca, igualmente, o *"papel fundamental"* que as mais "diversas formas associativas que se definem por um conjunto de princípios e de valores comuns" desempenham por todo o arquipélago *"em domínios como a prestação de serviços, nomeadamente na área do ambiente, assistência social e cultura"*.

Definindo o setor social como "bastante desenvolvido", o entrevistado E realça, contudo, que "a maior parte das pessoas não entende o papel determinante que estas entidades têm na sociedade", porque *"*em ambientes sociais em que não há empresas muito desenvolvidas, em que há muito a presença do setor público, o qual também não tem vocação para fazer tudo, o setor da economia social na nossa realidade é determinante e não imagino sequer o que seria a sociedade açoriana sem estas instituições".

Sobre que informação existe sobre o setor? E se se trata de um setor em expansão ou retração, os entrevistados não foram tão consensuais.

Para o entrevistado A*:* "É necessário saber o que fazem, com que meios – humanos e financeiros – e os impactos das atividades desenvolvidas por todas as entidades envolvidas na economia social". No caso dos Açores – adiantou-, "além do grande peso das misericórdias, existe também um número significativo de outras entidades, que trabalham sob o chapéu do estatuto de IPSS, que são às centenas distribuídas por todas as ilhas". E – acrescenta – "em todo este setor deparamo-nos com o mesmo problema: a falta de informação generalizada. Não sabemos, por exemplo, o emprego gerado no setor, qual

o orçamento consolidado do mesmo, quantas são, aonde e a sua efetiva valia: o que representam na nossa economia? Eu não sei…já pedi esses elementos…".

Porém, referiu: "a ideia que eu tenho do peso da economia social nos Açores é de que é qualquer coisa de significativo, mas se me perguntar se são cinco, dez ou quinze, não lhe posso dizer, porque não sei. Não sabemos". Por isso, possuir "essa informação é essencial para um melhor planeamento e para se conseguir uma ação mais assertiva dos diferentes atores", acrescentou.

O entrevistado C não perceciona, por outro lado, condições para "um aumento ou diminuição" de entidades que prestam, nomeadamente, serviços no âmbito da ação social.

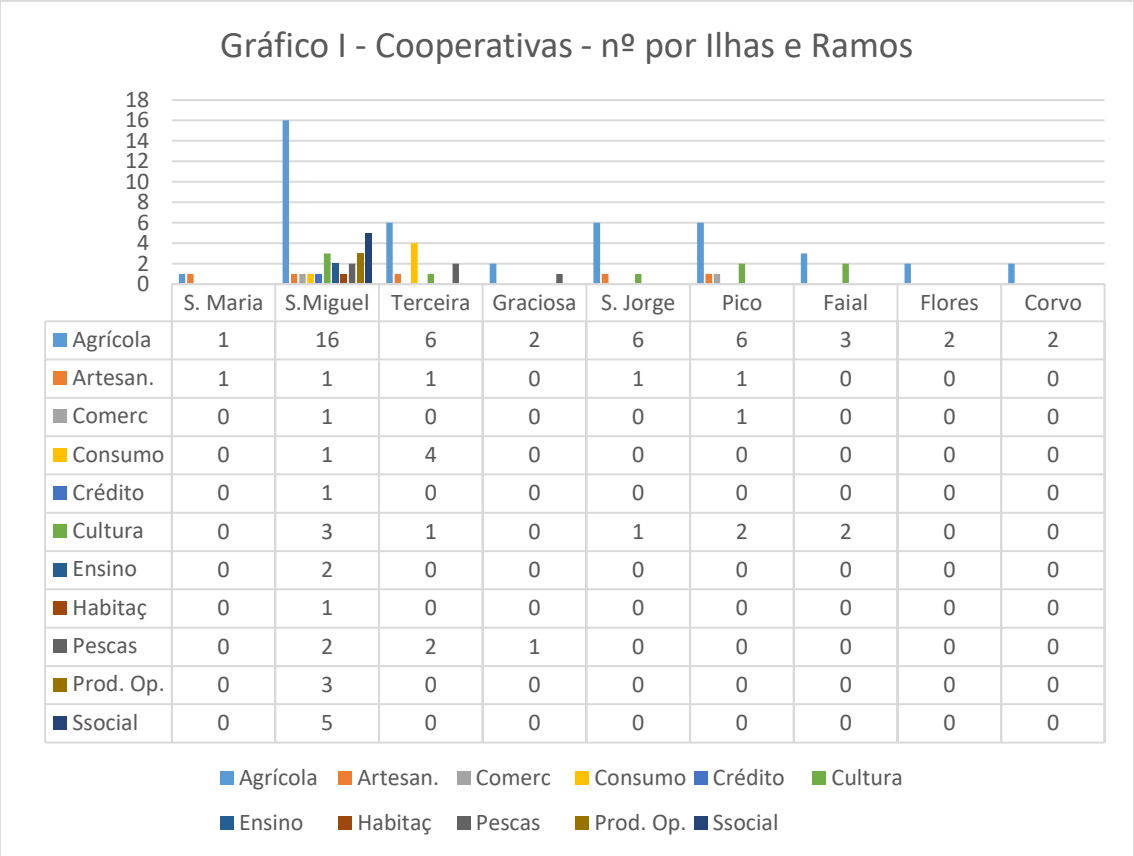
Já os entrevistados D e E face à inexistência de dados concretos escusaram-se a fazer comentários, para além de que tinham "a noção" de que existem "múltiplas entidades (casa do povo, sociedade recreativa e musical, clube de futebol, irmandade do Divino Espírito Santo, centro social, enfim…) em quase todas as nossas freguesias, o que certamente perfaz umas larguíssimas centenas de instituições".

Por seu turno, o entrevistado B refere que "nos últimos anos, desde a autonomia democrática, a rede de instituições sociais sem fins lucrativos, em concreto ao nível das IPSS, registou uma grande expansão" e, por via disso, manifestou o "receio que, nalguns casos e períodos, não tenha sido demasiado acelerada, pouco sustentada, algo fictícia, fruto de movimentos cíclicos pré-eleitorais e eleitorais".

Partimos agora para uma análise mais fina do setor, seguindo a ordem das famílias constante na LBES.

5.1. Cooperativas

O cooperativismo está presente em todas as ilhas. A ilha de S. Miguel concentra 36 (43,9% do total) das 82 cooperativas que apuramos, seguindo-se a Terceira com 14 (17,1%), a ilha do Pico com 10 (12,2%), S. Jorge com 8 (9,8%), Faial com 5 (6,1%), Graciosa com 3 (3,67%), e S. Maria, Flores e Corvo com 2 (2,4%) organizações cada.



	S. Maria	S.Miguel	Terceira	Graciosa	S. Jorge	Pico	Faial	Flores	Corvo
Agrícola	1	16	6	2	6	6	3	2	2
Artesan.	1	1	1	0	1	1	0	0	0
Comerc	0	1	0	0	0	1	0	0	0
Consumo	0	1	4	0	0	0	0	0	0
Crédito	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Cultura	0	3	1	0	1	2	2	0	0
Ensino	0	2	0	0	0	0	0	0	0
Habitaç	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Pescas	0	2	2	1	0	0	0	0	0
Prod. Op.	0	3	0	0	0	0	0	0	0
Ssocial	0	5	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria

De acordo os dados obtidos no mapeamento, em finais de dezembro de 2021, das 82 cooperativas existentes 44 (53,7%) são do ramo agrícola, seguindo-se o ramo da cultura com 9 (10,9%) e, depois, em pé de igualdade, com 5 (6%) cooperativas cada os ramos do artesanato, do consumo das pescas e da solidariedade social. O ramo da produção operária tem 3 (3,6%) cooperativas a operar todas na ilha de S. Miguel. Também nesta ilha estão ativas as duas (2,4%) cooperativas de ensino existentes nos Açores. Por seu turno, o ramo da comercialização regista 2 cooperativas (2,4%), verificando-se que os ramos do crédito e da habitação tem uma cooperativa cada, o que corresponde a 1,2% do total.

Verificamos ainda que todas as ilhas têm cooperativas. O Corvo com 384 habitantes tem 2 cooperativas do ramo agrícola (nesta altura, uma delas está inativa). Curiosamente, na ilha vizinha, as Flores, com uma população a rondar os 3.428 habitantes, os lavradores decidiram recentemente encerrar, devido a questões de viabilidade económica, uma das duas cooperativas existentes na ilha.

É de referir que contatamos a DRCI, após o fornecimento dos dados que constam no Anexo V, uma vez que constatamos divergências com a triangulação de dados que encetamos. O número de 82 cooperativas por nós apurado difere do número 71 que nos

foi remetido pela então DRCI, pelo que seria importante perceber essas divergências, por duas ordens de razão: a primeira, para corrigir, eventualmente, este trabalho académico, tornando-o mais credível e, simultaneamente, dar visibilidade a um setor fundamental da economia social; a segunda, para melhorar, eventualmente, uma base de dados regional que existindo há algumas dezenas de anos necessita de contínuo acompanhamento e aperfeiçoamento.

Por outro lado, admitindo-se como certo que todo o universo cooperativo não está devidamente credenciado, através do SISCOOP, é igualmente incompreensível que, relativamente às entidades devidamente credenciadas (que, entre outros aspetos, devem juntar para esse efeito o Relatório de Gerência e Contas), não sejam facultados, em nome da transparência, os dados relativos ao desempenho económico dessas OES.

5.2. Mutualidades

Ao nível das mutualidades regista-se a existência nos Açores de apenas duas organizações, ambas por sinal centenárias. Uma situa-se em Ponta Delgada e está essencialmente ligada à área da saúde. A outra localizada em Angra do Heroísmo desenvolve as suas atividades no âmbito da solidariedade social.

Apuramos, através de consulta nos sites daquelas entidades, que, relativamente ao ano de 2020, estas duas associações apresentaram em contexto desfavorável (pandemia) resultados positivos, e garantiram, por outro lado, 95 postos de trabalho.

Quadro VIII- As associações de socorros mútuos

	Vendas (Contas 71/72)	Subsídios (Conta 75)	Gastos com pessoal (Conta 63)	Resultado Liquido	Nº de trabalhadores
ASMPD	4.616.418,02	58,20	699.500,00	94.820,63	30
COT	115.813,29	1.257.316,60	1.117.827,92	69.017,12	65

Fonte: Elaboração própria com base nos Relatórios e Contas de 2020 das referidas OES

Constata-se que as receitas da ASMPD são geradas pelas vendas e serviços prestados, tendo um valor residual (€58,20) proveniente de subsídios, verificando-se o inverso na COT.

5.3. Misericórdias

As misericórdias estão igualmente presentes em todas as ilhas e em todos os concelhos. No caso dos concelhos de Angra do Heroísmo (ilha Terceira) registamos a existência de três misericórdias, e nos concelhos de Ribeira Grande (ilha de S, Miguel) e de Santa Cruz na ilha Graciosa existem duas misericórdias em cada. De resto, a regra é de uma instituição por concelho. Todas as misericórdias dos Açores são reconhecidas como instituições particulares de solidariedade social.

De acordo com os dados que recolhemos dos sites das instituições (11 das 23 misericórdias não possuem ainda um meio eletrónico ou de fácil acesso de publicitação das contas e relatório de gerência) foi possível o seguinte quadro:

Quadro IX - Misericórdias: Situação referente a 31.12.2020

Misericórdia	Vol. Vendas (contas 71/72)	Subsídios (conta 75)	Gastos Pessoal (conta 63)	Resultado Liquido	Nº Colab
Vila Porto	397.911,81	1.060.678,19	1.002.706,99	58.995,54	111
P. Delgada	821.309,99	3.144.361,10	3.246.447,56	(468.035,56)	273
Lagoa	419.111,01	744.531,99	769.010,31	40.202,39	48
V. F. Campo	413.614,59	2.763.980,77	2.405.736,90	(47.885,43)	134
Povoação	2.536.406,02	1.105.900,95	1.658.316,74	(96.813,51)	109
Nordeste	1.885.557,67	1.461.708,83	1.797.831,22	79.282,37	122
Maia	1.365.719,11	1.466.600,38	1.440.224,42	82.941,80	118
R. Grande	2.541.252,98	3.149.880,91	3.264.518,30	75.307,76	217
A. Heroísmo	4.863.758,00	3.644.433,00	4.549.592,00	(16.130,00)	237
P. da Vitória	2.308.357,50	1.870.396,00	2.061.766,21	109.106,85	107
S. Sebastião	178.032,57	325.290,74	302.939,05	17.099,27	24
Altares	350.506,62	524.655,76	541.597,65	6.954,26	37
S. Cruz Grw	362.263,99	1.374.921,08	1.269.661,70	187.675,52	70
Praia Grw	247.320,43	368.673,72	399.741,09	4.264,57	28
Velas	1.776.015,80	543.087,72	748.325,47	(133.184,27)	37
Calheta	238.551,17	578.360,10	576.380,60	67.539,97	35
Madalena	1.079.636,98	2.105.310,02	2.261.051,30	(160.696,19)	160
S. Roque	308.754,29	695.716,77	751.805,75	4.822,40	51
Lajes Pico	351.501,24	895.330,90	906.941,18	(23.913,51)	69
Horta	1.503.792,45	1.685.832,09	2.213.823,77	97.480,42	172
S. Cruz Flw.	208.848,35	428.885,60	510.155,96	10.999,02	32
Lajes Flores	208.954,41	352.870,61	373.586,75	(76.256,32)	29
Corvo	66.126,42	267.098,88	259.279,18	(67.434,61)	18
	24.463.303,40	30.558.506,11	33.311.440,10	(247.732,89)	2.238

Fonte: Elaboração própria com base nos Relatórios e Contas das SCM

Em 2020, as 23 misericórdias dos Açores mantiveram ativos 2.238 postos de trabalho, o que corresponde a cerca de 1,9% da população empregada (113.800 pessoas), nos quais despendeu o montante de €33.311.440,10.

Constata-se, por outro lado, que o volume de vendas realizado pela totalidade das misericórdias cobre apenas 73% das necessidades em massa salarial. E, de igual modo, verifica-se que o montante de subsídios, doações e legados (conta 75) não cobre de igual modo os encargos com o pessoal. É na conta 75 que são contabilizados os montantes devidos pelos contratos de cooperação estabelecidos no caso com a administração regional, principal fonte de financiamento das IPSS's nos Açores. Verifica-se que apenas 5 (Povoação, Nordeste, Angra do Heroísmo, Praia da Vitória e Velas) das 21 misericórdias apresentaram resultados nas contas 71 e 72 (vendas e serviços prestados) superiores aos resultados da conta 75 (subsídios, doações e legados).

Verifica-se, ainda, que em 2020 das 23 misericórdias existentes nos Açores 10 apresentaram resultados líquidos negativos, o que resultou que, no conjunto, as misericórdias apresentam um resultado líquido negativo no montante de 247 mil euros.

Ora, a sustentabilidade das OES é outra das preocupações dos nossos entrevistados. Relativamente à questão das oportunidades e obstáculos que as entidades da Economia Social enfrentam nos Açores, dada a sua situação ultraperiférica e arquipelágica, os atores-chave salientaram os desafios da sustentabilidade das diferentes entidades e, também, o do financiamento na generalidade das IPSS.

O entrevistado A relembra "o crónico problema do subfinanciamento das entidades que sobretudo lidam com a ação social, que apresentam consecutivamente estruturas financeiras desequilibradas, o que não abona em nada um possível crescimento". Depois, acrescenta, *"*apesar da nossa realidade, estamos num mercado global e sofremos o bem e o mal que daí decorre", pelo que "neste momento, dada a grande instabilidade que se regista em termos internacionais, vivemos um ambiente de incerteza acentuado, o que não facilita o trabalho de ninguém".

Por isso, acrescentou, "poderemos mesmo viver um período de regressão em termos do comércio internacional, com os impactos daí inerentes, nomeadamente, com políticas protecionistas e, simultaneamente, com avultados gastos em defesa em detrimento do social", o que – apontou – "poderá levar a que as instituições no âmbito da ação social tenham que adotar também soluções diferentes daqueles que agora oferecem".

De algum modo, o entrevistado B comunga da ideia porque "um dos principais desafios será o da estabilidade financeira com vista à viabilização das iniciativas desenvolvidas por cada entidade, já bastante fragilizadas pela pandemia da Covid-19, com a diminuição de receitas e aumento de custos."

Não obstante "toda a importância" das IPSS, o entrevistado D refere que a sociedade açoriana "não pode estar dependente, exclusivamente, das IPSS até porque essas enfrentam fortes dificuldades na manutenção da sua sustentabilidade enquanto atores principais – e únicos, em muitos contextos – no panorama social das comunidades, onde é visível a expansão dos seus serviços de proximidade". Neste sentido, o entrevistado defende, "a inclusão das instituições de crédito neste panorama" e que a sua participação neste processo "se apresenta, de facto, igualmente, como tendência na inovação social, assumindo-se, na prática, sobretudo, como uma nova abordagem à responsabilidade social".

Para além da situação da conjuntura internacional, o entrevistado E entende que "o desafio que se coloca às nossas instituições agora e no futuro é o da eficiência, o da gestão. Já que o mérito e a função de cada uma das entidades são inquestionáveis, pelo menos para mim". O que "falha muitas vezes" – afirma- é "consubstanciar na prática o papel dessas entidades, no qual a gestão é parte fundamental. Infelizmente, ainda há o mito em muitas dessas organizações, nomeadamente algumas com dimensão intermédia, de que podem ser geridas quase como – dizemos por cá – *comissões de império*. Não pode." Não podemos – concluiu – "disputar a Liga dos Campeões com uma equipa de nível local".

O entrevistado B começou por lembrar que, tal como as instituições do setor social souberam na crise pandémica do Covid-19, que se arrasta há mais de dois anos, dar resposta de "forma pronta e, em geral, eficaz", saberão "agora, igualmente, em parceria com as entidades públicas e privadas, encontrar as respostas para os desafios que toda uma série de acontecimentos que terão, naturalmente, impactos nas nossas ilhas*"*.

Para o entrevistado C as questões relacionadas com a sustentabilidade colocam-se em dois patamares: "temos realidades diferentes entre as IPSS e dentro das próprias ilhas". Desta forma adianta: "temos as que foram mais eficientes, que cresceram, acrescentaram mais serviços e que a nível económico estão bem, e as outras…".

5.4. Fundações

De existência mais recente na Região Autónoma, as fundações em número de 14 estão presentes apenas em três das nove ilhas. Em S. Miguel estão registadas 11 instituições, no Faial duas e na ilha Terceira uma.

Estas organizações, de acordo com o Quadro X estão ligadas, sobretudo, à investigação científica, ao ensino e ao património.

Quadro X – Fundações nos Açores

Denominação	Sede	Fins
Pe. José L. da Graça e Sousa	Nordeste	Ensino
Botelhos da Nª Srª da Vida	Ponta Delgada	Cultura
Campo Açores	Ponta Delgada	Atividades desportivas
Dr. Sousa D'Oliveira	Ponta Delgada	Cultura
Eng.º José Cordeiro	Ponta Delgada	Promoção da ciência e cultura científica
Gaspar Frutuoso	Ponta Delgada	Investigação Cientifica
Jardim José do Canto	Ponta Delgada	Património e promoção científica
Pauleta	Ponta Delgada	Desportivo, social e solidário
Pia Diocesana do Bom Jesus	Ponta Delgada	Saúde
Pia D. Nª Srª das Mercês	Ponta Delgada	Solidariedade social
Mª I. Carmo Medeiros	Povoação	Ensino
Escola Prof. P. Vitória	Praia da Vitória	Ensino
Mater Dei	Horta	Cultura
Rebikoff - Niggeler	Horta	Investigação Científica

Fonte: elaboração própria.

5.5. ACFA (Associações com fins altruísticos)

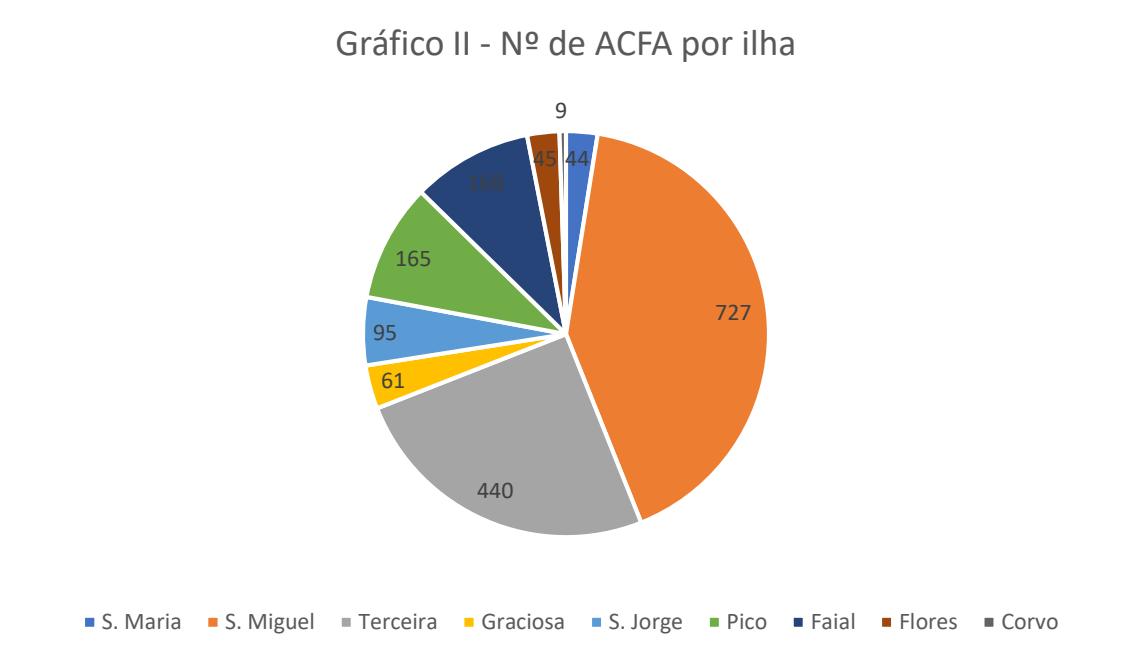
Significativo como já o constatamos é o peso das associações com fins altruísticos que, atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local, entre outros. Por exemplo, no âmbito desportivo são 371 as associações, clubes, academias que se estendem por todas as ilhas, incluindo o Corvo que está dotado de um pavilhão coberto. Significativo é, igualmente, o peso das organizações religiosas que, no cômputo geral, ultrapassa as 400 entidades, a que acresce as 162 associações e casas do povo que desenvolvem atividades no setor da solidariedade.

É neste grupo de entidades que se concentram mais de 93% das entidades da economia social nos Açores, cujas atividades e funcionamento se baseia por excelência no voluntariado. Este é também um aspeto que importaria estudar com acuidade, já que – de acordo com a CSES de 2016 - sendo os Açores a segunda região NUTS II com maior

densidade de OES (no caso 9) por mil habitantes e sabendo-se que as ACFA constituem em média mais de 92% do universo (o que se verifica também nos Açores) das entidades da economia social, torna-se expetável que os dados relativos ao voluntariado sejam mais expressivos.

No entanto reconhecemos que devido às suas finalidades e à diversidade de entidades e áreas envolvidas, a que se aliam a dispersão e a comunicação deficiente (inexistência de site ou de página no facebook), este é um dos setores que maiores dificuldades colocam a uma perceção do seu papel e dinâmica na sociedade açoriana.

No cômputo geral, como já vimos, mais de 93,5% das OES enquadram-se nas ACFA, sendo que destas 1.754 entidades o grosso, concretamente 1.167, se situam nas ilhas de S. Miguel e Terceira, o que percentualmente corresponde a 66,5% do total.



Fonte: elaboração própria

5.6. IPSS

Quadro XI –Nº de IPSS e de respostas

desenvolvidas nos Açores em 2020

	Nºs de IPSS	Nº de respostas
S. Maria	4	14
S. Miguel	109	383
Terceira	67	154
Graciosa	3	16
S.Jorge	9	31
Pico	19	45
Faial	17	50
Flores	6	14
Corvo	1	6
	235	713

Elaboração própria (Fonte: ISSA)

De acordo com o ISSA, no ano de 2020 foram identificadas 235 entidades com o estatuto de IPSS, sabendo-se que naquele universo estão inseridas 99 associações, 63 casas do povo, 42 fundações e centros sociais e paroquiais, 23 misericórdias, 7 cooperativas de solidariedade social e uma associação de socorros mútuos.

Conclui-se, assim, que 12,5% do total da OES detinham o estatuto de IPSS. Estes números significam também que nos Açores, onde existem 156 freguesias, a taxa de cobertura é de 1,5 IPSS por localidade.

Nesse período, os Açores investiram, através da figura do contrato cooperação, mais de 72,4 milhões de euros para garantir o funcionamento de 713 respostas sociais em quatro áreas: infância e juventude, pessoas com deficiência, família e comunidade e pessoas idosas.

No entanto, na perspetiva do entrevistado B, nos últimos anos "a rede de instituições sociais sem fins lucrativos, em concreto ao nível das IPSS, registou uma grande expansão", nessa medida manifestou "receio" de "que, nalguns casos e períodos, não

tenha sido demasiado acelerada, pouco sustentada, algo fictícia, fruto de movimentos cíclicos pré-eleitorais e eleitorais*".* Ora, acrescentou, "os atores políticos muitas vezes nos seus processos eleitorais correspondem, de modo a cativar o eleitorado, às vezes a um ou outro apelo no sentido de criar instituições e ou valências sociais que, por vezes, não têm razão de ser dada a sua multiplicidade e aproximação".

Nessa medida, adiantou, "existe uma proliferação de pequenas instituições ao nível de freguesia, do concelho que quase se entrechocam no seu âmbito de abrangência territorial ou nas suas áreas de intervenção específica do ponto de vista das valências que desenvolvem", e logo exemplificou: "há freguesias já dotadas, através de apoio público, de creche e jardim de infância que, passado pouco tempo, têm alguém que, ao lado daqueles serviços, cria com apoio público um ATL", tudo isto quando "o serviço já em funcionamento dispõe de capacidade em organização, instalações e recursos humanos para prestar esse novo serviço com a qualidade exigível". Isto "não se compreende", enfatizou.

O entrevistado C entende, por sua vez, que "existe pouca informação sobre o setor", mas que daquilo que conhece no "terreno", em particular na área da ação social, "os Açores estão bem servidos, através de uma rede de mais de 230 IPSS cobrindo todas as ilhas e freguesias", pelo que agora "devemos avançar para outra fase: a da qualidade dos serviços prestados à comunidade", afirma.

Para o entrevistado D, em toda esta equação é preciso considerar outros fatores, nomeadamente, "o ainda elevado nível de pobreza nos Açores", pelo que "a ação e intervenção na sociedade de instituições do setor social é fundamental".

O entrevistado B avança, igualmente, com uma hipótese de trabalho para contornar essas dificuldades, ao afirmar convicto de que "havendo entre todos os envolvidos na causa do bem comum o entendimento da necessidade de desenvolvimento de parcerias, de subsidiariedade, a economia social será neste período conturbado fortalecida, dado o seu pendor desenvolvimentista".

5.7. Um retrato geral

Para uma visão mais geral do que conseguimos apurar até 31.08.2022, elaboramos por ilha e concelho um quadro síntese:

Quadro XII – Economia Social: Grupo de entidades, por Ilha e Concelho

Ilha	Concelho	Grupos de Entidades						Total
		Coop.	SCM	AM	Funda.	ACFA	SCA	
S. Maria	V. Porto	2	1	0	0	44	0	47
		2	*1*	*0*	*0*	*44*	*0*	*47*
São Miguel	Lagoa	1	1	0	0	71	0	73
	Nordeste	2	1	0	1	40	0	44
	P. Delgada	17	1	1	8	402	0	429
	Povoação	3	1	0	1	38	0	43
	R. Grande	10	2	0	0	123	0	135
	Vila F. Campo	3	1	0	1	53	0	58
		36	*7*	*1*	*11*	*727*	*0*	*782*
Terceira	A. Heroísmo	10	3	1	0	314	0	328
	P. Vitória	4	1	0	1	126	0	132
		14	*4*	*1*	*1*	*440*	*0*	*460*
Graciosa	S. Cruz	3	2	0	0	61	0	64
		3	*2*	*0*	*0*	*61*	*0*	*64*
S. Jorge	Calheta	3	1	0	0	31	0	35
	Velas	5	1	0	0	64	0	70
		8	*2*	*0*	*0*	*95*	*0*	*105*
Pico	Lajes	4	1	0	0	56	0	61
	Madalena	3	1	0	0	77	0	81
	S. Roque	3	1	0	0	32	0	36
		10	*3*	*0*	*0*	*165*	*0*	*178*
Faial	Horta	5	1	0	2	168	0	176
		5	*1*	*0*	*2*	*168*	*0*	*176*
Flores	S. Cruz	1	1	0	0	23	0	25
	Lajes	1	1	0	0	22	0	24
		2	*2*	*0*	*0*	*45*	*0*	*49*
Corvo	Vila	2	1	0	0	9	0	12
		2	*1*	*0*	*0*	*9*	*0*	*12*
Total Regional		**82**	**23**	**2**	**14**	**1754**	**0**	**1875**

Fonte: elaboração própria

Deste quadro ressalta desde logo, e como já o referimos no enquadramento sobre a economia social nos Açores, a inexistência do subsetor comunitário e autogestionário.

Torna-se, também, importante perceber a densidade das OES. No rácio entre o número de entidades e a dimensão da população, os elementos colhidos apontam que, em média, por cada 1.000 habitantes existem nos Açores 7,9 entidades, número que se aproxima dos dados da CSES de 2016. Verifica-se, ainda, que em 11 dos 19 concelhos da Região o rácio ultrapassa o valor de 10, atingindo o valor de 31 no Corvo.

Quadro XIII – Economia Social: Área, população e OES

Ilha	Concelho	Área	População (2021)	OES	OES/1.000 h.
S. Maria	Vila do Porto	97	5.408	47	8,69
S. Miguel	Lagoa	46	14.191	73	5,14
	Nordeste	101	4.369	44	10,07
	P. Delgada	233	67.233	429	6,38
	Povoação	106	5.791	43	7,42
	R. Grande	180	31.388	135	4.30
	Vila F. Campo	78	10.323	58	5,61
Terceira	A. Heroísmo	239	33.779	328	9,71
	P. Vitória	161	19.465	132	6,78
Graciosa	S. Cruz	61	4.091	66	16,13
S. Jorge	Calheta	126	3.437	35	10,18
	Velas	117	4.936	70	14,18
Pico	Lajes	155	4.340	61	14,05
	Madalena	147	6.323	81	12,81
	S. Roque	142	3.220	36	11,18
Faial	Horta	173	14.334	176	12,27
Flores	Lajes	70	1.408	24	17,04
	S. Cruz	71	2.020	25	12,37
Corvo	Corvo	17	384	12	31,25
		2.320	236.440	1.875	7,93

Fonte: elaboração própria

Estes valores conjugados com a demografia, no que diz respeito ao despovoamento dos territórios e ao envelhecimento da população, devem também preocupar a sociedade, já que se colocam com maior ou menor acuidade o problema de renovação dos órgãos sociais e, depois, o da própria existência da OES.

Relacionado com esta matéria está, por outro lado, o grau de interesse e de envolvimento das comunidades nas organizações da economia social, aspetos em que os atores-chave manifestam opiniões de alguma forma convergentes.

O entrevistado A é cauteloso e avança que a sociedade "está muito individualizada", tendo-se registado "uma grande alteração de valores nos últimos anos. O voluntariado, que era uma das caraterísticas da sociedade açoriana, está reduzido". Por sua vez, adianta, "a solidariedade e a autoajuda sofreram, nos últimos 20 a 30 anos, muito com o individual. Hoje ninguém faz nada de graça. Vejo isto como um problema na nossa sociedade".

Por isso, enfatiza entrevistado, o setor social nos Açores confronta-se "com um duplo problema: além da sustentabilidade económica e financeira é percetível o desligamento da sociedade em relação às suas instituições".

O entrevistado E, partilhando genericamente desta perspetiva, defende um maior empenhamento do cidadão nas diferentes causas que a economia social abarca, numa "economia como a nossa, os governos devem estimular, mas são impotentes se o cidadão não assumir a sua parte".

Já o entrevistado D aponta, neste aspeto, a "crescente" dificuldade que, na sua quase totalidade, as instituições têm em encontrar pessoas com disponibilidade para "abraçar" os diferentes cargos sociais, o que "naturalmente acarreta problemas para a necessária rotatividade dos cargos em instituições como as que estamos a abordar".

Também o entrevistado B afirma vislumbrar "tempos difíceis" nesta matéria. Por um lado, "temos movimentos na sociedade; há famílias que olham para as instituições - na área da ação social- como fundamentais para assegurar o bem-estar, a segurança e todas as demais condições necessárias aos nossos idosos*"*; por outro, "também percebo uma sociedade algo indiferente, menos participativa, cada vez com menor disponibilidade". Para dar a volta a esta situação, propõe, "será necessário rever com cuidado o estatuto do voluntariado, criando condições para tal atendendo até às nossas especificidades, apostar na sua formação e, necessariamente, estimular a sua integração".

Combater a "invisibilidade" das entidades da economia social na comunicação social e a aposta no voluntariado são as armas que o entrevistado C encontra, nesta altura, como disponíveis para fazer face "a algum alheamento da população menos atenta ao bom

serviço que as instituições (sociais) proporcionam, mas, curiosamente, muito atenta a algum episódio, a alguma situação, que, porventura, corra menos bem nas instituições".

Dada a dificuldade de recolha de dados, por várias razões, desde a poucas bases de dados estarem desatualizados ou não existirem, a dispersão da informação e o seu não tratamento, bem como a recusa de facultar a informação por alegada divulgação de "informação sensível", a realização deste trabalho – talvez demasiado ambicioso - não se mostrou fácil. Estamos, no entanto, conscientes de que foram dados passos que certamente podem facilitar, eventualmente incentivando outros, na busca de um melhor conhecimento das entidades da economia social nos Açores.

Neste trabalho, além de revisitarmos os conceitos e explorado o rico e diversificado património histórico e o percurso da ES no mundo e em Portugal, abalançamo-nos na tarefa de caraterizar, na medida do possível, a realidade da economia social nos Açores.

E afirmamos na medida do possível, porque estamos muito longe de dispor da bibliografia e de trabalhos de investigação que nos permitem ir muito além do que fomos. Nos Açores não se conhecem ou encontram registos de quaisquer trabalhos, inquéritos ou diagnósticos sobre o setor da ES. A (pouca) informação existente está dispersa entre diferentes serviços da administração regional e, como demonstramos no caso das cooperativas, não se encontra consolidada.

Como foi salientado pelos entrevistados, e já mereceu destaque na comunicação social regional, é imperativo possuir informação fidedigna e abrangente do setor da economia social, cujo peso nas suas diversas vertentes é ignorado, de modo a habilitar com os instrumentos necessários os diferentes atores para o adequado planeamento e a correta avaliação dos impactos dos investimentos públicos realizados em cada comunidade.

Não estando, pois, a informação sobre o setor da economia social nos Açores trabalhada, de um modo geral, por nenhuma entidade oficial "muito difícil" se torna – como referiu o entrevistado da CESA - "em bom rigor, saber quem são, quantos são, onde estão, o que recebem do erário público e com quanto contribuem, em termos monetários e em trabalho, para o desenvolvimento das atividades que levam a cabo".

Existe, por isso, a necessidade de se conhecer com o detalhe necessário o setor. Neste âmbito, para além do reforço de meios humanos é preciso que o SREA seja sensível ao

acompanhamento de toda a CSES, perspetivando-a como uma ferramenta de conhecimento, promotora da transparência e de valia estratégica.

Com este estudo julgamos ter contribuído, através do mapeamento (que consta dos apêndices II a XX) e do tratamento realizado aos dados sobre as OES para um melhor entendimento da realidade da economia social na Região Autónoma dos Açores que, ainda e para muitos – incluindo dirigentes e técnicos -, se confunde com ação social.

Assim, a nível regional, como forma de promover a literacia sobre a área e, principalmente, ultrapassar a dispersão e descoordenação dos diferentes organismos públicos sobre este setor que se encontra minorado há imenso tempo, décadas mesmos, poderá, como já ocorreu para o turismo, ser criado um Observatório para a Economia Social, na linha do projeto OBESP/CASES.

Por outro lado, e como vimos, se a "elevada" densidade de entidades existentes no arquipélago "pode eventualmente significar alguma pujança do tecido social e cultural da população açoriana, pelo menos de parte dela, colocam-se, no entanto, sérios problemas à sustentabilidade dessas organizações", conforme aponta o dirigente da URMA o que também é enfatizado pelo dirigente da CEMAH. Essa sustentabilidade vai para além da sua componente financeira (como se constata pelos números relativamente às misericórdias), estendendo-se, no curto prazo, à própria (in)capacidade de renovação dos corpos sociais, atirando as organizações para uma situação de cristalização ou mesmo inatividade.

Esta situação encadeia-se, também, na perspetiva geral dos entrevistados relativamente à fraca participação da sociedade na vida interna das organizações, fazendo-se notar sobretudo na escassa participação dos jovens.

Igualmente, verifica-se que as organizações, de um modo geral, não potenciam as capacidades instaladas (cozinhas, diversos tipos de equipamentos e de transporte) de modo a criar sinergias. Desta forma, num trabalho em rede, é possível melhorar os serviços prestados e diminuir os custos. Por conhecimento empírico, em levantamento não formal, realizado junto das misericórdias dos Açores, pode-se concluir que, apesar das reconhecidas dificuldades associadas à pequena escala das empresas e regionais, são poucas as experiências colaborativas existentes no setor.

A análise dos dados leva-nos a concluir que o setor da economia social tem uma dimensão apreciável, tendo em conta a realidade geográfica, de dispersão e as próprias diferenças que se internamente se vivenciam, com ilhas a apresentar altos índices de envelhecimento populacional. Situação que exige um atento cuidado.

A "fotografia" possível sobre a situação em 2020 das mutualidades e das misericórdias, no que à sua componente económica e financeira diz respeito, recomenda o seguimento da situação destas instituições para acautelar, entre outros aspetos, a continuidade dos serviços prestados, cuja valia, em termos gerais, a sociedade reconhece.

Importa, igualmente, aprofundar o estudo das fundações, no sentido de um melhor conhecimento desta "família" da ES nos Açores e de perceber de que modo se podem gerar sinergias que todo o setor seja beneficiado.

A necessidade de maior e melhor conhecimento coloca-se com igual pertinência sobre todo o conjunto das ACFA, no qual estão inseridas mais de 86% das IPSS em funcionamento na RAA, que envolve, entre outras entidades, as associações de bombeiros voluntários e um vastíssimo conjunto de organizações (mais de 1.700) ligadas à cultura, ao recreio, desporto e desenvolvimento local.

Com um papel relevante na sociedade açoriana, como foi reconhecido pelos diferentes entrevistados e normalmente salientado pelos governantes, o setor da economia social não comunica, no entanto, de forma eficaz (como reconhece o entrevistado C), o que se reflete na captação de apoios de privados e na adesão de novos associados e voluntários.

Em suma, além da caraterização do setor, que é certo não tão perfeita como desejaríamos por escassez de meios e de engenho, percebemos que a dimensão do setor da ES nos Açores, à semelhança do que sucede no resto do país, assenta de sobremaneira nas ACFA que desempenham um papel fundamental no desenvolvimento do voluntariado, uma área ainda mal estudada nos Açores e eventualmente incompreendida, porque – como nos recorda um dos entrevistados - já "ninguém faz nada de graça".

Com um papel e uma dinâmica ativa no passado recente, verifica-se na atualidade – de acordo com a perceção dos atores-chave – problemas de sustentabilidade, em particular nas ilhas com menor população, devido sobretudo à densidade do número de OES que, nalguns casos, resulta da multiplicidade de entidades existentes em cada localidade.

Almeida, V. (2011 a)). Estado, mercado e terceiro setor: A redefinição das regras do jogo, in Revista Crítica de Ciências Sociais, 95, pp.85-104. https://doi.org/10.4000/rccs.4397

Almeida, V. (2011 b)). As instituições particulares de solidariedade social: governação e terceiro setor. Coimbra. Edições Almedina S.A.

Amaro, R (2015). Nota editorial: empreendedorismo e economia solidária. Aceesa. http://hdl.handle.net/10071/10713.

Anuário da Diocese de Angra (2021). Edição da Diocese de Angra.

Bernardino, S. & Freitas Santos, J. (2016). Desenvolvimento e Gestão de Iniciativas Sociais. Porto, IPP-ISCAP. Disponível: http://hdl.handle.net/10400.22/11407

Bernardino, S. & Freitas Santos, J., (2017). Contributos para a definição de um perfil das organizações sociais em Portugal, in Research Notes on Impact Economy, 1, pp. 27-34. Disponível: http://hdl.handle.net/10400.22/11413;

Canaveira, M (2009) Introdução à edição portuguesa in Jeantet, T., A Economia Social uma alternativa ao capitalismo, pp. 5-7. Lisboa, Outro Modo, Coop. Cultural, CRL.

Casaca, J. (1985). O papel do setor leiteiro no desenvolvimento económico dos Açores: uma perspetiva de integração económica. Ponta Delgada. Universidade dos Açores.

CIRIEC, Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre Economia Pública, Social e Cooperativa, A Economia Social na União Europeia, disponível em: eesc.europa/resources/docs/eesc-2007-11-pt.pdf.

Conta Satélite da Economia Social 2016, Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=379958840&DESTAQUESmodo=2

Costa, S. (2008 a). A Igreja: implantação, práticas e resultados in Matos, A., Meneses, A., Reis Leite, J., História dos Açores. Do descobrimento ao século XX. Vol. I, pp,172-198. Angra do Heroísmo. Instituto Açoriano de Cultura.

Costa, S. (2008 b). Igreja, religiosidade e comportamentos in Matos, A., Meneses, A., Reis Leite, J., História dos Açores. Do descobrimento ao século XX. Vol. I, pp. 405-431. Angra do Heroísmo. Instituto Açoriano de Cultura

Coutinho, C. (2021). Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática (2ª edição). Coimbra. Edições Almedina.

Defourny, J. (2009). Economia Social in Antonio Cattani et al, Dicionário Internacional da Outra Economia. Pp. 156-161. Coimbra. CES Almedina.

Defourny, J. (2009). Empresa Social in Antonio Cattani et al, Dicionário Internacional da Outra Economia. pp. 188-192. Coimbra. CES Almedina.

Enes, C. (2008). Uma economia em transformação, mas uma pobreza que persiste in Matos, A., Meneses, A., Reis Leite, J.(Coord), História dos Açores. Do descobrimento ao século XX. Vol. II. pp. 185-215. Angra do Heroísmo. Instituto Açoriano de Cultura.

Estatutos e Regulamentos, Normas e Directivas Aplicados na Diocese de Angra (2017). Suplemento Vol. 67 do BEA (2ª edição). Angra do Heroísmo. União Gráfica Angrense.

Ferreira, J. (2008) A revolução autonómica in Matos, A., Meneses, A., Reis Leite, J.(Coord), História dos Açores. Do descobrimento ao século XX. Vol. II. pp. 323-357. Angra do Heroísmo. Instituto Açoriano de Cultura.

Ferreira, S. (2009). Terceiro Setor, in Antonio Cattani et al, Dicionário Internacional da Outra Economia. pp.322-327. Coimbra. CES Almedina.

Ferreira, S. (2012a). Terceiro Setor, in Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado. Dicionário das Crises e das Alternativas, pp. 204-205. Coimbra. Almedina e CES.

Ferreira, S. (2012b). Observando a indecidibilidade da participação do terceiro setor na governação em rede, in Revista Crítica de Ciências Sociais, 97, pp. 107-132. Disponível: https://doi.org/10.4000/rccs.4955

Ferreira, S. (2019). A economia social na hibridização com o Estado, o mercado e a sociedade: perspetivas analíticas macro, meso e micro in Antunes, M & Namorado, R. (Coord.) Economia Social Olhares cruzados, pp. 29-62. Coimbra. Edições Almedina SA.

Garnier, P. – Le «Livro do Tombo» de l'église de São Sebastião de l'île Terceira in Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. LXIV, LXV, LXVI, (anos 2007, 2008, 2009). Angra do Heroísmo. IHIT

Garrido, A. (2016). Uma história da economia social. Lisboa. Edições tinta-da-china, Lda.

Garrido,A. (2017). De onde vem a economia social, https://www.animar-dl.pt/recursos/de-onde-vem-a-economia-social/ (consulta em 01.12.2021)

Garrido, A., & Pereira, D. (2018). A Economia Social em Movimento – Uma história das organizações. Lisboa. Edições tinta-da-china, Lda.

Garrido, A. (2019). Origens, afluentes e perceções históricas da economia social. In Antunes, M., Namorado, R. (coord), Economia Social: Olhares cruzados. pp. 9- 27. Coimbra. Edições Almedina.

Garrido, A. (2020). A ideia de economia social na sua historicidade – uma síntese in Economia Social Leitura e Debates, vol.10, consultado em 16 de maio de 2022. Disponível em http://www.revista-es.info/garrido_10.html

Goodolphim, C (1897). As Misericórdias. Lisboa. S.C. Misericórdia (edição 1998).

Gregório, R. (2008). Formas de organização do espaço in Matos, A., Meneses, A., Reis Leite, J., História dos Açores. Do descobrimento ao século XX. Vol. I, pp. 111-140. Angra do Heroísmo. Instituto Açoriano de Cultura.

Guia Prático da Economia Social, CASES, disponível em https://www.cases.pt/wp-content/uploads/2019/09/Guia_Pr%C3%A1tico_da_Economia_Social.pdf

Hespanha, P. & Santos, L. (2012) Economia solidária in CES, Dicionário das Crises e das Alternativas, pp.83-84. Coimbra. Edições Almedina.

Hespanha, P. (2018) Prefácio in Laville, J., A Economia Social e Solidária: práticas, teorias e debates, pp. 7-14. Coimbra. Edições Almedina S.A.

Hiez, D. (2021). Guide to The Writing of Law for The Social and Solidarity Economy. SSE International Forum. Paris. Disponível em https://base.socioeco.org/docs/0679b3_26fef4ad7db346379f0c1ae2659661bd.pdf

Jeantet, T. (2009). A economia social uma alternativa ao capitalismo. Lisboa. Edição da Outro Modo, CRL.

Laville, J. (2009) Solidariedade in Antonio Cattani et al, Dicionário Internacional da Outra Economia, pp.310-314. Coimbra. Almedina e CES, p. 310-314.

Laville, J., & Gaiger, L (2009) Economia Solidária in Antonio Cattani et al, Dicionário Internacional da Outra Economia. pp. 162-168. Coimbra. Almedina e CES.

Laville, J. (2018). A Economia Social e Solidária: práticas, teorias e debates. Coimbra. Edições Almedina S.A.

Lopes, J. Teixeira, Louça, F., Ferro, G (2017). As Classes Populares: a produção e a reprodução da desigualdade em Portugal. Lisboa. Bertrand Editora.

Martins, R. (2020). Caraterização das Organizações da Economia Social in Feliciano, J. (Org.) Economia Social e Solidária – Impactos e Sustentabilidade das Organizações, pp. 63-106. Lisboa. Edições Universitárias Lusófonas.

Matos, A (2008) – Escala atlântica de referência. Entre a atalaia do oceano e a opressão dos naturais in Matos, A., Meneses, A., Reis Leite, J.(Coord.), História dos Açores. Do descobrimento ao século XX. Vol. I, pp.199-233. Angra do Heroísmo. Instituto Açoriano de Cultura.

Meira, D. (2013). A Lei de Bases da Economia Social Portuguesa: do projeto ao texto final. Revista Jurídica de Economia Social y Cooperativa, n.º 24, pp. 21-52. Ciriec España.

Meira, D. (2020). Projeções, conexões e instrumentos do princípio cooperativo da educação, formação e informação no ordenamento português. Boletín de la Asociación de Derecho Cooperativo, 57, pp.71-94. Acedido em 15 de março de 2021, em: http://dx.doi.org/10.18543/baidc-57-2020pp71-94

Mendes, H. (2021) – O Espírito Santo é o nosso programa social: O profético, o possível, o utópico in Franco, J., & Rebelo, A. (Coord.) Utopia Global do Espírito Santo: Expressões Regionais e Projeções Globais. Vol. II, pp. 79-92. Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Meneses, A. (2021) – O culto do Espírito Santo na religião dos Açores in Franco, J & Rebelo, A (Coord.) Utopia Global do Espírito Santo: Expressões Regionais e Projeções Globais. Vol. II, pp. 19-37. Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Mozón, J. L., Chaves, R. (2012). La Economia Social en la Unión Europea. Disponível em https://www.ces.uc.pt/projectos/pis/wp-content/uploads/2013/09/ND_Economia-Social-na-Europa_CIRIEC.pdf

Namorado, R (2013). O mistério do cooperativismo – da cooperação ao movimento cooperativo. Coimbra, Edições Almedina.

Namorado, R (2013). O essencial sobre cooperativas. Lisboa. INCM

Namorado, R. (2017). O que é a economia social? in Economia Social em Textos, vol. 1. Coimbra. Centro de Estudos Cooperativos e da Economia Social.

Namorado, R (2019). Da revolução de abril à economia social: um roteiro jurídico-político in Economia Social: olhares cruzados. Antunes, M, Namorado, R. (coord), pp.63-88. Coimbra. Edições Almedina.

Oliveira, A. (2014). As semanas de estudos dos Açores in Os Católicos e o 25 de abril. Povos e Culturas (nº especial), pp. 79-84. Lisboa. CEPCEP/UCP.

https://doi.org/10.34632/povoseculturas.2014.8973

Pedroso, E. (2020). As 100 maiores cooperativas 2020 – Top 100 cooperatives 2020. CASES. Disponível em: https://www.cases.pt/wp-content/uploads/2022/06/100-MAIORES-COOPERATIVAS-2020.pdf

Pereira, J. & Henriques, R. (2021) "Origens do Mutualismo em Portugal". Lisboa. UMP (disponível em https://mutualismo.pt/anexos/LivroTOTAL_DivulgacaoWeb.pdf)

Rebelo, G. (2019). Textos de um Tempo e Economia Social: Homenagem a António Sérgio. Porto. Fronteira do Caos Editores.

Rosendo, V (1996). O mutualismo em Portugal: dois séculos de história e as suas origens. Lisboa. Montepio Geral

Sá, I. (2022). A fundação e a estruturação das Misericórdias no século XVI, in Silva, C. (coord.). A Misericórdia- História, Arte e Património, pp.37-52. Torres Vedras. Edições Colibri

Silveira, D. (2017). O Estatuto Jurídico das Misericórdias na jurisprudência da Assinatura Apostólica. Angra do Heroísmo. Instituto Histórico da Ilha Terceira.

Singer, P (2018). Ensaios sobre Economia Solidária. Coimbra. Edições Almedina.

Legislação /Normas Consultada:

- Lei nº 30/2013, de 8 de maio, Lei de Bases da Economia Social.

- Resolução do Parlamento Europeu sobre "Um modelo social para o futuro", disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-6-2006-0340_PT.html,

- Resolução do Parlamento Europeu sobre a economia social, de 19 de fevereiro de 2009, disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-6-2009-0062_PT.html,

Sites Consultados:

Serviço Regional de Estatística dos Açores, https://srea.azores.gov.pt/;

Instituto de Segurança Social dos Açores; https://www.seg-social.pt/issa;

Direção Regional do Comércio e Indústria, drci@azores.gov.pt;

Direção Regional do Desporto, https://portal.azores.gov.pt/web/drd;

Direção Regional da Juventude, https://portal.azores.gov.pt/web/drj;

Direção Regional da Cultura, http://www.culturacores.azores.gov.pt/;

Jornal Oficial da R.A. Açores: https://jo.azores.gov.pt/;

U.M.P., https://cdn.ump.pt/files/files/QSNM2022.pdf

Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, https://www.prociv.azores.gov.pt/;

Pordata (Base de Dados Portugal Contemporâneo), https://www.pordata.pt/;

Arquivo Nacional Torre do Tombo, DGLAB, Feitoria Portuguesa de Antuérpia, disponível em : https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4229516;

https://www.akdn.org/sites/akdn/files/Publications/2008_portugal_nonprofitsector.pdf
(O setor não lucrativo português numa perspetiva comparada)

Apêndice I – Guião para as entrevistas aos atores-chave

- Como caracterizaria a economia social nos Açores?

- Que informação existe sobre o setor? Trata-se de um setor em expansão ou retração?

- Que desafios oportunidades e obstáculos enfrentam as organizações da economia social nos Açores?

- Qual deveria ser, no seu ponto de vista, o papel da economia social no contexto açoriano?

- As organizações de economia social, em concreto aquelas que fazem incidir a sua atividade no âmbito da designada ação social – as IPSS – são económica e socialmente sustentáveis?

- Qual, na sua perspetiva, o grau de interesse e envolvimento da sociedade nas organizações de economia social?

Apêndice II – Entidades do Concelho de Vila do Porto (ilha de S. Maria)

1. Associação Agrícola de S. Maria
2. Associação Banda 15 de Agosto (UP1999)
3. Associação Club Motard de S. Maria – Vila do Porto (2003) (UP 09.2022)
4. Associação Comercial e Industrial da Ilha de S. Maria – Vila do Porto
5. Associação Cultural Maré de Agosto (1987) (UP2002)
6. Associação de Desenvolvimento e Solidariedade Social Mariense – Salvaterra (CCVC)
7. Associação Escravos da Cadeínha (22.06. 2002) (UP) – Anjos/ V. Porto
8. Associação Equestre de S. Maria (2004) – S. Pedro
9. Associação LPAZ - Associação para a Valorização e Promoção do Aeroporto de Santa Maria, NIF 510 749 917
10. Associação H. dos Bombeiros Voluntários de S. Maria – (16.08.1985) (UP1986)
11. Associação Juvenil da Ilha de S. Maria (2000) – V. Porto
12. Associação dos Operadores Marítimos dos Açores - AOMA (UP) 15.03.13
13. Associação Os Amigos da Maia
14. Associação de Pescadores da Ilha de S. Maria (2004) – V. Porto
15. Associação RAEGE Açores (2017) (UP2020) – S. Pedro
16. Associação de Radioamadores Marienses
17. Associação Regional de Criadores de Ovinos dos Açores – ARCOA

18. Associação de Andebol da Ilha de S. Maria
19. Associação de Voleibol da Ilha de S. Maria
20. Associação de Basquetebol de S. Maria
21. Associação de BTT e Trilhos da Ilha de S. Maria – AZPEDAL - Vila do Porto

22. Banda Recreio Espirituense (1923) (UP1998) – S. Espírito

23. Casa do Povo de Almagreira (IPSS) (CCVC)
24. Casa do Povo de S.to Espírito

25. Centro Cultural, Recreativo e Desportivo do Pessoal da CMVP
26. Clube Asas do Atlântico – Estação Emissora CSB 81 (UP1982)
27. Círculo de Amigos de S. Lourenço (UP2001)

28. Clube ANA de S. Maria, Associação Desportiva, Cultural e Recreativa (UP1999)
29. Clube Desportivo Escolar de Stª Maria
30. Clube Desportivo "Os Marienses" (1984) (UP) – V. Porto
31. Clube Desportivo Stº Espírito
32. Clube Naval de S. Maria (UP1997)

33. Cooperativa. de Produtos Agropecuários da Ilha de S. Maria - Agrimariensecoop
34. Cooperativa de Artesanato de S.ta Maria, CRL

35. Grupo Desportivo S. Pedro
36. Grupo Desportivo Gonçalo Velho

37. Império do Espírito Santo de Santo Espírito
38. Império do Espírito de Santa Bárbara

39. Núcleo Aikido Ilha Stª Maria
40. Núcleo do SCP da Ilha de S. Maria – Vila do Porto

41. Paróquia de Almagreira
42. Paróquia de Matriz
43. Paróquia de S.ta Bárbara
44. Paróquia de S.to Espírito
45. Paróquia de S. Pedro

46. Recolhimento de S.ta Maria Madalena (FCP) (CCVC)

47. Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto (1577) (CCVC)

Apêndice III – Entidades do Concelho de Lagoa (ilha de S. Miguel)

1. Santa Casa da Misericórdia de Santo António da Lagoa (2001)

2. Associação de Jovens da Ribeira Chã
3. Centro de Animação e Solidariedade Social da Lagoa
4. Centro Social de N.ª Sr.ª do Rosário
5. Centro Social e Cultural da Atalhada
6. Centro Social e Cultural do Cabouco
7. Centro Sócio Cultural de S. Pedro

8. Centro Social e Paroquial de S.ta Cruz
9. Centro Social e Paroquial do Cabouco "O Ninho"
10. Centro Social Paroquial da Ribeira Chã
11. Centro Social Paroquial de Água de Pau

12. Casa do Povo de Água de Pau
13. Casa do Povo de Cabouco

14. Megasil- Coop. de Produção Alimentar, CRL

15. Associação Cantinho Animais Açores
16. Associação Sociocultural e de Desenvolvimento Local – Filhos da Terra – R. Chã
17. Associação Desenvolvimento e Promoção Rural ASDEPR (1995) (UP) – Rosário
18. Associação dos Pescadores da Lagoa – Bom Porto (2015)
19. Associação NONAGON – P. C. Tecnologia de S. Miguel (2012) (UP) – Rosário
20. Associação Centro Cultural da Caloura - CCC (2006) (UP) – Água de Pau
21. Associação de Motards Gravediggers – Rosário
22. Associação Cultural Desportiva do Cabouco
23. Associação Coaching Profissional dos Açores - ACPA (25.01.17)
24. Associação Promoção e Protecção da Saúde dos Açores, APPSA (29.12.08)
25. Associação do Império de S. João – Relvinha – S. Cruz
26. Associação Movimento de Romeiros de S. Miguel – S. Cruz
27. Associação de Programação e Robótica dos Açores - Probot (11.05.17)
28. Associação União Solidária
29. Associação Mosaico C. S. de Lagoa, Aço., Eua e Canadá (13.10.09) A. Pau
30. Núcleo de Empresários da Lagoa - NELAG

31. Sociedade Filarmónica Fraternidade Rural (1863) (UP) - Água de Pau
32. Sociedade Filarmónica Estrela D'Alva (1887) (UP) – S.ta Cruz
33. Sociedade Filarmónica Lira do Rosário (UP1999)
34. Associação Cultural e Recreativa dos Remédios
35. Associação Musical de Lagoa
36. Associação Musical Nova Geração

37. Grupo de Cantares Tradicionais de Santa Cruz (26.12.1996)
38. Associação Cultural Funcionários da Câmara Municipal de Lagoa – S.ta Cruz
39. Associação Cultural Grupo Jovem Pauense (1987) – Água de Pau
40. Associação de Jovens de Lagoa "O GRUJOLA"
41. Associação de Pilotos de Rali de S. Miguel - Rosário
42. Cáritas de Lagoa
43. Grupo Musical Novos Criativos
44. Grupo de Jovens "Som do Vento"
45. Instituto Cultural Padre João José Tavares
46. Históriasábias - Associação Cultural - Rosário
47. Lions Clube de Lagoa
48. Orfeão Nossa Senhora do Rosário
49. Os Quiridos – Associação Criativa e Promotora de Eventos Culturais

50. Clube Desportivo Escolar de Água de Pau CDEAP (2014) (UP) – Água de Pau
51. Clube Desportivo Powerlifting dos Açores - CDPA (14.01.20)
52. Academia de Patinagem Artística dos Açores - APAA - Rosário
53. Atalhada Futebol Clube
54. Associação Juv. do Clube Operário Desportivo (AJCOD) (2000) (UP) – Rosário
55. Club Operário Desportivo (1948) (UP1993)
56. Associação de Veteranos do Clube Operário Desportivo
57. Centro Karaté de Lagoa
58. Clube Karaté-Do Shotokan da Lagoa
59. Clube de Atletismo da Escola Preparatória da Lagoa (CALAG)
60. Clube de Pesca Desportiva de Lagoa
61. Clube Náutico da Lagoa (UP2002)
62. Clube de Patinagem de Stª Cruz
63. Clube de Ténis Cidade da Lagoa
64. Grupo Desportivo Comercial
65. Judo Clube da Lagoa - JUDOLAG
66. Remédios Sport Clube Açores
67. Santiago Futebol Clube

68. Paróquia de Água de Pau
69. Paróquia da Atalhada
70. Paróquia do Cabouco
71. Paróquia da Ribeira Chã
72. Paróquia do Rosário
73. Paróquia de S.ta Cruz

Apêndice IV – Entidades do Concelho de Nordeste (ilha de S. Miguel)

1. Santa Casa da Misericórdia de Nordeste (1912)

2. Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Nordeste – 23.04.1980 (UP1983)

3. Associação de Ap. aos Def. e Inadaptados do Nordeste – Amizade 2000
4. Associação Sol Nascente
5. Associação dos Veteranos de Nordeste
6. Casa do Trabalho e Proteção à Juventude Feminina do Nordeste

7. Centro Social Paroquial S. José da Salga

8. Casa do Povo de Achadinha
9. Casa do Povo de Lomba da Fazenda
10. Casa do Povo de Nordestinho

11. Cooperativa de Panificação Alegria e Paz, CRL
12. Mãos de Fada, Cooperativa de Produção Alimentar da Salga, CRL

13. Fundação Pe. José da Graça e Sousa (E. Prof. de Nordeste)

14. Recreativo e Cultural do Nordeste (1986) (UP) – Nordeste
15. Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de S. José da Salga
16. Associação Juvenil do Concelho do Nordeste – Nordeste Jovem – Nordeste
17. Associação de Jovens Ser Diferente – Nordeste
18. Associação Cultural Grupo de Cantares da Vila de Nordeste
19. Associação Cultural e Desportiva da E.B.S de Nordeste
20. Centro Sócio-Cultural Pe. Francisco Jacinto Amaral – Lomba da Fazenda
21. Clube Amigos da Columbofilia
22. Clube Naval de Nordeste
23. Filarmónica Eco Edificante (1861) - Vila de Nordeste
24. Grupo de Cantares Vozes do Norte- Salga
25. Grupo Folclórico Imaculada Conceição – Lomba da Fazenda
26. Grupo Folclórico São José- Salga
27. Grupo Motard de Nordeste
28. Orquestra Ligeira do Nordeste
29. Soc. Rec. Filarmónica Imaculada Conceição (1893) (UP) – Lomba da Fazenda
30. Soc. Rec. Filarmónica Estrela do Oriente (1900) (UP1996) – Algarvia
31. Achada Futebol Clube
32. Clube Desportivo de S. António de Nordestinho (1986) (UP) – S. António

33. Fazenda Sport Clube
34. União Desportiva do Nordeste

35. Paróquia da Achada
36. Paróquia da Achadinha
37. Paróquia da Algarvia
38. Paróquia da Lomba da Fazenda
39. Paróquia da Matriz
40. Paróquia da Pedreira
41. Paróquia da Salga
42. Paróquia de Santana
43. Paróquia de S. António Nordestinho
44. Paróquia de S. Pedro Nordestinho

Apêndice V – Entidades do Concelho de Ponta Delgada (ilha de S. Miguel)

1. Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada (1513)

2. Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada – 04.08.1879

3. Associação de Socorros Mútuos "União e Trabalho" - inativa
4. Associação de Socorros Mútuos de Ponta Delgada – S. Sebastião

5. Associação Contra as Dependências - Alternativa – S. Pedro
6. Associação "Seara do Trigo" para Pessoas c. Deficiência do Conc. de P. Delgada - Matriz
7. Associação Açoriana de Educação pela Arte – Bonecos de Trapos (2002) (UP) – S. Pedro
8. Associação Açoriana de Pais e Amigos "Le Patriarche" - inativa
9. Associação Alzheimer Açores – S. José
10. Associação Atlântica de Apoio aos Doentes do Machado Joseph – S. Pedro
11. Associação Centro de Terapia Familiar e Intervenção Sistémica
12. Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal – Del. Açores – S. José
13. Associação de Cultura e Desenvolvimento Local – Part'Ilha – F. Baixo
14. Associação de Bem-Estar Infantil de S.ta Clara
15. Associação de Diabéticos de S. Miguel e S.ta Maria
16. Associação dos Deficientes das Forças Armadas (DEL?) – S. Pedro
17. Associação de Doentes de Dor Crónica dos Açores
18. Associação de Famílias e Amigos dos Utentes da Casa de Saúde de Nª Sr.ª da Conceição
19. Associação Jardins-Escolas João de Deus – S. Pedro
20. Associação de Juventude de Candelária (1995) (IPSS2002)
21. Associação de Pais e Amigos das Crianças Deficientes do Arq. dos Açores- F. Baixo
22. Associação de Paralisia Cerebral de S. Miguel (2005) – S. José
23. Associação Portuguesa de Deficientes – Del. Açores – S. Pedro
24. Associação de Promoção de Públicos Jovens em Risco – APPJ – S. Pedro
25. Associação de S. João de Deus - Arrifes
26. Associação de Solidariedade Social de S. Roque
27. Associação de Surdos de S. Miguel – S. Pedro
28. Associação do Lar Nª Sr.ª da Misericórdia
29. Associação Esp. em Sup. Psicot. de Ativ. Sociais Sist. Org. do SELF – Espassos de Vivências (2008) – S. Pedro
30. Associação para Ap. e Ass. aos Empr. Bancários e Seguros dos Açores (2007) – S. Pedro
31. Associação para o Planeamento Familiar e Saúde Sexual e Reprodutiva – Açores
32. Associação Port. de Familiares, Amigos e Doentes de Alzheimer – Del. Açores

33. Associação P.P. do Des. e Autismo - S. Pedro
34. Associação Probono – Orientação, Mediação e Encontro Familiar
35. Associação R. de Reabil e Int. Sócio-Cultural dos Açores (ARRISCA) – S. José
36. Associação Seniores de S. Miguel (Usénior) – S. Clara
37. Associação de Promoção do Emprego Apoiado - Aurora Social– S. Pedro
38. Banco Alimentar Contra a Fome
39. Cáritas da Ilha de S. Miguel – S. José
40. Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada
41. Centro de Apoio à Mulher de Ponta Delgada - F. Cima
42. Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico (C.E.E.S.A.)
43. Centro Social e Cultural de Fenais da Luz
44. Clube de Alcoólicos Recuperados dos Açores
45. Grupo de Amigos da Pediatria do HDES de Ponta Delgada
46. IDC – Instituto de Desenvolvimento Comunitário
47. Instituto de Apoio à Criança (IAC) – Delegação Açores (CCVC) - Arrifes
48. Instituto Margarida de Chaves – S. Pedro
49. Instituto do Bom Pastor Nª Sr.ª de Fátima – S. José
50. Instituto de São João de Deus - Casa de Saúde de São Miguel – S. José
51. Lar de Nª Sr.ª da Misericórdia
52. Lar Luís Soares de Sousa
53. Associação de Solidariedade Social – Mãe de Deus – S. Pedro
54. Associação de Desenvolvimento Local – Norte Crescente - S. António (Capelas)
55. Associação para a Inclusão Social – Novo Dia - S. Pedro
56. Patronato de S. Miguel – S. José
57. Associação de Integração pela Arte e Cultura – Solidaried'Arte - (2008)
58. Associação para a Igualdade e Direitos das Mulheres UMAR Açores

59. Centro Social e Cultural de Fenais da Luz
60. Centro S. Paroquial do Livramento
61. Centro de Bem Estar Social João XXIII – S. Pedro
62. Centro Paroquial de Bem Estar Social de S. José
63. Centro Social de Nª Sr.ª de Oliveira – F. Cima
64. Centro Social e Paroquial de Arrifes – Saúde
65. Centro Social e Paroquial de Milagres
66. Centro Social e Paroquial de Nª Srª da Ajuda – Ajuda da Bretanha
67. Centro Social Paroquial de Fajã de Baixo
68. Centro Social Paroquial de S. Pedro
69. Centro Social Paroquial de S. Roque
70. Centro Social Paroquial de S.ta Clara (2008)
71. Centro Social Paroquial Nª Sr.ª das Neves
72. Centro Sociocultural Vicenta Maria
73. Instituto do Bom Pastor de Nª Sr.ª de Fátima
74. Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres
75. Obra do Padre Américo nos Açores – Casa do Gaiato S. Miguel – S. Pedro

76. Casa do Povo de Arrifes

77. Casa do Povo das Capelas
78. Casa do Povo de Covoada
79. Casa do Povo de Fajã de Baixo
80. Casa do Povo de Fenais da Ajuda
81. Casa do Povo de Feteiras
82. Casa do Povo de Ginetes
83. Casa do Povo de Livramento
84. Casa do Povo de Santo António – Ajuda da Bretanha

85. Kairós – Coop. de Inc. de Iniciativas de Ec. Solidária, CRL (UP1996) – Arrifes /F. Baixo
86. Cresaçor – Cooperativa Regional de Economia Solidária (IPSS) – F. Baixo

87. Cooperativa Juventude Agrícola, CRL
88. Unileite, União das Cooperativas Agrícolas de Lacticínios da Ilha de S. Miguel
89. Cooperativa Agrícola Bom Pastor, CRL
90. Cooperativa Agrícola de S.ta Luzia, CRL
91. Cooperativa Agrícola Agro Ginetes, CRL
92. Cooperativa Agrícola da Ajuda da Bretanha, CRL
93. Cooperativa Agrícola do Pilar, CRL
94. Agrocapelense, Coop. Agrícola de Compra e Venda dos Agricultores de Capelas
95. Lactaçores, União das Cooperativas de Lacticínios dos Açores, CRL
96. Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, CRL
97. Cooperativa Agrícola dos Mosteiros, CRL
98. Coopdelga, Coop. de Solidariedade Social de Ponta Delgada, CRL – S. Pedro
99. Cooperativa de Ensino "A Colmeia", CRL (1995)
100. Porto de Abrigo – Org. de Produtores da Pesca, CRL (1984) (UP) – S. Clara
101. Cooperativa Cultural Mala Açoriana, CRL

102. Associação Regional para o Desenvolvimento - ARDE
103. Associação Animais de Rua – Núcleo de São Miguel
104. Associação Culturismo e Fitness Açores – ACFA - S. Pedro
105. Associação dos Municípios da Região Autónoma dos Açores (AMRAA)
106. Associação dos Jovens Agricultores Micaelenses
107. Associação dos Avicultores de S. Miguel – Arrifes
108. Associação dos Apicultores de S. Miguel – Fajã de Baixo
109. Associação Cultural - Amigos da Sinagoga de Ponta Delgada
110. Associação das Mulheres na Pesca nos Açores – Ilhas em Rede
111. Associação de Pais e Enc. de Ed. do Colégio de S. F. Xavier (1990) (UP)
112. Associação Aç. de Formação Turística e Hoteleira (2002) (UP) – S. Pedro
113. Associação para a Valorização Económica dos Açores (AVEA)
114. Associação Defesa do Pat. Marítimo dos Açores (1999) (UP) – S. Pedro
115. Associação Consumidores da R. Açores – ACRA -(UP1990) – S. Pedro
116. Associação para a Prom. e Prot. Ambiental dos Açores (APPAA) (2022)

117. Associação Comerciantes de Pescado dos Açores – S. José
118. Associação AF4C Caminhando Com Cristo No Coração
119. GJ4C – Grupo de Jovens 4C
120. Associação Ilhas Em Movimento
121. Associação de Juventude Aprender a Viver – AJAV –
122. Associação S., Cultural, Educativa e Desportiva dos Arrifes- ASCEDA
123. Associação de Juventude Gente Sem Tabaco
124. Associação de Marienses e Amigos de S. Maria - AMASM– S. José
125. Associação dos Imigrantes Brasileiros dos Açores
126. Associação Portas do Mar (10.10.08)
127. Associação Pr. das Comemorações do 25 de Abril em Ponta Delgada
128. APAV – Gabinete de Apoio à Vítima de Ponta Delgada – S. Pedro
129. Associação Académica da UAc
130. Associação para o Desenv. Social e Cultural dos Açores - Cafuão – S. José
131. Associação de Turismo Em Espaço Rural – Casas Açorianas
132. Centro Açoriano de Leite e Lacticínios – S. Pedro
133. Centro da Estratégia Reg. para a Carne dos Açores – CERCA – S. Pedro
134. Cima - Associação Cultural (10.10.08) 512104395 ACR
135. Confraria do Leite dos Açores - Arrifes
136. Cruz Vermelha Portuguesa – C. H. S. Miguel – S. José
137. ENTA - Escola de Novas Tecnologias dos Açores
138. Instituto Cultural de Ponta Delgada (1958) (UP) – S. Sebastião
139. Grupo Motard Independente – Fajã de Cima
140. Onda Intensa – Associação Cultural
141. OVGA – Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores
142. Ordem dos Enfermeiros – S. R. dos Açores
143. Ordem dos Engenheiros Técnicos – S. R. Açores
144. Ordem dos Economistas – Del. Dos Açores
145. Ordem dos Engenheiros – S. R. Açores
146. Polysfiction - Associação Cultural
147. Prevenção Rodoviária Açoriana (1977) (UP) – S. Pedro
148. Associação Surprises On Stage
149. Externato "A Passarada" (1959) (UP1986) – S. Sebastião
150. Associação dos Antigos Alunos da E. I e C. de P. Delgada (UP1990)
151. Associação de Pais e Enc. de Educação dos Alunos da EBI de Capelas
152. Associação de Pais e Enc. de Educação da EB1/JI de S. Pedro Mãe de Deus
153. INOVA – Inst. de Ino. Tecno. dos Açores (1988) (UP1993) – S. Sebastião
154. Passatempo D`ideias – Associação Cultural
155. Silêncio Sonoro - Associação Cultural – S. Sebastião
156. Tuna Académica da Universidade dos Açores
157. Mensagemotiva - Associação Prevenção Local – S. Sebastião
158. 9500 Cine-Clube

159. Associação Agenda de Novidades– S. José
160. Associação Cultural A8 (26.11.09) 509138020
161. Associação Cultural Plutão Camaleão (2016) (UP2020) – S. José

162. Associação Cultural Festival Ferraria
163. Associação para o Desenvolvimento da Ilha de S. Miguel
164. Clube Ana de Ponta Delgada
165. Associação Musicoteatral dos Açores – Musiquim - (2017) (UP2020)
166. Associação de Atividades Culturais – Talentos da Ribalta - (2015) (UP)
167. Associação Cult. e Turística de Fajã de Baixo (2014) UP) – Fajã de Baixo
168. Associação de Fotógrafos Amadores dos Açores – AFAA -(2007) (UP)
169. Associação Cultural- Paralelo 38 (2014) (UP) – S. Pedro
170. Associação Paralelo D'Igualdade – S. José
171. Casa do Triângulo – Associação Cívica (1997) (UP) – S. Pedro
172. Associação Cultural – Anda&Fala (2011) (UP) – Arrifes
173. Grupo Fol. Passos de Bruma da DRTQP (2008) (UP) – S. Pedro
174. Grupo Cultural e Recreativo Domingos Rebelo – S. José
175. Associação Amigos da Ilha das Flores (2003) (UP2009) – S. Pedro
176. Casa do Triângulo- Associação Cívica (1997)
177. Forum Açoriano – Associação Cívica (1993) (UP) – S. José
178. Helfimed – Associação Cultural e Recreativa – S. Pedro
179. Associação Learn To Appreciate
180. Associação dos Imigrantes dos PALOP nos Açores - AIPA (2003) (UP)
181. VOX CORDIS – Associação Musical (2002) (UP) – Relva
182. Coral de S. José, Associação Musical (UP2000)
183. Sociedade Afonso de Chaves – Ass. de Estudos A. (1932) (UP) – S. José
184. Federação de Ass. de Juventude dos Açores – FAJA (1998) (UP) – S. José
185. Rotary Club de Ponta Delgada (2015)
186. Associação de Jovens do TETRAPI – S. Pedro
187. Sindictao dos Prof. de Escr., Com. e Ind., Turismo, Serv. e Correlativos da RAA - SINDESCOM - (1907) (UP) – S. Sebastião
188. Sindicato Democrático dos Professores dos Açores (1989)
189. Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas das Ilhas de S. Miguel e S. Maria
190. Sindicato dos Prof. das Indústrias Transf. do Distrito de P. Delgada
191. Sindicato dos Trab. das Indústrias Transf, Alim., Bebidas e Similares, Escritório, Com. e Serviços, Hot. e Turismo dos Açores – SITACEHT/Açores
192. Sindicato Livre dos Pesc. Marítimos e Prof. Afins de S. Miguel e S. Maria
193. Sindicato dos Trabalhadores Portuários do Grupo Oriental dos Açores
194. Sindicato dos Prof. Transp., Turis. e Outros Serv. de S. Miguel e S. Maria
195. União dos Sindicatos de S. Miguel e S.ta Maria
196. Sindicato dos Trab. Agro-Alimentares e da Hotelaria da R.A.A – Sintaba/Açores
197. Sindicato Independente dos Médicos – Delegação dos Açores
198. Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas – Açores
199. Sind. das Indústrias Elétricas do Sul e Ilhas

200. Observatório do Turismo dos Açores (2006) (UP) – S. Pedro
201. CIVISA – Centro de Inf. e Vig. Sismov. dos Açores (2008) (UP) – S. Pedro
202. A.T.A. – Convention and Visitors Bureau (2003) (UP) – S. Pedro
203. Associação de Radioamadores dos Açores (1976) (UP) – S. Pedro

204. Associação Açor. de Proteção dos Animais – APA (2002) (UP) – S. Pedro
205. Casa da Madeira nos Açores (1986) (UP1988) – S. José
206. LANA – Liga dos Amigos da Neurocirurgia dos Açores (UP1996) – S. José
207. Liga dos Amigos do Hospital de Ponta Delgada (1996) (UP2003)
208. Clube do Cão de Fila de São Miguel (UP1998)
209. Associação para o Desenv. da RAA – Terra Mar (UP1999) – S. José
210. Humanity´s Team-Azores – Ass. Nova Espiritualidade (2005)

211. Fundação Jardim José do Canto (2009) (UP) – S. Sebastião
212. Fundação Gaspar Frutuoso (1999) (UP) – S. Pedro
213. Fundação Campo Açores (2010) (UP) – S.ta Clara
214. Fundação Pauleta (2006) (UP) – S. Roque
215. Fundação Doutor Manuel de Sousa D'Oliveira (2000) (UP)
216. Fundação Pia Diocesana do Bom Jesus
217. Fundação Pia Diocesana "Obra de Socorro de Nª Sr.ª das Mercês
218. Fundação Engenheiro José Cordeiro (1990) (UP)

219. Associação Musical Sinfónica de S. Miguel - Livramento
220. Banda Harmonia Mosteirense (1885) – Mosteiros
221. Banda Nossa Senhora da Luz (1976) – Fenais da Luz
222. Filarmónica Lira de S. Roque (1899) (UP2000) – Rosto do Cão (S. Roque)
223. Filarmónica Lira Nossa Senhora da Estrela (1983) (UP1991) – Candelária
224. Filarmónica Minerva dos Ginetes (1906) (UP) – Ginetes
225. Filarmónica Lira da Nossa Senhora Oliveira (1911) – Fajã de Cima
226. Filarmónica Nª Sr.ª das Neves (1866) – Relva
227. Banda Fundação Brasileira (1863) – Mosteiros
228. Banda União dos Amigos (1879) – Capelas
229. Filarmónica de Nª Sr.ª dos Remédios (1986) - Bretanha
230. Sociedade Filarmónica Lira de Nª Sr.ª da Saúde (1910) (UP1996) – Arrifes
231. Banda Lira das Sete Cidades (1946) – Sete Cidades
232. Grupo Folclórico de Cantares e Balhados da Relva (1976) (UP1996) – Relva
233. Corredor, Associação Cultural
234. Clube Cultural e Recreativo Juventude e Cultura – S. José
235. Rancho Folclórico de Stª Cecília da Fajã de Cima (UP1999)

236. Associação Regional do P. Europeu dos Jovens – F. de Baixo
237. Associação Juvenil dos Remédios – Remédios
238. Associação Juvenil do Livramento – Livramento
239. Associação Juvenil de S. Clara – Desafios – S. Clara
240. Associação de Juventude de Capelas JUVCAP
241. Associação da Escola Profissional das Capelas
242. Colégio de S. Francisco Xavier
243. Associação Cultural do Núcleo Museológico dos Fenais da Luz

244. Associação Cultural e Recreativa Viagem no Tempo – F. de Baixo
245. Quercus- Núcleo Regional de S. Miguel

246. Associação de Futebol de Ponta Delgada (UP1987)
247. Clube Desportivo Oliveirenses
248. Clube Desportivo de S.ta Clara (UP1987) – S.ta Clara
249. Clube Desportivo de Stº António
250. Clube Desportivo Vera Cruz
251. Clube Desportivo de S. Vicente Ferreira
252. Clube Norte Crescente do Norte de Ponta Delgada (2005) (UP) – Capelas
253. Clube União Micaelense (1911) (UP1989) – S. Sebastião
254. Clube União Sportiva (1921) (UP) – S. Pedro
255. Marítimo Sport Clube (UP2001)
256. EFBA – Azor Sport Clube
257. GD da Casa do Povo de Fenais da Luz
258. GD da Casa do Povo do Livramento
259. GDR de Stª Clara
260. GD de S. Roque (UP2002)
261. GD de S. Vicente Ferreira
262. Sport Clube Santa Luzia – Feteiras
263. Unidos Por Si
264. Clube Desportivo Escolar dos Ginetes
265. C. D. Os Metralhas – EB 2, 3 Canto da Maia (1998) (UP) – S. José
266. Clube Desportivo Escolar da Preparatória de Capelas
267. Clube Escolar de Desporto da EBI 2, 3 Arrifes (UP2001)

268. Associação de Voleibol de São Miguel (1984) (UP1993) – S.ta Clara
269. Associação de Basquetebol de S. Miguel
270. VerdeGolf – Country Club (2007) (UP) - Fenais da Luz
271. Karaté Clube de Ponta Delgada (1993) (UP) – S. Roque
272. Arrifes Kickboxing Clube - AKC (2008) (UP) – S. Pedro
273. Kickboxing Club de S. Miguel
274. Clube Desportivo e Cultural Juventude Ilha Verde (2012) (UP) – S. José
275. Associação Columbófila de São Miguel (2000) (UP) – Fajã de Cima
276. Associação de Patinagem de P. Delgada (1954) (UP) – S. José
277. Clube Asas de São Miguel (1997) (UP) – S. Sebastião
278. Associação Clube de Futebol Pauleta (2010) (UP) – S. Roque
279. Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada (2008) (UP) – Relva
280. Associação de Judo do Arquipélago dos Açores (1979) (UP) – S. José
281. Águia Clube Desportivo (1972) (UP) – Arrifes
282. Rosinhas Volei Clube – A. D. C. R. (1984) (UP)
283. Judo Clube de Ponta Delgada (UP1985) – S. José
284. Volei Clube de S. Miguel (UP1991) – S. José
285. Clube K (2000) – F. de Baixo
286. Clube Desportivo Internacional Volei Açores – S. Roque
287. Associação dos Antigos Alunos (1959)

288. Academia Carlos Silveira (2018) – S. Roque
289. Academia de Badminton Tetrapi
290. Clube Desportivo da Juventude de Candelária
291. Clube Desportivo da Ass. Académica da UAc (.09.21)
292. Clube Equestre Equiaçores
293. Clube Luso-Alemão de Karaté-Do
294. Clube Naval de Ponta Delgada (UP1995)
295. Clube de Patinagem da Vila de Capelas
296. Clube de Patinagem de S. Pedro
297. Clube de Patinagem de S. Vicente Ferreira
298. Clube de Ténis de S. Miguel
299. Colégio Castanheiro
300. Colégio S. Francisco Xavier
301. Escola de Patinagem de Ponta delgada
302. GD da Casa do Povo de Arrifes
303. Hóquei Clube de Ponta Delgada
304. Laranjeiras Clube
305. Núcleo Oriental Shotokan
306. Shotokan Dojo Clube
307. Shotokan Karaté Clube S. Miguel
308. Clube Karaté-do Shotokan da Relva
309. Morcegos Trail Clube
310. HL Runners Clube
311. LetsRunAzores
312. AAA – Livramento
313. ACAT – Budokan dos Açores
314. Associação Açoreana de Karaté-Do e Disciplinas Associadas
315. Associação de Andebol de S. Miguel
316. Associação de Desporto Adaptado e Apoio Social
317. Associação de Natação da Região Açores
318. Associação de Atletismo de S. Miguel
319. Associação Gímnica dos Açores
320. Associação de Badminton de S. Miguel
321. Associação de Ciclismo dos Açores
322. Associação Regional dos Açores de Tiro com Arco
323. Associação Açoreana de Pesca Desportiva de Mar
324. Associação Açoreana de Tiro de Precisão
325. Associação Açores Surf e Bodydoard (04.08.14)
326. Associação de Bodyboard e Surf dos Açores - ABSA (22.10.13)
327. Associação do Desporto Equestre dos Açores
328. Associação de Ténis dos Açores
329. Associação de Ténis de Mesa de S. Miguel - Arrifes
330. Associação de Xadrez da R. A. dos Açores
331. Associação Desportiva de Aikikai dos Açores (02.10.08)
332. Bike Mais – Associação Cultural, Desportiva e Recreativa
333. Núcleo de Árbitros de Futebol da Ilha de S. Miguel – S. Pedro

334. Casa do Futebol Clube do Porto em S. Miguel
335. Clube Banif Açores (2010)
336. Clube 205 Açores (.07.13)

337. Associação Cult. Movimento Juventude Nova – Açores – S. Pedro
338. Centro Cultural e Recreativo Juventude e Cultura
339. Arcádia – Associação Juvenil (UP2003) – S. Pedro
340. Associação da Juventude de Ginetes (UP1998)
341. Associação de Guias de Informação Turística dos Açores
342. Associação Espírita de S. Miguel – S. José
343. Associação Religiosa de Man. Do Culto da Igreja Evangélica – S. Pedro
344. Associação de SM de Táxis e Carros de Al. de Lig. de Passageiros
345. Associação de Dadores de Sangue de S. Miguel – S. Clara
346. Associação de Produtores de Tabaco de S. Miguel – S. José
347. Associação dos Centros Sociais Paroquiais da Ilha de S. Miguel – Matriz
348. Associação de Empresas de Observação de Cetáceos de S. Miguel
349. Associação de Prom. e Desenv. de S.ta Bárbara
350. Associação Cultural Mártir S.ta Bárbara – S.ta Bárbara
351. Associação Cultural Despe-te- que-suas – S. Pedro
352. Associação 7 Maravilhas – Ass. de Desenv. Local das Sete Cidades
353. Associação P.I. Des. Int. – Plataforma Saúde & Cidadania – S. Pedro
354. Real Associação de S. Miguel – S. Pedro
355. Associação Vegana dos Açores - Vegaçores (22.07.16)
356. Associação Botânica dos Açores - ABA (03.08.16)
357. Associação Empresarial dos Açores -AEA (.03.22)
358. Associação Açoriana de Aviação- Asas dos Açores (06.10.10)
359. Associação de Relações Públicas dos Açores -ARPA (04.02.09)
360. Associação de Profissionais de Turismo dos Açores (03.02.16)
361. Associação de Doentes da Dor Crónica dos Açores (2016)
362. Associação de Segurança Privada dos Açores - ASPA (22.08.12)
363. Associação Cultural e de Juventude Açores Em Movimento (05.03.13)
364. Associação Desenv. do Arquipélago dos Açores ADDA (28.04.17)
365. Associação de Produtores de Ananases dos Açores - APROAN (16.08.18)
366. Associação Prolíficas - Comunidade Compositoras Açores (2022)
367. Associação R. E. de Ativ. Turísticas dos Açores - AREAT (14.05.14)
368. Associação para o Ensino e Formação – INETESE Açores (30.07.12)
369. Associação para a Prom. do Desenv. dos Açores - APRODAZ (19.10.11)
370. Associação Epsaa – Esc. de Prev. e Salvam. Aquático Açores (-06-21)
371. Associação de Artes Circenses dos Açores - 9'circos (08.05.13)
372. Associação Empresarial para a Sustentabilidade dos Açores - AESA
373. Federação da Juventude dos Açores – FJA (.01.2020)
374. Futebol Clube Açores - FCA(.03.21)
375. Confraria da Sopa dos Açores (.09.09)
376. Confraria do Ananás dos Açores (08.01.09)
377. Associação p. a Formação nos Aç. em Saúde Mater e Infantil (01.06.11)
378. Associação de Interv. Social e Desenv. Cultural e Económico dos Açores

379. Associação dos Antigos Titulares de Cargos Políticos da RAA (08.10.14)
380. Associação Cerca – C. da Estratégia Reg. para a Carne dos Aço. (12.12.17)
381. Associação para a Promoção do C.I.M. Arbr. de Consumo dos Açores (Cimara) (08.02.21)
382. Associação Açor Trissomia 21 (09.06.16)
383. Acto de Coragem – Ass. de Comerciantes (19.05.10) NIF: 509424678
384. Associação Honra Especial (22.11.11) NIF 509319483
385. Learn To Appreciate – Associação (09.11.11) 509986293
386. O Poder da Vontade - Associação Cultural (24.11.09) 508997739
387. Alecrim Dourado – Associação (30.11.09) 509231888 (Educação)
388. Onda Intensa - Associação Cultural (01.08.08) 508645620 ACR
389. American Club dos Açores S. Miguel (13.01.06) – S. José
390. Associação dos Guias Intérpretes Regionais dos Açores (09.01.08)- Relva
391. Associação dos Industriais de Const. Civil e O.P. dos Açores - AICOPA
392. Associação Reg. dos Açores de Montanhismo e Escalada (30.11.05)
393. Associação Cultural Número Conciso – S. Pedro (02.09.19)
394. Associação Cultural Ballet Teatro Paz – F. de Baixo (28.08.19)
395. Associação Cultural Quadrivium – F. de Baixo - (08.05.09)
396. Associação Cinema Sem Conflitos – F. de Cima – (14.04.21)
397. Ass. Cultural Grupo Johann Sebastian Bach (2002)
398. Associação de Desenvolvimento de Jornadas Médicas do Atlântico (S. Roque) – NIF: 516880888
399. Associação de Cantadores ao Desafio dos Açores
400. Associação das Escolas Profissionais dos Açores (13.09.22)

401. Paróquia de Arrifes – Milagres
402. Paróquia de Arrifes – Saúde
403. Paróquia da Candelária
404. Paróquia da Covoada
405. Paróquia da Fajã de Baixo
406. Paróquia da Fajã de Cima
407. Paróquia das Feteiras do Sul
408. Paróquia dos Ginetes
409. Paróquia do Lajedo
410. Paróquia do Livramento
411. Paróquia da Matriz
412. Paróquia dos Mosteiros
413. Paróquia da Relva
414. Paróquia de S.ta Clara
415. Paróquia de S. José
416. Paróquia de S. Pedro
417. Paróquia de S. Roque
418. P. das Sete Cidades
419. Paróquia da Ajuda da Bretanha
420. Paróquia de Fenais da Luz
421. Paróquia de Capelas

422. Paróquia do Pilar da Bretanha
423. Paróquia dos Remédios
424. Paróquia de S.ta Bárbara
425. Paróquia de S. António
426. Paróquia de S. Vicente Ferreira
427. Império do Espírito Santos do Pilar (Pilar da Bretanha)
428. Império do Espírito Santos dos Remédios (Remédios)
429. Império do Espírito Santos de São Roque (São Roque)

Apêndice VI – Entidades do Concelho de Povoação (ilha de S. Miguel)

1. Santa Casa da Misericórdia da Povoação (1932)

2. Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Povoação – 15.05.1980

3. Associação de Juventude Viola da Terra – R. Quente

4. Centro de Bem Estar da Paróquia do Faial da Terra
5. Centro Social e Paroquial da Lomba do Botão
6. Centro Social e Paroquial da Lomba do Pomar
7. Centro Social Paroquial da Lomba do Cavaleiro
8. Centro Social Paroquial da Lomba do Loução
9. Centro Social Paroquial de Furnas
10. Centro Social Paroquial de Ribeira Quente
11. Centro Social Paroquial de S. João da Lomba do Carro
12. Centro Social Paroquial da Matriz da Povoação
13. Centro Social e Paroquial dos Remédios

14. Fundação Maria Isabel do Carmo Medeiros

15. Casa do Povo de Água Retorta

16. Cooperativa Celeiro da Terra, CRL
17. Cooperativa de Economia Solidária Pescadores da Ribeira Quente, CRL
18. Cooperativa Agrícola de Leste da Ilha de S. Miguel, CRL

19. Esc. Prof. Monsenhor João Maurício de Amaral Ferreira (1997) (UP) – Povoação
20. Obra Social Madre Maria Clara - Açores

21. Sociedade Musical Nossa Senhora da Penha de França (1947) (UP) – Água Retorta
22. Sociedade Musical Sagrado Coração de Jesus (1894) (UP) – Faial da Terra
23. Sociedade Filarmónica Marcial Troféu (1912) (UP) – Povoação
24. Banda Melodia Furnense (1868) – Furnas
25. Sociedade Harmónica Furnense (UP2000)
26. Banda União e Amizade (1892) – Lomba do Loução
27. Grupo Folclórico das Camélias (1976) (UP1991) - Furnas
28. Clube Desportivo Escolar da EB 2, 3 da Povoação
29. Futebol Clube Vale Formoso
30. Mira Mar Sport Clube
31. Clube Naval da Povoação
32. Associação Cultural e Desportiva do Concelho da Povoação (UP2000)
33. Associação de Juv. do Concelho da Povoação – (2008) - L. Alcaide/Remédios

34. Associação Cultural e Desportiva de Nª Sª dos Remédios
35. Associação Cultural e Desportiva Maré Viva (R. Quente)
36. Associação de Pr. dos Prod. da Aquic. e Pescas dos Açores - APPAPA (07.07.17)
37. Grupo Folclórico de S. Pedro (2004)

38. Paróquia de Água Retorta
39. Paróquia do Faial da Terra
40. Paróquia das Furnas
41. Paróquia da Matriz
42. Paróquia dos Remédios- Lomba do Loução
43. Paróquia da Ribeira Quente

Apêndice VII – Entidades do Concelho de Ribeira Grande (ilha de S. Miguel)

1. Associação Agrícola de São Miguel – R. de Peixe

2. Associação Amigos de Antero – Pico da Pedra

3. Associação dos Amigos de Rabo de Peixe

4. Associação Âncora da Vila – R. Peixe

5. Associação de Cantares Trovas e Ritmos – R. Peixe - 28/11/2014

6. Associação Cultural de S. Brás- Horizontes

7. Associação Cultural e Desportiva da Ribeira Grande- A Pontilha

8. Associação Cultural, Desportiva e Recreativa do Pico da Pedra (UP1999)

9. Associação para o Desenvolvimento Comunitário - VidAÇOR – R. Peixe

10. Associação de Desenvolvimento Social da Ribeira Grande

11. Associação de Desenvolvimento Humano e Interação Social – Rede Ser - Matriz

12. Associação para o Desen., Promoção e Integração de Jovens em Risco –Força Viva

13. Associação de Dinamização Comunitária – Âncoras e Sereias - R. de Peixe

14. Associação Dinamizadora de Santa Bárbara

15. Associação Ecológica Amigos dos Açores (1987) (UP) – Pico da Pedra

16. Associação dos Emigrantes Açorianos (2010) (UP) – Conceição

17. Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande – 14.04.1875

18. Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia- AICL (2010) (UP) – L. da Maia

19. Associação Irmandade Promotora das Festas da Beneficência de R. Peixe (2004)

20. Associação Juvenil os Valentes – Calhetas (inativa)

21. Associação Juvenil de Rabo de Peixe - AJURPE (2006) – R. Peixe

22. Associação de Juventude da Ribeira Grande

23. Associação de Mães “Crescer em Confiança” – R. Peixe

24. Associação Marítima Açoreana – R. Peixe

25. Associação Matriz Em Movimento

26. Associação Micaelense de Caça – Rabo de Peixe

27. Associação de Municípios da Ilha de São Miguel- AMISM

28. Associação de Nadadores Salvadores da Costa Norte

29. Associação de Pescas de Rabo de Peixe (2011)

30. Associação de Produtores Agrícolas dos Açores- Terra Verde – R. Peixe

31. Associação para a Promoção e Proteção Ambiental dos Açores - APPAA (05.01.22)

32. Associação Regional para a Promoção e Desenvolvimento do Turismo, Ambiente, Cultura e Saúde (ARTAC)

33. Associação Ritmos de S.ta Bárbara da Ribeira Grande - ARSBRG

34. Associação de S. João dos Fenais da Ajuda

35. Associação para Salvaguarda do Património Ambiental, Histórico e Cultural da Zona Oriental do Concelho da Ribeira Grande – A MATA - Maia

36. Associação Sete Mares dos Açores (2017) – R. de Peixe

37. Associação Termas dos Açores (ATeA)

38. Associação Todas as Idades Amigas da Terapia Assistida com Animais Açoreana – NIF:512098050

39. Associação Vassoura de Milho- AVM – Ribeirinha

40. Casa do Povo dos Fenais da Ajuda

41. Casa do Povo de Lomba da Maia

42. Casa do Povo da Maia

43. Casa do Povo do Pico da Pedra

44. Casa do Povo de Porto Formoso

45. Casa do Povo de Rabo de Peixe

46. Casa do Povo da Ribeira Grande

47. Casa do Povo da Ribeirinha

48. Cáritas Paroquial do Senhor Bom Jesus (inativa)

49. Centro de Apoio Social e Acolhimento "Bernardo Manuel da Silveira Estrela (1879)

50. Centro de Bem Estar Infantil e Juvenil Jacinto Ferreira Cabido (1897)

51. Centro Comunitário Cais do Remar da Freguesia dos Fenais da Ajuda

52. Centro de Educação Ambiental da Ribeira Grande – R. Peixe

53. Centro Social Paroquial da Lomba de S. Pedro

54. Centro Social da Paróquia da Maia

55. Centro Social Nª Sr.ª da Ajuda – Fenais da Ajuda

56. Centro Social e Paroquial de Nª Sr.ª da Estrela – Matriz

57. Centro Social Paroquial do Pico da Pedra

58. Centro Social e Paroquial do Porto Formoso

59. Centro Social Paroquial de S.ta Bárbara

60. Centro Social Paroquial Santíssimo Salvador do Mundo – Ribeirinha

61. Centro Social Paroquial de S. Pedro – Ribeira Seca

62. Clube de Cinema da Ribeira Grande (CCRG) – Matriz

63. Confraria do Chá Porto Formoso

64. Cooperativa Agrícola da Costa do Norte, CRL

65. Cooperativa de Apicultores e Sericicultores de S. Miguel – CASERMEL

66. Cooperativa de Consumo do Pico da Pedra

67. Cooperativa Cultural Mal-Amanhados, CRL – Maia

68. Cooperativa para o Desenvolvimento Sustentável do Mar - AQUA, CRL

69. Cooperativa Ecos do Norte, CRL (UP1997)

70. Cooperativa de Ensino e Desenvolvimento da Ribeira Grande – A Ponte Norte (2014) (UP) – Rabo de Peixe

71. Cooperativa União Agrícola – R. Peixe

72. Nossa Vila Nossa Casa, CRL

73. Sanisidro Coop, CRL

74. Banda do Santíssimo Salvador do Mundo (1877) (1996) – Ribeirinha

75. Escola de Música de Rabo de Peixe (2004)

76. Filarmónica Aliança dos Prazeres (1958) – Pico da Pedra

77. Filarmónica Lira do Espírito Santo da Maia (1936) (UP2000) – Maia

78. Filarmónica Voz do Progresso (1874) (UP) – Conceição

79. Orquestra Ligeira da Ribeira Grande (2007) – Rabo de Peixe

80. Sociedade Filarmónica Estrela do Norte (1870/2004) – Fenais da Ajuda

81. Sociedade Filarmónica Lira do Norte (1867) (UP1998) – Rabo de Peixe

82. Sociedade Filarmónica Progresso do Norte (1888) (UP 1993) – Rabo de Peixe

83. Sociedade Filarmónica Triunfo (1880) – Matriz

84. Sociedade Recreativa Filarmónica Nª Sr.ª das Vitórias (1986) (UP1998) – S. Bárbara

85. Grupo Folclórico de Nossa Senhora da Graça do Porto Formoso

86. Império do Espírito Santo de Rabo de Peixe

87. Irmandade Promotora das Festas da Caridade (1874)

88. Lar Augusto César Ferreira Cabido

89. Lions Clube da Ribeira Grande (inativo)

90. Lions Clube da Maia

91. Lions Clube de Rabo de Peixe (30/6/2005)

92. Associação Desportiva Unidos por Si – Ribeirinha

93. Associação Equestre Micaelense (UP1999) – R. Peixe

94. Associação Recreativa e Esportiva Peposo Team Portugal Açores (15.01.14)

95. Azores Surf Club – Vamos Surfar

96. Caldeiras Hóquei Clube

97. Clube Atlético de Rabo de Peixe (UP2003) – R. Peixe

98. Clube Naval de Rabo de Peixe (2001) (UP) – Rabo de Peixe

99. Clube Desportivo de Rabo de Peixe (1985) (UP) – Rabo de Peixe

100. Clube Desportivo dos Bombeiros da Ribeira Grande

101. Clube Desportivo Escolar da Maia

102. Clube Desportivo Escolar Os Fuseiros

103. Clube Desportivo da Escola Secundária da R. Grande

104. Clube Desportivo Stª Bárbara

105. Clube Desportivo de Tiro de S. Miguel – R. Peixe

106. Clube de Judo da Ribeira Grande

107. Clube K de Rabo de Peixe

108. Clube Karaté da Ribeira Grande

109. Clube Karaté-do Shotokan de Rabo de Peixe

110. Clube Patinagem Ribeiragrandense

111. Clube de Ténis da Ribeira Grande

112. Clube União Desportiva de Porto Formos

113. Futebol Clube Desportivo de Stª Bárbara

114. Grupo Desportivo da Casa do Povo da R. Grande

115. Maia Clube Açores

116. Núcleo Sportinguista S. Miguel e Stª Maria

117. Stª Bárbara Surf Club Azores

118. Sporting Clube Ideal (UP2002)

119. Vitória Clube do Pico da Pedra

120. Paróquia das Calhetas

121. Paróquia da Conceição

122. Paróquia da Matriz

123. Paróquia do Pico da Pedra

124. Paróquia de Rabo de Peixe

125. Paróquia da Ribeira Seca

126. Paróquia da Ribeirinha

127. Paróquia de S.ta Bárbara

128. Paróquia de Fenais da Ajuda

129. Paróquia da Lomba da Maia

130. Paróquia da Maia

131. Paróquia de Porto Formoso

132. Paróquia de S. Brás

133. Paróquia da Lomba de S. Pedro

134. Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande (28/2/1593)

135. Santa Casa da Misericórdia do Divino Espírito Santo da Maia (27/10/1919)

Apêndice VIII – Entidades Concelho de V. Franca do Campo (ilha de S. Miguel)

1. Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo (1551)

2. Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Franca do Campo – 26.02.1988 (UP1990)

3. Centro de Assistência Social de VFC (ASS)
4. Associação Particular de Solidariedade Social – Crescer Juntos
5. Associação de Des. e Solidariedade de Ponta Garça e Ribeira das Taínhas - Garçatainha

6. Fundação dos Botelhos de Nª Sr.ª da Vida
7. Obra Social Vicenta Maria

8. Casa do Povo de Ponta Garça (IPSS)
9. Casa do Povo de VFC

10. Cooperativa de Artesanato e Solidariedade Social Senhora da Paz, CRL (IPSS)
11. Frutaçor, Cooperativa Agrícola Açoriana de Hortofruticultores, CRL
12. Cooperativa Agrícola de S. Antão

13. Associação para O Progresso Agrícola (01.04.11)

14. Associação Cultural "eh! Louça Da Vila" – S. Pedro
15. Associação Unojovens de Ponta Garça (2007) (UP) – Ponta Garça
16. Associação dos Jovens Unidos da Ribeira Seca (1998) (UP) – R. Seca
17. Associação de Juventude Palmo & Letras – S. Miguel
18. Associação de Jovens Ativos da Ribeira das Taínhas – R. Taínhas
19. Associação Jovens Kumbaya (2007) – Água d'Alto
20. Associação de Classe do Bote Baleeiro Açoriano
21. Clube de Caçadores de V. F. do Campo – S. Miguel
22. Associação de Nadadores Salvadores dos Açores (ANSA) (2009) (UP)
23. Associação Regional de Revendedores de Combustíveis Açores (16.04.18)
24. Grupo de Cantares e Serenatas de S. Pedro (19.03.08)

25. Irmandade do D.E.S. dos Aflitos da Boa Vista (2015) (UP) – Ponta Garça
26. I. de S. Pedro Gonçalves, Padroeiro dos Homens do Mar (1996) (UP) – S. Miguel
27. I. do D.E.S. de S. João da Ponta Garça (2006) (UP) – Ponta Garça
28. Irmandade do Divino Espírito Santo de S. André (2013) (UP) – S. Miguel
29. Irmandade do Divino Espírito Santo da Mãe de Deus (2001) (UP) – S. Miguel

30. Irmandade do Divino Espírito Santo da Ribeira Seca (1993) (UP) – R. Seca
31. I. do Divino Espírito Santo da Rocha dos Campos (2011) (UP) – Água d'Alto
32. Irmandade do Divino Espírito Santo do Caminho Novo (2008) (UP) – Ponta Garça
33. Irmandade Espírito Santo dos Inocentes de Ponta Garça (2000) (UP) – P. Garça
34. Irmandade do Divino Espírito Santo da Rua das Hortas (1990) (UP) – S. Miguel
35. Irmandade do Divino Espírito Santo da Rua Nova (2005) (UP) – R. Seca
36. Irmandade do Divino Espírito Santo dos Aflitos (1997) (UP) – S. Pedro
37. Irmandade do Império do Meio Moio da Ponta Garça (2005) (UP) – P. Garça

38. Banda Lealdade Artística (1867)
39. Sociedade Filarmónica Lira do Sul (1923) (UP) – Ponta Garça
40. Banda União Progressista (1907) – VFC
41. Fanfarra Lealdade (1936) (UP) – S. Miguel

42. Associação Desportiva de Vila Franca do Campo
43. Associação Recreativa e Cultural Vozes ao Luar – VFC (UP1997)
44. Clube Desportivo Escola de Ponta Garça (2011) – P. Garça
45. Clube Desportivo de Vila Franca do Campo (UP1995)
46. Clube Desportivo Escolar de Ponta Garça
47. Clube Escolar de Vila Franca do Campo
48. Clube Futebol Vasco da Gama (UP2000)
49. Clube Naval de Vila Franca do Campo (UP2003)
50. Grupo Desportivo Bota Fogo (UP2002) – P. Garça
51. Micaelense Basket Clube
52. Vila Franca do Campo Kickboxing Clube
53. Clube Desportivo de Vila Franca do Campo

54. Paróquia de Água de Alto
55. Paróquia da Matriz
56. Paróquia de Ponta Garça
57. Paróquia da Ribeira das Taínhas
58. Paróquia de S. Pedro

Apêndice IX – Entidades Concelho de Angra do Heroísmo (Ilha Terceira)

1. Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (1498) – Conceição
2. Santa Casa da Misericórdia da Vila de São Sebastião (1571)
3. Santa Casa da Misericórdia de Altares (1989)

4. Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo – Conceição - 01.03.1922 (UP)

5. Associação dos Funcionários da Adm. Reg. da I. Terceira – AFARIT - (UP 2002)
6. Associação Centro de Idosos S. Jorge das Doze Ribeiras
7. Associação Cristã da Mocidade da Ilha Terceira
8. Associação Doença do Machado Joseph
9. Associação de Dadores de Sangue da Ilha Terceira
10. Associação de Diabéticos Açorianos
11. Associação de Enfermagem Cirúrgica dos Açores (Lugar do Espigão)
12. Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente de Angra do Heroísmo
13. Associação de Pais e Enc. De Educação da EBI AH – S. Bento
14. Associação Terceirense de Combate à Insuficiência Alimentar - ASTECIA
15. Cáritas da Ilha Terceira
16. Cáritas dos Açores
17. Câmara de Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo - Sé
18. Associação Portuguesa de Deficientes – Delegação da Ilha Terceira
19. Centro de Convívio de Idosos de S. João e S.ta Margarida
20. Centro de Convívio Nª Sr.ª da Serreta
21. Centro Infantil de Angra do Heroísmo
22. Casa de S. Jorge – Associação Cultural
23. Centro Comunitário de S.ta Luzia
24. Centro Comunitário da Terra Chã
25. Centro Comunitário da Vila de São Sebastião
26. Centro Comunitário de Posto Santo
27. Centro Comunitário e Social de S. Pedro
28. Centro Cultural, Social e Recreativo de Nª Sr.ª da Piedade (UP2002)
29. Centro Social de S. Bento
30. Fanfarra Operária Gago Coutinho e Sacadura Cabral
31. Grupo Social de Santo Agostinho
32. Instituto Açoriano de Apoio à Infância e Juventude
33. Lar de S.ta Maria Goretti
34. Liga dos Amigos do Hospital de Angra do Heroísmo
35. Recolhimento de S. Gonçalo
36. Recolhimento Jesus Maria José

37. Confederação Operária Terceirense, Associação Mutualista (ASM)

38. Centro Social de Idosos de S. Francisco Xavier (FCP)
39. Centro Social e Paroquial de S. Bartolomeu
40. Centro Social e Paroquial de S. Pedro
41. Centro Social e Paroquial de S. Mateus da Calheta
42. Centro Social e Paroquial de Terra Chã
43. Centro Social e Paroquial do Santuário de Nª Sr.ª da Conceição
44. Centro Social Paroquial da Ribeirinha
45. Centro Social e Paroquial da Ladeira Grande
46. Centro Social e Paroquial da Sé
47. Centro Social e Paroquial das Cinco Ribeiras
48. Centro Social Paroquial de S.ta Bárbara
49. Cozinha Económica Angrense
50. Irmandade de Nª Sr.ª do Livramento
51. Irmandade de S. Pedro Ad Vincula - Sé
52. Jardim Infantil de S. Gonçalo
53. Obra Social Madre Maria Clara (1964)

54. União Regional das Misericórdias – URMA

55. Casa do Povo de Cinco Ribeiras (IPSS)
56. Casa do Povo das Doze Ribeiras
57. Casa do Povo de Feteira
58. Casa do Povo de Porto Judeu
59. Casa do Povo do Raminho
60. Casa do Povo de S.ta Bárbara
61. Casa do Povo da Vila de São Sebastião
62. Casa do Povo da Terra Chã

63. Unicol- Cooperativa Agrícola, CRL
64. BioAzórica, Cooperativa de Produtores de Agricultura Biológica, CRL
65. Frutercoop, Cooperativa de Hortofruticultores da Ilha Terceira, CRL
66. Cooperativa Agrícola de Serviços União Sebastianense, CRL
67. Cooperativa Agrícola da Ilha Terceira
68. CATCoop, Cooperativa dos Armadores Terceirenses, CRL
69. Cooperativa de Consumo Feteirense, CRL
70. Cooperativa de Consumo Amigos de Santa Bárbara, CRL
71. Cooperativa de Consumo Altarense, CRL

72. Associação Agrícola da Ilha Terceira
73. Associação de Jovens Agricultores Terceirenses
74. Associação de Produtores de Frutas, Produtos Hortícolas e Florícolas da I. Terceira - FRUTER
75. Associação Açoreana de Criadores de Cavalos – AACC
76. Associação PCTTER - Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira
77. Associação Reg. de Criadores de Toiros de Touradas à Corda – Conceição

78. Associação de Criadores da Raça Aberdeen-Angus (A –Angus Portugal)
79. Associação dos Produtores Açorianos de Café - APAC
80. Associação de Avicultores da Ilha Terceira
81. Associação Terceirense de Caçadores – P. Santo
82. Federação Agrícola dos Açores – Vinha Brava
83. Núcleo de Criadores de Bovinos de Raças de Carne da Ilha Terceira – V. Brava
84. Associação Açoriana do Cão Barbado da Ilha Terceira – Terra Chã
85. Associação dos Amigos dos Animais da Ilha Terceira – Conceição
86. Associação dos Amigos do Museu de Angra do Heroísmo - Conceição
87. Associação do Divino Espírito Santo
88. Associação Marítima de Pescas e Aquicultura da Ilha Terceira – S. Mateus
89. Associação de Mordomos da Ilha Terceira – Conceição
90. Associação Nascer e Crescer Feliz - Conceição
91. Associação Terceirense de Armadores – S. Mateus
92. Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da EPAH (UP1998)
93. Associação de Estudantes do Campus de AH da UAc – Terra Chã
94. Associação dos Médicos Católicos Portugueses – Conceição
95. Agência para a Valorização do Património Rural dos Açores (AVAPRA)
96. Agência Portuguesa para a Promoção das Indústrias Criativas
97. Casa de Pessoal dos Trabalhadores do Município de AH - Conceição
98. Confraria da Alcatra da Ilha Terceira – S. Mateus
99. COFIT - Com. Org. de Fest. Inter. da I. Terceira (1983) (UP2009) – S. Luzia
100. Centro de Cultura e Desporto da Saúde e Seg. Social de A.H.
101. Grupo de Baile à Antiga do Posto Santo (1981) (UP2013) – P. Santo

102. Associação para a Ciê. e Des. dos Açores (ACDA) (2013) (UP) – S. Pedro
103. Tertúlia Tauromáquica Terceirense – TBC (1966) (UP) – S. Bento
104. Casa de São Jorge – Associação Cultural (1995) (UP) – Sé
105. Liga dos Amigos dos Doentes dos Açores (LADA) - Conceição
106. Gê-Questa – Associação de Defesa do Ambiente (1994) (UP) – S. Mateus
107. Grupo de Forcados Amadores da TTT – S. Mateus
108. Núcleo de Angra do Heroísmo da Liga dos Combatentes – Conceição
109. Núcleo de Filatelia de Angra do Heroísmo
110. Os Montanheiros – Soc. de Exploração Espeleológica (UP 1983) – Sé
111. Associação para o Estudo do Ambiente Insular (2002) (UP2010) – Sé
112. Associação Ambiental Azulinvade (NIF: 510341268)- S. Bento
113. Instituto Açoriano de Cultura (UP1986) – S. Pedro
114. Instituto Histórico da Ilha Terceira (UP1987) – Conceição
115. Associação Espírita Terceirense (2003) (UP2010 – Stª Luzia
116. Associação das Mulheres de P.A.I.T -AMPAIT (2007) (UP2018) – S. Mateus
117. Associação Cultural Oficina D'Angra (1994) (UP2021) – Sé
118. Associação Equestre Terceirense – AET - (2005) – Ribeirinha
119. Associação Casa Ilha da Graciosa na Terceira (2016) – S. Luzia
120. Associação de Profissionais de Automóveis Ligeiros da Terceira
121. Grémio Atlântico - Associação Cívica, Cultural e Solidária

122. Porta Amiga Angra do Heroísmo – AMI (Conceição)
123. Sindicato dos Pescadores da Ilha Terceira (1982)
124. Sindicato dos Professores da Região Açores - S.ta Luzia
125. Sindicato dos Trabalhadores Portuários da Ilha Terceira – Sé
126. União dos Sindicatos de Angra do Heroísmo – Conceição
127. Sindicato dos Prof. de Transportes, Turismo e Outros Serviços de A H
128. Sindicato dos Prof. das Indústrias Transformadoras do Distrito de A H
129. Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de A H
130. Sindicato dos Prof. das Ind. de Alimentação e Bebidas do Dist. de A H
131. SINTAP Açores - Sé

132. Sociedade F. Instrução e Recreio dos Artistas (1877) (UP 1983) – Sé
133. Fanfarra Operária Gago Coutinho e Sacadura Cabral - Conceição
134. Filarmónica do E.S. da C. P. de S. Bartolomeu (1905) – S. Bartolomeu
135. Fil. Nossa Senhora do Pilar das Cinco Ribeiras (1987) – Cinco Ribeiras
136. Grupo Fil. Nª Sr.ª das Mercês da Casa do Povo da Feteira (1986) - Feteira
137. Sociedade Rec. Rainha S.ta Isabel das 12 Ribeiras (1985) (UP2016)
138. Sociedade Filarmónica União Católica (da Serra) (1904) (UP) - Ribeirinha
139. Filarmónica Altarense do Sagrado Coração de Jesus (1879) - Altares
140. Sociedade Filarmónica Recreio Serretense (1873) - Serreta
141. Filarmónica Recreio de Stª Bárbara (1877) (UP2019)– Stª Bárbara
142. Sociedade Fil. União Sebastianense (1886) (UP1983) – S. Sebastião
143. Sociedade Musical Recreio da Juventude da Terra Chã (1928) – Terra Chã
144. Filarmónica da Associação Cultural do Porto Judeu (2000) – Porto Judeu
145. Sociedade Fil. Recreio dos Lavradores (1889) (UP2009) – Ribeirinha
146. Filarmónica da Casa do Povo de S. Mateus (1994) – S. Mateus
147. Sociedade Recreativa de São Bento (1941) (UP2015) – S. Bento
148. Grupo de Baile da Canção Regional Terceirense (1966) (UP) – S. Bento
149. Grupo de Balhos e Cantares da Ilha Terceira - Conceição
150. Associação Cultural do Porto Judeu (2002) (UP) – P. Judeu
151. Rádio Clube de Angra (UP1982) – S. Pedro
152. Clube Musical Angrense (UP1983)
153. Alpendre Grupo de Teatro (UP1985) – Sé
154. União de Radioamadores dos Açores (UP1992)
155. Jaçor – Juventude dos Açores (1999)
156. Grupo Folclórico das Doze Ribeiras (UP1993) – Doze Ribeiras
157. Gr. Fol e Etnográfico da Ribeirinha Recordar e Conhecer (1996) (UP2002)
158. Associação Cultural Angrajazz (2000) (UP2019) – Stª Luzia
159. Associação Cultural Cães do Mar - Sé
160. Associação Cultural Burra de Milho (2007)
161. Academia Musical da Ilha Terceira – Sé (?)
162. Grupo de Teatro Pedra-Mó - Altares
163. Grupo de Teatro Teatrinho
164. Cine Clube da Ilha Terceira (1977) (UP2017) – Stª Luzia
165. Academia do Bacalhau da Ilha Terceira (2011) (UP2018) – Conceição

166. Aeromodelismo Terceira Clube (pista na Feteira)
167. Rotary Clube de AH – S. Pedro
168. Real Extudantina dos Açores Tuna de Estudantes Açorianos (2010)
169. Associação de Juventude do Porto Judeu ICHTUS
170. Associação Marcha dos Veteranos – Sé
171. Associação Festa dos Trintões – Feteira
172. Associação do Alojamento Local dos Açores - ALA
173. Associação dos Téc. Sup. de Diagn. e Terapêutica dos Açores (15.03.21)
174. Associação de Pilotos do Grupo Central dos Açores (14.04.14)
175. Associação de Nadador, Salvador. Insular Açores – Alforreca (14.08.19)
176. Associação de Promoção do Linho dos Açores – Azorlinho (.07.2021)
177. Confraria da Veja dos Açores (08.07.19) NIF: 515437379
178. Associação de Internos de M. Geral e Familiar dos Açores (.04.22)
179. Rota do Futuro – Associação (11.09.09) NIF: 509107192 – Ambiente
180. Mar Bravo - Associação Juvenil (02.04.08) 512105057
181. Get Art –Associação Reg. para a Prom. e Gestão Cultural (30.10.19)
182. Associação Geração de Amanhã (04.03.11) NIF: 509768679
183. Associação Cultural Tuna Universitas Scientiarum Agrariarum
184. Geração de Amanhã – Associação (2011) (Educação)

185. Associação de Andebol da Ilha Terceira
186. Associação de Futebol de Angra do Heroísmo (UP1998)
187. Associação de Golfe dos Açores
188. Associação de Jet Ski e Motonáutica dos Açores
189. Associação de Judo da Ilha Terceira (1989) (UP2002) - Conceição
190. Sport Club Angrense (UP1984) – Sé
191. Sport Club Lusitânia (UP1987) – Sé
192. Marítimo Sport Club (1938) (UP2002) – Conceição
193. União Sebastianense Futebol Clube (1964) (UP) – Vila de S. Sebastião
194. Grupo Desportivo da Casa do Povo da Vila de São Sebastião
195. Clube Desportivo de Belém (1986) (UP) – Terra Chã
196. Sport Clube Barreiro (UP (1991) – P. Judeu
197. Sport Clube Os Leões (1977) (UP2016)– P. Judeu
198. Boavista Futebol Clube da Ribeirinha
199. Sport Clube Barbarense – Santa Bárbara
200. CDCC Posto Santo (2008) (UP2018) – P. Santo
201. GDCP de Altares
202. ACD da Ladeira Grande
203. GDCP do Porto Judeu
204. CD das Doze Ribeiras
205. Carioca Futebol Clube
206. Marítimos de S. Mateus Sport Club (1983) (UP1999) – S. Mateus
207. Matraquilhos Futebol Clube (2006) (UP2012) – Terra Chã
208. Academia Time Step Associações
209. Associação de Voleibol da Ilha Terceira (1990) (UP) – Sé
210. Angra Voley Clube

211. CD da Irmandade de Nª Sr.ª do Livramento
212. Associação de Atletismo da Ilha Terceira (1990) (UP2020) - Sé
213. Clube Desportivo ACM
214. CAT – Clube de Atletismo da Terceira (UP2002) – S. Bento
215. Clube Ar Livre da Ilha Terceira (991) (UP2009) – Stª Luzia
216. Associação de Karaté dos Açores (1998) (UP) – Sé
217. Clube de Karate - Dô Shotokan de A. do Heroísmo (1996) (UP2016)
218. Clube de Karate - Dô Shotokan da Ilha Terceira
219. Clube Karaté Ilha Lilás
220. Terceira Automóvel Clube (UP1994) – S. Bento
221. Clube de Motocross da Terceira
222. Núcleo do SCP na Ilha Terceira (1987) (UP) – Conceição
223. Clube Náutico de Angra do Heroísmo (1935) (UP) – Sé
224. Angra Iate Clube (1995) (UP2010) - Conceição
225. Clube Naval de S. Mateus da Calheta
226. Associação de Dança Desp. da R. A. A. – ADDRA (2000) (UP2016)
227. Sociedade Columbófila da Ilha Terceira (1993) (UP) – Feteira
228. Clube de Bowling dos Açores (1996) (UP) – S. Pedro
229. Associação de Basquetebol da Ilha Terceira (UP2001)
230. Clube Juvenil Boa Viagem (UP1992) – Conceição
231. Angrabasket – Associação dos Amigos
232. Terceira Basquete Clube (2005) (UP2015) - Sé
233. Clube Desportivo de Tiro da Ilha Terceira (1981) (UP2011) – P. Judeu
234. Clube de Judo de Angra do Heroísmo
235. Judo Clube S. Carlos
236. Clube de Judo de S. Bartolomeu dos Regatos
237. Clube Desportivo Ilha Terceira
238. Lawn Ténis Clube (1919) (UP2015) – S. Mateus
239. Clube Ténis Ilha Terceira (1979) (UP2017) - Sé
240. Associação de Surf da Ilha Terceira
241. Atlanticgym – AGC
242. Centro Hípico da Ilha Terceira
243. Clube Amigos de Cicloturismo da Ilha Terceira
244. ADA - Academia Desportiva dos Açores (2011) (UP2015) - Conceição
245. CDM – Clube Desportivo Montanheiros
246. Clube Desportivo Escolar Tomás de Borba
247. Clube Desportivo Jeronimus D'Angra
248. Associação Reg. de Canoagem dos Açores – ARCA (1999) (UP2021)
249. Núcleo Sportinguista da Ilha Terceira
250. Associação de Patinagem da Ilha Terceira
251. Clube de Praticantes de Dae-Airsfot – Terra Chã
252. Veteranos de S. Mateus da Calheta – S. Mateus
253. Terceiraçor MotoClube – S. Mateus (512074046)
254. Azores Fusion Club

255. Igreja Jesus Cristo é o Senhor Universal - IURD (Conceição)

256. Igreja Evangélica Baptista – Conceição
257. Salão do Reino das Testemunhas de Jeová – Conceição
258. Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias – Conceição
259. Igreja Adventista do Sétimo Dia - Conceição

260. Paróquia de Altares
261. Paróquia das Cinco Ribeiras
262. Paróquia da Conceição
263. Paróquia das Doze Ribeiras
264. Paróquia da Feteira
265. Paróquia do Porto Judeu
266. Paróquia do Posto Santo
267. Paróquia do Raminho
268. Paróquia da Ribeirinha
269. Paróquia de S.ta Bárbara
270. Paróquia de S.ta Luzia
271. Paróquia de S. Bartolomeu
272. Paróquia de S. Bento
273. Paróquia de S. Mateus
274. Paróquia de S. Pedro
275. Curato de S. Carlos
276. Paróquia de São Sebastião
277. Paróquia da Sé
278. Paróquia da Serreta
279. Paróquia da Terra-Chã
280. Império dos Altares (1903)
281. Império das Cinco Ribeiras (1886)
282. Império dos Inocentes da Guarita – Conceição (1901)
283. Império dos Remédios (1959)
284. Império da Caridade (1895)
285. Império do Outeiro (1670)
286. Império do Bairro Social do Lameirinho (1991)
287. Império do Lameirinho (1923)
288. Império da Rua Nova (1799)
289. Império da Santa Casa da Misericórdia (1998)
290. Império das Doze Ribeiras (1989)
291. Império da Feteira ou das Mercês (1921)
292. Império da Parada ou Ponta Nova da Feteira (1928)
293. Império do Porto Judeu de Baixo (1916)
294. Império da Ribeira do Testo (1933)
295. Império do Galinho (1933)
296. Império do Posto Santo (1888)
297. Império do Espigão (1882)
298. Império da Grota do Medo (1960)
299. Império do Raminho (1980)
300. Império do Meio da Rua (Ribeirinha) (1898)

301. Império da Serra da Ribeirinha (1911)
302. Império da Ladeira Grande (1925)
303. Império de Santo Amaro (1885)
304. Império de Santa Bárbara (1876)
305. Império da Rua de Baixo de Sta Luzia (1909)
306. Império da Ladeira Branca (1926)
307. Império de São João de Deus (1887)
308. Império da Rua do Conde - S. Luzia (1871)
309. Império dos Regatos (1958)
310. Império de São Bartolomeu (1875)
311. Império de São Bento (1886)
312. Império de São Luís (1893)
313. Império do Arco (1951)
314. Império de São Mateus (1873)
315. Império do Cantinho (1860)
316. Império da Rua de Cima de São Pedro (1795)
317. Império da Rua de Baixo de São Pedro (1877)
318. Império de São Carlos (1814)
319. Império das Bicas de Cabo Verde (1958)
320. Império do Pico da Urze (1885)
321. Império de São Sebastião (1918)
322. Império da Ribeira Seca de Cima (1889)
323. Império dos Quatro Cantos – Sé (1810)
324. Império da Serreta (1922)
325. Império da Canada Belém (1958)
326. Império do Bairro Social da Terra Chã (1993)
327. Império da Boa Hora (1958)
328. Império do Terreiro ou da Terra Chã (1861)

Apêndice X – Entidades Concelho da Praia da Vitória (Ilha Terceira)

1. Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória (1498)

2. Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória – S.ta Cruz – 11.10.1984 (UP1987)

3. ALERTA – Associação de Escutismo Católico dos Açores (ASS)
4. Associação de Apoio à Criança da Ilha Terceira
5. Associação de Pais e Amigos de Crianças Def. do Conc. da P. V. (1988) (UP)
6. Associação do Centro de Convívio de Nª Sr.ª de Guadalupe de Agualva
7. Associação de Proteção de Animais – Recomeço – Lajes
8. Associação de Sensib., Esterilização e Resgate Animal (SER) – Cabo da Praia
9. Casa do Pessoal dos Trabalhadores da JAPAH – S. Cruz
10. Centro de Convívio de S. Pedro e Imaculado Coração de Maria dos Biscoitos
11. Centro Comunitário de Lajes
12. Centro Comunitário de S. Brás
13. Centro Comunitário de S. João da Casa da Ribeira
14. Centro Comunitário do Espírito Santo da Vila Nova
15. Centro Comunitário Social Bairro Joaquim Alves
16. Centro Social de S.ta Bárbara da Fonte do Bastardo
17. Centro Social do Juncal
18. Lar D. Pedro V
19. NSSL – Instituição Particular de Solidariedade Social
20. Olhar Poente – Associação de Desenvolvimento
21. União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social – URIPSSA

22. Centro Social e Paroquial Agualvense
23. Centro Social e Paroquial de Fontinhas
24. Centro Social Paroquial de S.ta Cruz da Praia da Vitória

25. Casa do Povo de Porto Martins (IPSS)
26. Casa do Povo dos Biscoitos
27. Casa do Povo de Cabo da Praia
28. Casa do Povo de Fontinhas
29. Casa do Povo das Quatro Ribeiras
30. Casa do Povo da Vila das Lajes

31. Adega e Cooperativa dos Biscoitos, CRL
32. Praia Cultural, CIPRL
33. Cooperativa de Artesanato do Ramo Grande do Cabo da Praia, CRL
34. CPA, Cooperativa de Pesca Açoriana, CRL

35. Grupo de Jovens da Vila Nova Amigos de Jesus (04.12.08)
36. Grupo de Jovens da Vila das Lajes Arcanjos (20.01.09)

37. GRATER – Associação de Desenvolvimento Regional (UP1998)
38. Federação das Pescas dos Açores (2005) – S.ta Cruz
39. FAPA – Fed. das Associações de Pais e Encarregados de Educação dos Açores
40. Associação dos Radioamadores da Praia da Vitória (2013) (UP) – S. Cruz
41. Tertúlia de Radioamadores da Praia da Vitória (1998) (UP) – S. Cruz
42. Tertúlia Tauromáquica Praiense (1989) (UP2017) – Stª Cruz
43. Associação de Estudantes da Escola Secundária Vitorino Nemésio (2007)
44. Associação das Voluntárias do Espírito Santo da Vila Nova (13.02.09)
45. Grupo Rec. de Ativ. Turísticas Inter. na Terceira (20.11.13)

46. Fundação de Ensino Profissional da Praia da Vitória (FEPPV)

47. Associação Filarmónica Cultural e Recreativa de S. Bárbara da Fonte do Bastardo (1985) (UP)
48. Filarmónica União Praiense (1904) (UP1991) – S. Cruz (PV)
49. Sociedade Filarmónica Progresso Biscoitense (1932) (UP2015) – Biscoitos
50. Sociedade Recreativa Biscoitense (1959) - Biscoitos
51. Sociedade Filarmónica da Vila Nova (1962) (UP2015) – Vila Nova
52. Sociedade Musical União das Fontinhas (1884) - Fontinhas
53. Sociedade Recreativa Filarmónica União de S. Brás (1973) (UP1991) – S. Brás
54. Sociedade Filarmónica Espírito Santo de Agualva (1922) (UP) – Agualva
55. Sociedade Filarmónica Recreio Lajense (1931) (2013) – Lajes
56. Sociedade Progresso Lajense (1947) (UP) – Lajes
57. Banda de Música de S.ta Beatriz das Quatro Ribeiras (1992) – Quatro Ribeiras

58. Sapateia Açoriana – Associação Regional para a Promoção e Desenvolvimento Cultural e Social (2015) (UP2018) – S.ta Cruz
59. Grupo Folclórico Fontes da Nossa Ilha (1990) (UP) – Fontinhas
60. Orfeão da Praia da Vitória (1993) (UP) – S.ta Cruz
61. Associação Recreativa e Cultural da Casa da Ribeira (1985) (UP) – S.ta Cruz
62. AJITER – Ass. Juvenil da Ilha Terceira (2003) (UP2010) – Lajes
63. Aero Clube da Ilha Terceira (1991) (UP1998) – Lajes
64. Clube Cinegético e Cinófilo (CCC) – F. do Bastardo
65. Clube de Caça das Fontinhas
66. Confraria do Vinho Verdelho dos Biscoitos (1993) (UP2020) – Biscoitos
67. Confraria de Gastronomia Cinegética dos Açores (25.02.09) – 512109508
68. C.I.A. Associação Cultural (27.11.08) 512109400

69. Clube de Golfe da Ilha Terceira – CGIT (1954) (UP) – Agualva
70. Clube Naval da Praia da Vitória (1973 (UP2009) – S.ta Cruz
71. Clube Amigos Cicloturismo da Ilha Terceira – S.ta Cruz
72. Clube de Judo da Praia da Vitória – S.ta Cruz

73. Clube de Karate-do Shotokan da Praia da Vitória – S.ta Cruz
74. Clube de Triatlo da Praia da Vitória (JO 190722)
75. Casa do Benfica da Ilha Terceira – S.ta Cruz
76. Associação de Ténis de Mesa da Ilha Terceira (1993) (UP) – S.ta Cruz
77. Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal (2003) (UP) – S.ta Cruz
78. Sport Clube Praiense (UP1989) – S.ta Cruz
79. Grupo Desportivo Escolar "Os Vitorinos" – S.ta Cruz
80. Associação Desportiva, Recreativa Praiense - ADREP
81. Associação Fontinhas Activa
82. Associação Jovens da Fonte do Bastardo (UP2002)
83. Clube de Atividade Física da Praia da Vitória
84. Este Karaté Clube
85. Juventude Desportivo Lajense (UP2001)- Lajes
86. Grupo Desportivo da Casa do Povo das Fontinhas (1975) (UP)
87. Grupo Desportivo dos Biscoitos
88. Grupo Desportivo e Recreativo da Agualva
89. Sport Clube Vilanovense
90. Praia Ténis Clube
91. GDCP São Brás
92. Judo Clube do Ramo Grande
93. Casa do Povo das Quatro Ribeiras
94. Grupo Desportivo da Casa do Povo do Porto Martins (2004)
95. Kickboxing Clube da P. Vitória (2004)
96. Biscoitos Kickboxing Clube
97. Associação de Pilotos de Ralis dos Açores (16.11.16)
98. Associação de Jiu-Jitsu Brasileiro dos Açores (.04.22)

99. Paróquia da Agualva
100. Paróquia dos Biscoitos
101. Paróquia do Cabo da Praia
102. Paróquia da Casa da Ribeira
103. Paróquia da Fonte do Bastardo
104. Paróquia das Fontinhas
105. Paróquia das Lajes
106. Paróquia do Porto Martins
107. Paróquia das Quatro Ribeiras
108. Paróquia de S.ta Cruz
109. Paróquia de S.ta Rita
110. Paróquia de S. Brás
111. Paróquia da Vila Nova

112. Império de Agualva (1873)
113. Impérios do Outeiro da Agualva (2004)
114. Império do Caminho do Concelho (Biscoitos) (1872)
115. Império de São Pedro (1909)
116. Império do Cabo da Praia (1853)

117. Império da Fonte do Bastardo (1913)
118. Império das Fontinhas (1888)
119. Império das Lajes (1916)
120. Império de São João da Serra de Santiago (1964)
121. Império do Porto Martins (1902)
122. Império das Quatro Ribeiras (1985)
123. Império da Caridade da Praia (1941)
124. Império da Casa da Ribeira (1888)
125. Império de Santa Luzia ou Juncal (1875)
126. Império de Santa Rita (1888)
127. Império de São Pedro de Santa Rita (1973)
128. Império do Rossio (1872)
129. Império de Tronqueiras (1930)
130. Império dos Pescadores (Marítimos) (1877)
131. Império de São Brás (1875)
132. Império da Vila Nova (1894)

Apêndice XI – Entidades do Concelho de Santa Cruz (Ilha Graciosa)

1. Associação dos Amigos do Museu da Graciosa

2. Adega e Cooperativa Agrícola da Ilha Graciosa, CRL

3. Associação de Agricultores da Ilha Graciosa
4. Associação dos Artesãos da Ilha Graciosa
5. Associação dos Cinegeticófilos da Ilha Branca – S.ta Cruz
6. Associação de Criadores e Amigos do Burro Anão da Ilha Graciosa (ACABAIG)
7. Associação Cultural, Desportiva e Recreativa da Graciosa (1993) (UP1996) – Luz
8. Associação Cultural Moinhos Selvagens - inativa
9. Associação dos Desportos da Ilha Graciosa
10. Associação Equestre Graciosense
11. Associação Graciosense de Promoção de Eventos – AGRAPROME
12. Associação dos Jovens Agricultores Graciosenses
13. Associação Jovens Artistas da Ilha Branca (2004) – S. Mateus - inativa

14. Associação H. dos Bombeiros Vol. da Ilha Graciosa – 17.03.1981

15. Academia Musical da Ilha Graciosa (1988) (UP1997) – Vila da Praia - inativa
16. Associação dos Músicos da Ilha Branca – Guadalupe
17. Associação de Pais e Enc. de Edu. da Escola Sede – S.ta Cruz
18. Associação dos Pescadores Graciosenses – Vila da Praia
19. Associação Sócio Cultural da I. Graciosa (03.06.22) S. Cruz - 517011263
20. Associação de Táxis da Ilha Branca
21. Associação de Radioamadores da Graciosa

22. Cáritas da Ilha Graciosa

23. Casa do Povo de Guadalupe (1973)
24. Casa do Povo da Praia da Graciosa (1965)

25. Centro Social Paroquial de S. Mateus da Praia da Graciosa (FCP)
26. Centro Social Paroquial Nª Sr.ª da Luz (FCP)
27. Centro Social Paroquial de S.ta Cruz da Graciosa

28. Clube Desportivo Escolar Ilha Branca
29. Club Náutico de Stª Cruz
30. Clube de Veteranos da Ilha Graciosa

31. Cooperativa Graçagrícola, CRL
32. Cooperativa Piscatória Açoriana, CRL – Vila da Praia (associada à APG)

33. Filarmónica União Progresso de Guadalupe (1963) – Guadalupe
34. Filarmónica Recreio dos Artistas (1913) (UP1990) – S.ta Cruz

35. Graciosa Futebol Clube
36. Grupo Desportivo Luzense – Luz
37. Grupo Desportivo Mocidade Praiense – S. Mateus

38. Império do Espírito Santo de Nossa Senhora dos Remédios.
39. Império do Espírito Santo de Santo Amaro.
40. Império do Espírito Santo das Almas.
41. Império do Espírito Santo das Fontes.
42. Império do Espírito Santo dos Funchais.
43. Império do Espírito Santo da Ribeirinha.
44. Império do Espírito Santo da Beira Beira-Mar, (Vitória)
45. Império do Espírito de Santo de Santo António, (Vitória)
46. Império do Espírito Santo da Vitória, (Vitória)
47. Império do Espírito Santo da Luz.
48. Império do Espírito Santo das Dores.
49. Império do Espírito Santo de Nossa Senhora da Guia.
50. Império do Divino Espírito Santo das Pedras Brancas
51. Império do Espírito Santo do Rebentão.
52. Império do Espírito Santo de São Mateus.
53. Irmandade do Espírito Santo de Nª Srª da Esperança (2000)

54. Moto Club Ilha Graciosa - Luz

55. Paróquia do Guadalupe
56. Paróquia da Luz
57. Paróquia da Matriz
58. Paróquia da Praia

59. Santa Casa da Misericórdia da Vila de Santa Cruz da Graciosa (1575)
60. Santa Casa da Misericórdia da Vila da Praia da Graciosa (1905)

61. Santa Cruz Sport Club

62. Sociedade Filarmónica União Popular Luzense (1939) (UP) – Luz
63. Sociedade Filarmónica União Praiense (1889) – Vila da Praia
64. Sociedade Recreativa da Vitória (01.01.1966)

65. Sport Club Marítimo
66. Sporting Clube de Guadalupe

Apêndice XII – Entidades do Concelho da Calheta (Ilha de S. Jorge)

1. Associação de Apanhadores de Amêijoa da Caldeira da Fajã de S.to Cristo
2. Associação Cultural Fº de Lacerda, a Música e o Mundo- Fajã da Fragueira (2019)
3. Associação de Defesa do Património da Vila do Topo – O Cachalote
4. Associação de Desportos de S. Jorge
5. Associação H. dos Bombeiros Vol. da Calheta de S. Jorge – 13.11.1978
6. Associação de Pais e Enc. De Educação da EB da Calheta
7. Associação Recreativa da Calheta

8. Cáritas de Santa Catarina

9. Casa do Povo de Ribeira Seca
10. Casa do Povo de Topo
11. Casa do Povo do Norte Pequeno
12. Casa do Povo de S. Antão
13. Casa do Povo da Calheta

14. Casa de Providência de S. José (UP1983)

15. Centro Social dos Lourais (1987) (UP2019) – R. Seca
16. Centro Social Paroquial de Santo Antão

17. Clube Desportivo Escolar do Topo (2000) (UP2018)

18. Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Norte Pequeno, CRL
19. Cooperativa Agrícola de Lacticínios dos Lourais, CRL
20. Cooperativa de Lacticínios do Topo, Finisterra, CRL

21. Futebol Clube de Calheta (1979) (UP2006) – Calheta
22. Irmandade do Espírito Santo da Ribeira Seca

23. Paróquia da Matriz
24. Paróquia da Matriz do Topo
25. Paróquia do Norte Pequeno
26. Paróquia da Ribeira Seca
27. Paróquia de S. Antão

28. Santa Casa da Misericórdia da Calheta (1931)

29. Sociedade Filarmónica União Popular de Instrução e Recreio (1854) - Ribeira Seca
30. Sociedade Estímulo (1895) (UP2011) – Calheta
31. Sociedade Instrução e Recreio Club União (1869) – Topo

32. Sociedade Filarmónica Recreio Topense (1955) - Topo
33. Sociedade Filarmónica Recreio e Progresso dos Lavradores (1886) – S. Antão
34. Sociedade Filarmónica Nova Aliança (1970) (UP2002) – S. Antão
35. Sociedade Filarmónica Recreio de São Lázaro (1981) (UP) – Norte Pequeno

Apêndice XIII – Entidades Concelho de Velas (Ilha de S. Jorge)

1. Associação dos Agricultores da Ilha de S. Jorge
2. Associação de Amigos para a Divulgação das Tradições da Ilha de São Jorge (AADTIS) - (2011) (UP2020) – Velas
3. Associação para Apoio à Criança com N.E.E. do Concelho de Velas (ASS)
4. Associação de Caçadores Jorgense – Velas
5. Associação do Coro e Orquestra "José Damião de Almeida" - Velas
6. Associação Cultural das Velas (UP2000)
7. Associação de Criadores de Bovinos de Raça Ramo Grande - ACBRRG -Velas
8. Associação para o Desenvolvimento da Ilha de S. Jorge (1998) (UP) – Velas
9. Associação dos Jovens Agricultores Jorgenses
10. Associação da Juventude em Defesa do Património Histórico., Cultural e Natural de S. Jorge (UP1999) – Velas
11. Associação H. dos Bombeiros Vol. de Velas – 02.10.1978 (UP1991)
12. Associação dos Pescadores da Ilha de S. Jorge
13. Associação de Radioamadores Jorgense (UP2001)
14. Associação Atlânticfut (2011) – Velas

15. Casa do Povo dos Rosais
16. Casa do Povo da Beira
17. Casa do Povo das Manadas
18. Casa do Povo de Urzelina

19. Casa de Repouso João Inácio de Sousa

20. Clube Desportivo Escolar de Velas (1993) (UP) – Velas
21. Clube Motard de S. Jorge - Velas
22. Clube Naval de Velas (UP2001)

23. Confraria do Queijo de S. Jorge (1991) (UP) – Velas

24. Cooperativa de Difusão Cultural Jorgense, CRL (1988) (UP2015) – Velas
25. Cooperativa de Des. Agrícola e Pecuário de S. Jorge, CRL – Agrojorge (*)
26. Cooperativa de Leitaria da Beira, CRL
27. Uniqueijo, União das Cooperativas Leiteiras da Ilha de S. Jorge
28. Cooperativa de Artesanato d< Srª da Encarnação - Ribeira do Nabo

29. Dragon Island Trail Club - Velas

30. Futebol Clube Marítimo Velense (UP1993)
31. Futebol Clube Urzelinense (1966) (UP) – Urzelina
32. Grupo Desportivo da Beira
33. Grupo Desportivo Velense (UP1992)

34. Grupo de Teatro Iuventude Virtutis - Velas

35. Império do Espírito Santo de Toledo
36. Império do Espírito Santo da Calheta
37. Império do Espírito Santo da Urzelina
38. Império do Espírito Santo da Beira
39. Império do Espírito Santo dos Biscoitos (Calheta)
40. Império do Espírito Santo Da Fajã dos Vimes
41. Império do Espírito Santo do Loural
42. Império do Espírito Santo das Manadas
43. Império do Espírito Santo do Norte Grande
44. Império do Espírito Santo do Portal
45. Império do Espírito Santo dos Rosais
46. Império do Espírito Santo de Santo Antão
47. Império do Espírito Santo de Santo António
48. Império do Espírito Santo do Topo
49. Império do Espírito Santo das Velas
50. Império do Espírito Santo ou da Trindade das Velas

51. Instituto de Santa Catarina

52. Judo Clube de S. Jorge (2002) (UP2013) - Urzelina
53. Lusitânia Club Recreio Velense (UP 1999)

54. Paróquia da Beira
55. Paróquia das Manadas
56. Paróquia da Matriz
57. Paróquia de Norte Grande
58. Paróquia dos Rosais
59. Paróquia de S. Amaro
60. Paróquia de S. António
61. Paróquia de Urzelina

62. Santa Casa da Misericórdia da Vila das Velas (1543)

63. Sociedade Filarmónica Instrução e Recreio Nova Aliança (1900) – Velas
64. Sociedade Lusitânia Club Recreio Velense (1923) – Velas
65. Sociedade União Urzelinense (1923) – Urzelina
66. Sociedade Filarmónica Recreio Amarense (1929) – S. Amaro
67. Sociedade Filarmónica Recreio Nortense (1931) (UP2015) – Norte Grande
68. Sociedade Filarmónica Recreio Terreirense (1931) (UP) - Manadas
69. Sociedade Filarmónica União Rosalense (1935) (UP2011) – Rosais

70. União das Cooperativas Agrícolas de Lacticínios de S. Jorge, UCRL

Apêndice XIV – Entidades do Concelho de Lajes do Pico (Ilha do Pico)

1. Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico (1592)

2. Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários das Lajes do Pico – 10.04.1981 (UP1992)

3. Centro Social e Paroquial de Santa Cruz de Ribeiras (FCP)

4. Casa do Povo da Calheta do Nesquim (IPSS)
5. Casa do Povo de Piedade
6. Casa do Povo das Ribeiras
7. Casa do Povo de Ribeirinha
8. Casa do Povo de S. João

9. Associação dos Jovens Agricultores Picoenses

10. Confraria dos Gordos da Ilha do Pico (09.11.12)

11. Associação Cultural, Amb., Form., Recrea. e Desportiva Mar de Golfinhos (2007) – Lajes
12. Associação para A Promoção e Desenvolvimento do Audiovisual e Multimédia nos Açores (21.12.20)

13. Cooperativa Agrícola União Popular do Pico, CRL
14. Lacto Pico, Lacticínios da Ilha do Pico, CRL
15. Cooperativa Leite Montanha, CRL
16. Desafios da Montanha, CRL (S. João) FIF: 508865565

17. Sociedade Filarmónica Liberdade Lajense (1864) (UP1996) – Lajes do Pico
18. Sociedade Filarmónica Recreio Ribeirense (1900) (UP2010) – Ribeiras
19. Soc. Fil. de Educação e Beneficência União Ribeirense (1952) (UP) – Ribeiras
20. Sociedade Filarmónica União Musical da Piedade (1944) - Piedade
21. Sociedade Filarmónica Lira Fraternal Calhetense (1888) – Calheta de Nesquim
22. Filarmónica Recreio dos Pastores de S. João do Pico (1907) (UP) - S. João
23. Sociedade Recreativa Alegria no Campo – Lajes do Pico
24. Associação Cultural Padre José D'Avila (1988) (UP) – Lajes do Pico
25. Associação Dinamizadora de Jovens (UP2003) – Lajes do Pico
26. Soc. Cultural e Recreativa da Ribeira do Meio (1998) (UP2018) – Lajes do Pico
27. Associação Grupo de Jovens da Silveira – Lajes do Pico
28. Grupo Coral das Lajes do Pico (1983) (UP2010) – Lajes do Pico
29. Centro Cultural e Recreativo da Silveira e Almagreira (1996) (UP2017) - Lajes
30. Centro Cultural e Recreativo da Almagreira (1982) (UP2017) – Lajes do Pico

31. Associação Musical e Cultural da Piedade
32. Irmandade de S. Martinho das Canadas (2002) (UP2020) – Calheta de Nesquim
33. Império do Divino Espírito Santo de São João
34. Império do Divino Espírito Santo de Santa Cruz das Ribeiras (1934)
35. Império do Divino Espírito Santo da Companhia (de Baixo ou de Cima?)
36. Império do Divino Espírito Santo da Piedade
37. Império do Divino Espírito Santo da Ribeirinha
38. Império do Divino Espírito da Silveira
39. Império do Divino Espírito Santo da Ribeira do Meio
40. Império de S. Pedro, na freguesia das Lajes do Pico

41. Associação de Voleibol da Ilha do Pico
42. Associação Clube Náutico das Lajes do Pico (1978) (UP) – Lajes do Pico
43. Clube Náutico Aliança Calhetense
44. Clube Náutico de Santa Cruz (Ribeiras)
45. Clube Naval de São João
46. Grupo Desportivo da Piedade (1982) (UP) – Piedade
47. União Desportiva Calhetense
48. Grupo Desportivo Ribeirinha
49. Clube Desportivo São João do Pico (2009) (UP2018) – S. João
50. Clube Desportivo Lajense (UP1997)
51. Clube Desportivo Escolar da EBS das Lajes do Pico
52. Clube Desportivo de Tiro, Caça e Pesca do Pico – Piedade
53. Associação dos Veteranos da Ponta da Ilha (JO 170522)

54. Paróquia da Calheta do Nesquim
55. Paróquia da Matriz
56. Paróquia da Piedade
57. Paróquia da Ribeirinha
58. Paróquia de S.ta Bárbara
59. Paróquia de S.ta Cruz
60. Paróquia de S. João
61. Parõquia da Silveira

Apêndice XV – Entidades do Concelho da Madalena (Ilha do Pico)

1. Santa Casa da Misericórdia da Madalena do Pico (1955)

2. Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Madalena – 21.07.1980

3. Centro Social da Terra do Pão
4. Salão Recreativo dos Toledos

5. Casa do Povo das Bandeiras
6. Casa do Povo de Candelária
7. Casa do Povo da Criação Velha
8. Casa do Povo de S. Caetano
9. Casa do Povo de S. Mateus
10. Casa do Povo da Madalena

11. Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico, CRL
12. Flor do Incenso – Cooperativa Apícola da Ilha do Pico, CRL
13. Cooperativa de Radiodifusão do Pico, CRL

14. Associação Comercial e Industrial da Ilha do Pico – Madalena

15. Associação de Guias de Montanha dos Açores (22.03.10)

16. Associação de Clubes Automobilísticos dos Açores (10.10.14)
17. Associação Ilha Negra Amigos dos Cães Abandonados
18. Associação Pico Dogs
19. Associação Santuário Animal do Pico – S. Mateus

20. Comissão Vitivinícola Regional dos Açores

21. Associação de Jovens Nova Criação – Criação Velha
22. Associação Juventude Católica Boa Nova
23. Associação de Jovens Nova Criação
24. Associação Social, Cultural e Recreativa Monte sem Fronteiras
25. Associação Miratecarts (2012) (UP2018) - Candelária
26. Núcleo da Ilha do Pico da Liga dos Combatentes
27. Associação de Armadores de Pesca Artesanal do Pico (2004)
28. Associação de Apanhadores do Pico
29. Associação de Caçadores da Ilha do Pico – Criação Velha
30. Cáritas da Ilha do Pico – S. Mateus
31. ADLIP – Escola Profissional do Pico (1998) (UP) – Madalena
32. Círculo de Amigos da Ilha do Pico (UP1998)

33. Obra Social Madre Maria Clara – Candelária

34. Academia de Música da Ilha do Pico
35. Agrupamento Musical "Ronda das Nove"
36. Grupo Folclórico da Casa do Povo de Bandeiras
37. Grupo Folclórico da Casa do Povo da Madalena
38. Grupo Folclórico da Casa do Povo da Criação Velha
39. Grupo Folclórico da Casa do Povo da Candelária
40. Grupo Folclórico e Etnográfico "Ilha Morena" da Casa do Povo de São Mateus
41. Grupo Folclórico da Casa do Povo de São Caetano
42. Grupo de Teatro "Gota de Mel"
43. Sociedade Filarmónica Lira Madalense (1897) (UP1991) – Madalena
44. Sociedade Filarmónica União e Progresso Madalense (1917) – Madalena
45. Sociedade Filarmónica Lira de São Mateus (1982) (UP) – S. Mateus

46. Candelária Sport Clube (1990) (UP) – Candelária
47. Clube Boavista de S. Mateus (1982) (UP) – S. Mateus
48. Futebol Clube Madalena (UP2000)
49. Grupo Desportivo da Casa do Povo da Madalena
50. Grupo Desportivo do Salão Recreativo dos Toledos (2001) (UP2018)
51. Associação dos Perdidos pelo Pico
52. Clube Naval da Madalena (UP1998)
53. Clube Naval de São Mateus
54. Clube Desportivo Tiro do Triângulo
55. UPA – Núcleo Aikido do Pico
56. Associação de Atletismo do Pico
57. Associação de Patinagem do Pico (1986) (UP1998)
58. Associação de Ténis de Mesa da Ilha do Pico (UP2001)
59. Pico Automóvel Clube

60. Paróquia das Bandeiras
61. Paróquia da Candelária
62. Paróquia da Criação Velha
63. Paróquia da Matriz
64. Paróquia de S. Caetano
65. Paróquia de S. Mateus

66. Império do Divino Espírito Santo de São Caetano (2007).
67. Império do Divino Espírito Santo das Bandeiras
68. Império do Divino Espírito Santo de Cabo Branco
69. Império do Divino Espírito Santo da Candelária
70. Império do Divino Espírito Santo da Criação Velha
71. Império do Divino Espírito Santo de São Mateus do Pico
72. Império do Divino Espírito Santo de Santa Bárbara
73. Império do Divino Espírito Santo da Lombega

74. Império do Divino Espírito Santo do São Mateus
75. Império do Divino Espírito Santo de São Miguel Arcanjo
76. Império do Divino Espírito Santo das Sete Cidades
77. Império do Divino Espírito do Valverde
78. Império do Divino Espírito Santo da Ginjeira - S. Mateus
79. Império do Divino Espírito Santo da Madalena
80. Império do Divino Espírito Santo das Pontas Negras
81. Império do Divino Espírito da Terra do Pão

Apêndice XVI – Entidades do Concelho de S. Roque (Ilha do Pico)

1. Santa Casa da Misericórdia de S. Roque (1954)

2. Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de S. Roque do Pico – 31.07.1978 (UP1986)

3. Casa do Povo da Prainha
4. Casa do Povo de Santa Luzia
5. Casa do Povo de Santo Amaro
6. Casa do Povo de Santo António

7. Cooperativa Agrícola Nortilha, CRL
8. VERDATLÂNTICO, Produção e Comercialização de Carne Bovina, CRL
9. Rádio Cais, CRL (1995) (UP) – S. Roque do Pico

10. Associação de Agricultores da Ilha do Pico
11. Associação Juvenil e Desportiva S. Roque do Pico
12. Centro Social Paroquial de S. Roque
13. Centro Social Paroquial Santamarense

14. Filarmónica União Artista de S. Roque do Pico (1880) (UP2001) – S. Roque
15. Filarmónica Liberdade do Cais do Pico (1910) – S. Roque
16. Sociedade Filarmónica Recreio Santamarense (1946) (UP2009) – S. Amaro
17. Sociedade Filarmónica Recreio União Praínhense (1934) (UP2002) – P. do Norte
18. Associação Cultural de S. Roque do Pico (2000) (UP2009) – S. Roque
19. Associação Cultural Miragem Anónima – S. Luzia (2021) – NIF 516630210

20. Associação de Kickboxing/Muay Thay dos Açores
21. Prainha Futebol Clube (1988) (UP) – Prainha
22. Vitória Futebol Clube (1951) (UP) – S. Roque
23. Clube Desportivo Escolar de S. Roque do Pico
24. Clube Naval de S. Roque (UP1999)
25. Clube Desportivo de Tiro, Caça e Pesca do Pico

26. Império do Divino Espírito Santo de São Roque
27. Império do Divino Espírito Santo de Santo António
28. Império do Divino Espírito Santo de Santo Amaro
29. Império do Divino Espírito Santo de Santa Luzia
30. Império do Divino Espírito Santo de Santana
31. Império do Divino Espírito Santo da Prainha de Baixo

32. Paróquia da Matriz

33. Paróquia da Prainha
34. Paróquia de S.ta Luzia
35. Paróquia de S. Amaro
36. Paróquia de S. António

Apêndice XVII – Entidades do Concelho da Horta (Ilha do Faial)

1. Associação de Agricultores da Ilha do Faial
2. Associação Amigos do Farol Dos Capelinhos
3. Associação Asas do Mar – Instituto de Ornitologia Marinha dos Açores – Angústias
4. Associação Brigada Animal de Rua do Faial
5. Associação Cultural Azores High (01.2020) NIF 515811041 – Feteira
6. Associação Cultural e Desportiva – CCD-ALRAA
7. Associação Cultural Fazendo
8. Associação Cultural Teatro de Giz (2002) (UP) – Matriz
9. Associação de Defesa do Ambiente Azorica
10. Associação para o Desenvolvimento e Formação do Mar dos Açores – ADFMA – Angústias (03.04.19)
11. Associação para o Desenvolvimento Local de Ilhas dos Açores Adeliaçor - (1994) (UP) – Angústias
12. Associação dos Ex-Combatentes da Ilha do Faial (2004) (UP) – Angústias
13. Associação Faialense dos Amigos dos Animais (AFAMA) (1999) (UP) – Angústias
14. Associação Geoparque dos Açores – Geoaçores (19.05.2010)
15. Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Faial (15.03.1912)
16. Associação Jardim do Mar – P. do Almoxarife (22.07.22) (Educação)
17. Associação dos Jovens Agricultores da Ilha do Faial
18. Associação de Jovens da Ilha do Faial – AJIFA
19. Associação de Juventude Pedro Miguel (2007)
20. Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial
21. Associação de Produtores e Consumidores de Agricultura Biológica – Trybio
22. Associação de Produtores de Atum e Similares dos Açores
23. Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores - APEDA (2002) – Angústias
24. Associação Regional de Pesca Lúdica dos Açores – Conceição
25. Associação Regional para a Promoção do Turismo Acessível nos Açores – ACCESS Azores (2013) (UP2019) – Angústias
26. Associação de Turismo Sustentável do Faial
27. Associação de Voluntários do Hospital da Horta

28. Câmara de Comércio e Indústria da Horta
29. Cáritas da Ilha do Faial
30. Casa de Infância de Santo António
31. Casa do Povo da Feteira
32. Casa do Povo dos Flamengos
33. Casa do Povo do Capelo
34. Casa do Povo de Castelo Branco
35. Casa do Povo dos Cedros
36. Casa do Povo de Pedro Miguel
37. Casa do Povo da Praia do Almoxarife

38. Casa do Povo da Praia do Norte
39. Casa do Povo de Ribeirinha
40. Casa do Povo do Salão

41. Centro Comunitário do Divino Espírito Santo – Flamengos
42. Centro de Cultura e Desporto da Segurança Social da Horta
43. Centro de Ocupação dos Tempos Livres do Capelo "O Vulcãozinho"
44. Centro Paroquial Padre José Correia da Rosa
45. Centro Social da Paróquia das Angústias
46. Cineclube da Horta (2003) (UP)
47. Clube de Filatelia O Ilhéu (ESMA)
48. Clube de Teatro "Sortes à Ventura" da ESMA
49. Coral de Santa Catarina

50. Cooperativa Agrícola da Ilha do Faial, CRL
51. Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial – CALF- Cedros – (1943) (UP1996)
52. Cooperativa Antena Nove, CRL
53. Cooperativa de Jovens Agricultores do Faial, COJAGRIFA, CRL
54. Cooperativa I.A.I.C – Informação, Animação e Intercâmbio Cultural, CRL (jornal Tribuna das Ilhas) (2001) (UP2020) – Matriz

55. Escola de Artesanato Conselheiro Terra Pinheiro – Centro de Artesanato
56. Escola Profissional da Horta – EPH- (SCMH) (1999) (UP) – Matriz

57. Federação de Bandas Filarmónicas dos Açores – FBFA
58. Federação dos Bombeiros dos Açores

59. Fundação Mater Dei
60. Fundação Rebikoff-Niggeler (1994) (UP2000) – P. Almoxarife

61. Grémio Literário Artista Faialense (1878) (UP1996) – Matriz
62. Grupo de Cantares ILHA AZUL
63. Grupo de Cantares SONS DO VALE
64. Grupo de Chamarrita Amigos das Angústias
65. Grupo Coral da Horta
66. Grupo Cultural e Recreativo Farrobim Jovem – Feteira
67. Grupo Etnográfico de Castelo Branco
68. Grupo de Etnografia e Folclore A.J.A. Baile
69. Grupo Folclórico do Salão (UP1998)
70. Grupo Folclórico e Etnográfico de Pedro Miguel (1977) (UP) – Pedro Miguel
71. Grupo de Música Popular MARGENS
72. Grupo de Teatro da UniSénior

73. Império do Divino Espírito da Conceição (Horta)
74. Império do Divino Espírito de Santo António (Horta)
75. Império do Divino Espírito Santo dos Nobres (Horta)
76. Império do Divino Espírito Santo da Infância
77. Império do Divino Espírito dos Operários Pasteleiros (Horta)
78. Império do Divino Espírito da Rua de Santana (Horta)
79. Império do Divino Espírito Santo do Salão
80. Império do Divino Espírito Santo da Ataleia
81. Império do Divino Espírito Santo da Santíssima Trindade do Capelo
82. Império do Divino Espírito Santo do Cascalho (Cedros)
83. Império do Espírito Santo da Coroa Nova (Castelo Branco)
84. Império do Espírito Santo da Coroa Velha (Castelo Branco)
85. Império do Espírito Santo da Praça (Cedros)
86. Império do Divino Espírito Santo da Rua da Cima (Cedros)
87. Império do Divino Espírito Santo do Canto do Chão Frio
88. Império do Divino Espírito Santo do Farrobim
89. Império do Divino Espírito Santo da Caridade da Feteira
90. Império do Espírito Santo da Ponte (Flamengos)
91. Império do Divino Espírito Santo da Lomba (Flamengos)
92. Império do Divino Espírito Santo da Cruz (Flamengos)
93. Império do Divino Espírito Santo do Cantinho (Flamengos)
94. Império do Divino Espírito Santo da Praça (Flamengos)
95. Império do Divino Espírito Santo Infantil do Farrobo (Flamengos)
96. Império do Divino Espírito do Cimo da Granja
97. Império do Divino Espírito das Grotas
98. Império do Divino Espírito Santo da Lombega (Castelo Branco)
99. Império do Divino Espírito do Norte Pequeno
100. Império do Divino Espírito da ou Casa do Espírito Santo de Pedro Miguel
101. Império do Divino Espírito da Portela
102. Império do Divino Espírito Santo da Praia do Norte (Praia do Norte)
103. Império do Divino Espírito Santo da Trindade (Praia do Almoxarife)
104. Império do Divino Espírito da Ramada
105. Império do Divino Espírito Santo da Ribeirinha (Ribeirinha Horta)
106. Império do Divino Espírito da Santíssima Trindade (Ribeirinha)
107. Império do Divino Espírito Santo da Ribeirinha
108. Império do Divino Espírito Santo do Salão
109. Império do Espírito de São Pedro
110. Império do Divino Espírito Santo de Santo Amaro (Conceição)

111. Instituto do Mar – IMAR (1991) (UP2001)- Angústias

112. Lar das Criancinhas da Horta

113. Núcleo Cultural da Horta (1954) (UP) – Angústias

114. Observatório do Mar dos Açores (OMA) (2002) (UP2010) – Angústias

115. Orquestra de Música Ligeira da Câmara Municipal da Horta

116. Paróquia de Angústias
117. Paróquia de Capelo
118. Paróquia de Castelo Branco
119. Paróquia de Cedros
120. Paróquia de Conceição
121. Paróquia de Feteira
122. Paróquia de Flamengos
123. Paróquia da Matriz
124. Paróquia de Pedro Miguel
125. Paróquia da Praia de Almoxarife
126. Paróquia da Praia do Norte
127. Paróquia da Ribeirinha
128. Paróquia do Salão

129. Rotary Club da Horta, distrito 1960, clube n.º 11979

130. Santa Casa da Misericórdia da Horta (1520)

131. Sociedade Amor da Pátria (1859) (UP2001) - Matriz
132. Sociedade Filarmónica Euterpe de Castelo Branco (1912) – Castelo Branco
133. Sociedade Filarmónica União Faialense (1897) (UP1996) – Angústias
134. Sociedade Filarmónica Nova Artista Flamenguense (1881) (UP1997) – Flamengos
135. Sociedade Filarmónica Unânime Praiense (1881) (UP2000) – Praia do Almoxarife
136. Sociedade Filarmónica Artista Faialense (1858) – Conceição
137. Sociedade Filarmónica Lira e Progresso Feteirense (1921) – Feteira
138. Sociedade Filarmónica Lira Campesina Cedrense (1981) – Cedros
139. Sociedade Filarmónica Recreio Musical Ribeirinhense (1924) – Ribeirinha

140. Tuna e Grupo Folclórico Juvenil dos Flamengos

141. União dos Sindicatos da Horta

142. Angústias Atlético Clube
143. Associação de Andebol da Ilha do Faial

144. Associação de Basquetebol das Ilhas do Faial e Pico (2000) (UP) – Conceição
145. Associação de Ciclismo do Triângulo Açores
146. Associação Desportiva e Cultural Bombeiros da Horta
147. Associação Desportiva e Cultural Pedro Miguel Dinâmica
148. Associação Desportiva e Cultural Ribeirinha Ativa
149. Associação de Desportos da Ilha do Faial
150. Associação de Futebol da Horta (1930) (UP1987)
151. Associação Hípica Faialense
152. Associação IP Man Wing Chun Portugal
153. Associação Regional de Vela dos Açores (/1991) (UP1997) - Angústias
154. Associação Regional de Tiro dos Açores
155. Castelo Branco Sport Clube (UP2002)
156. Clube Amigos das Motas
157. Clube Automóvel do Faial
158. Clube Desportivo de Caça e Golfe do Faial (UP1993) – Matriz
159. Clube Desportivo Escolar da Horta
160. Clube de Esgrima do Faial
161. Clube de Golfe do Faial
162. Clube Independente de Atletismo Ilha Azul (CIAIA) (1990) (UP2018) – Angústias
163. Clube Karaté D. da Horta
164. Clube Karaté Shotokan "O Morro"
165. Clube Naval da Horta (UP1989) – Angustias
166. Clube de Pesca Ilha Azul
167. Clube de Ténis do Faial
168. Fayal Sport Club
169. Futebol Clube Flamengos
170. Grupo Desportivo Cedrense
171. Grupo Desportivo da Feteira (1990) (UP) – Feteira
172. Grupo Desportivo do Salão
173. Moto Clube Ilha Azul (18.11.92)
174. Sporting Clube da Horta
175. União das Associação de Andebol dos Açores
176. União Vulcânico Futebol Clube - Capelo

Apêndice XVIII- Entidades do Concelho de Lajes das Flores (Ilha das Flores)

1. Cooperativa União Agrícola Florentina, CRL[7]

2. Associação Agrícola da Ilha das Flores

3. Associação Amigos da Lomba
4. Associação Cultural Lajense (UP1998)
5. Associação Motards 100Stress
6. Associação Reinventar Ilhas
7. Cáritas da Ilha das Flores - Lajes das Flores
8. Casa do Espírito Santo (Lajedo)
9. Casa do Divino Espírito Santo (Lomba)

10. Casa do Povo das Lajes das Flores (IPSS)

11. Clube Naval das Lajes das Flores (UP1999)

12. Fil. União Operária e Cultural de Nª Sr.ª dos Remédios (1953) – Fajãzinha

13. Grupo Desportivo Fazendense

14. Império Casas do Espírito Santo (Cuada)
15. Império do Divino Espírito Santo do Rossio (Fajãzinha)

16. Lions Clube das Flores – Pérola do Ocidente

17. Paróquia Fajã Grande
18. Paróquia da Fazenda
19. Paróquia da Fajãzinha
20. Paróquia do Lajedo
21. Paróquia da Lomba
22. Paróquia da Matriz
23. Paróquia do Mosteiro

24. Santa Casa da Misericórdia das Lajes das Flores (1896)

[7] Sem atividade desde 01 de julho de 2022. https://correiodosacores.pt/NewsDetail/ArtMID/383/ArticleID/39802/Agricultores-das-Flores-deixam-de-produzir-leite-e-re250nem-hoje-com-Ant243nio-Ventura-para-discutir-apoios-para-a-reconvers227o-das-explora231245es

Apêndice XIX – Entidades do Concelho de S.ta Cruz das Flores (Ilha das Flores)

1. Associação Cultural Choki Açores (08.06.16)

2. Associação H. dos Bombeiros Vol. de S.ta Cruz das Flores – 25.01.1951

3. Associação de Desporto das Flores

4. Associação dos Pescadores Florentinos
5. Associação de Radioamadores das Flores

6. Associação de Voleibol da Ilha das Flores
7. Boavista Sport Clube (1966) (UP1988) – S.ta Cruz

8. Casa do Espírito Santo (Ponta Delgada)
9. Casa do Espírito Santo (Santa Cruz)

10. Casa do Povo de Ponta Delgada (IPSS)
11. Casa do Povo de S.ta Cruz

12. Centro de Bem Estar Social da Paróquia de S.ta Cruz das Flores (FCP)

13. Clube Desportivo Escolar das Flores – Stª Cruz
14. Clube Naval de S.ta Cruz das Flores
15. Clube de Tiro da Ilha das Flores – Lomba

16. Cooperativa Ocidental, CRL

17. Futebol Clube Ponta Delgada – P. Delgada
18. Grupo Desportivo "Os Minhocas" – S.ta Cruz

19. Grupo de Teatro “A Jangada”
20. Sociedade Filarmónica Dr. Armas da Silveira (1915) – S.ta Cruz

21. Paróquia da Caveira
22. Paróquia dos Cedros
23. Paróquia da Matriz
24. Paróquia de Ponta Delgada

25. Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz (1876)

Apêndice XX – Entidades do Concelho do Corvo

1. Lacticorvo – Lacticínios do Corvo, CIPRL[8]
2. Associação Agrícola da Ilha do Corvo
3. Associação de Defesa do Património do Corvo – Corvo Vivo
4. Associação H. dos Bombeiros Vol. da Ilha do Corvo – 29.09.1987 (UP1989)
5. Associação de Juventude do Corvo – AJCVU
6. Associação dos Pescadores da Ilha do Corvo
7. Clube Desportivo Escolar do Corvo
8. Cooperativa Agrícola do Corvo, CRL
9. Irmandade do Divino Espírito Santo do Corvo (1871) (UP)
10. Paróquia de Vila do Corvo
11. Santa Casa da Misericórdia do Corvo (1965)
12. Sociedade Filarmónica Lira Corvense (1938)

[8] A Lacticorvo consta da lista oficial, no entanto está inativa desde meados de 2020.

https://www.rtp.pt/acores/economia/lacticorvo-recebe-20-mil-euros-apesar-de-estar-fechada-ha-6-meses-som_67731

Anexo I – Pedido de informação ao INE

Resposta do INE ao pedido de dados

Envio de Resposta

Data: 07-02-2022
N/ Refª: ***PED-545322156***

Caro/a Utilizador/a,
Paulo José Lourenço Paim Barcelos

Agradecemos o seu pedido n.º PED-545322156.

No seguimento do pedido efetuado informamos que tudo o que dispomos sobre a conta de Economia Social poderá ser obtido no Portal do INE (www.ine.pt) em **Produtos**> **Dossiês Temáticos**> **Contas Nacionais**> Contas Nacionais - SEC2010, base 2011> **E - Contas Satélite**> E.8 Conta Satélite da Economia Social.

Colocamo-nos ao V. dispor para eventuais esclarecimentos.
Com os nossos cumprimentos,

Apoio ao Utilizador
INE - Instituto Nacional de Estatística, IP
Nº 218 440 695
9:00 às 17:00 - dias úteis
Pedidos de Informação
Visite o INE em www.ine.pt
No rodapé selecione **"Pedidos de Informação"** ou siga este link

---

Siga-nos

INEWS - a Newsletter do INE - Leia-nos - Acompanhe o que fazemos.
NOVO: Dashboard COVID 19

A informação estatística disponibilizada pelo INE pode ser usada de acordo com a Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0) da Creative Commons Atribution 4.0, devendo contudo ser claramente identificada a fonte da informação.

Consultar
Link: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_ped_informacao_list

---

Anexo II – Pedido de informação ao SREA

Exmo. Sr. Paulo Barcelos,

Atendendo ao seu pedido, e que mereceu a nossa melhor atenção, encarrega-me o Sr. Diretor do SREA de informar que não temos os dados que necessita para o seu objeto de estudo.

Alguma dúvida, disponha.

Com os melhores cumprimentos,

Ana Rita Furtado
Secretária da Direção
Serviço Regional de Estatística dos Açores
Secretariado
http://estatistica.azores.gov.pt
Telef.: 00351 295 20 40 21
VOIP: 230 702

De: Paulo José Lourenço Paim Barcelos <2202002@iscap.ipp.pt>
Enviada: 11 de maio de 2022 10:25
Para: Ana Furtado <ana.furtado@ine.pt>
Assunto: Informação para fins de investigação de mestrado

EMAIL EXTERNO À ORGANIZAÇÃO
A abertura de mensagens de origem e/ou conteúdo duvidoso poderá comprometer a sua privacidade e a segurança dos dados a que acede. Não aceda a ligações (links), nem abra anexos de remetentes desconhecidos. Nunca forneça dados pessoais associados à sua conta.

Ex.mo Senhor
Diretor do Serviço Regional de Estatística dos Açores
Eng.º Vasco Ricardo Martins da Silva

a\c D. Ana Rita Furtado

Sou estudante do Mestrado em Gestão e Regime Jurídico-Empresarial da Economia Social, do ISCAP-IPP, e encontro-me a desenvolver a dissertação de mestrado intitulada: O "arquipélago" da Economia Social nos Açores, sob orientação da Professora Dr.ª Ana Luísa Martinho.

O estudo tem como objetivo geral a caracterização do setor da economia social nos Açores, atendendo, entre outros fatores, à sua realidade arquipelágica.

Assim, torna-se imprescindível sobre as diferentes "famílias" da setor (Cooperativas; Associação Mutualista; Misericórdias; Fundações, Associações com fins altruísticos e subsetores comunitário e autogestionário) recolher dados, o mais desagregados possível, por ilha, sobre o número de organizações, emprego gerado, remunerações pagas, contributo para criação de riqueza (VAB) regional e sobre a participação do voluntariado.

Na qualidade de proponente deste estudo, venho manifestar a minha total disponibilidade para o esclarecimento de qualquer dúvida pessoalmente, através do seguinte e-mail: 2202002@iscap.ipp.pt ou do telefone: 914 031 486.

Com os melhores cumprimentos,

Paulo Barcelos

Anexo III – Pedido de informação à SRADR

Exmo Senhor

Encarrega-me a Sra Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural de informar que atendendo a que o pedido de informação contém dados sensíveis e que a informação que recolhemos aquando das candidaturas não se destinam a ser disponibilizadas a terceiros, parece-me que não o devemos fazer sem a autorização expressa das entidades.

Assim, sugere-se que o Sr. Paulo Barcelos contacte as entidades individualmente.

Com os melhores cumprimentos,

Margarida Rego
Coordenadora Técnica
Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

Edifício do Relógio
Colónia Alemã
Rua Cônsul Dabney
9900-014 Horta
Telf.: +351 292 208 800

Email:margarida.ma.rego@azores.gov.pt

Anexo IV – Pedido de Informação à DRCI

Ex.mo Dr. Pedro Santos,

Agradeço, desde já, a informação remetida. Seria, no entanto, de grande valia para o estudo em causa a obtenção de dados desagregados relacionados com o número de empregos que o setor cooperativo gerou e/ou manteve nos últimos quatro anos, bem como o volume de negócios, subsídios atribuídos e, se possível, o número de cooperadores.

Com os melhores cumprimentos,

Paulo Barcelos

Enviado do Correio para Windows

De: Pedro MMNM. Santos <Pedro.MM.Santos@azores.gov.pt>
Enviado: Monday, February 7, 2022 2:26:17 PM
Para: Paulo José Lourenço Paim Barcelos <2202002@iscap.ipp.pt>
Cc: Daniel M. Mestre <Daniel.M.Mestre@azores.gov.pt>; José AT. Costa <Jose.AT.Costa@azores.gov.pt>
Assunto: FW: Informação para fins de investigação de mestrado

> Não costuma receber e-mails de pedro.mm.santos@azores.gov.pt. Saiba por que motivo isto é importante

Boa tarde

Encarrega-me o Sr. Diretor Regional de enviar a listagem das Cooperativas registadas no SISCOOP.

Com os melhores cumprimentos

Pedro Santos
Chefe de Divisão

Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego
Direção Regional do Comércio e Indústria | Divisão do Comércio
Tel: (+351) 296 309 100 || **E**mail **G**eral: drci@azores.gov.pt | **E**mail: pedro.mm.santos@azores.gov.pt | **V**OIP GRA**:** 57 06 58
Rua de São João, 55 - 9500-107 Ponta Delgada | São Miguel – Açores
https://portal.azores.gov.pt/web/drci

Anexo V – Listagem da DRCI das Cooperativas nos Açores

Nome	Ilha	Concelho
LACTAÇORES - UNIÃO DAS COOPERATIVAS DE LATICÍNIOS DOS AÇORES, UCRL	Ilha de São Miguel	Ponta Delgada
COOPERATIVA DOS ARMADORES TERCEIRENSES - CAT-COOP, CRL	Ilha Terceira	Angra do Heroísmo
COOPERATIVA DE CONSUMO DO PICO DA PEDRA	Ilha de São Miguel	Ribeira Grande
UNICOL - COOPERATIVA AGRÍCOLA, CRL	Ilha Terceira	Angra do Heroísmo
CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DOS AÇORES, CRL	Ilha de São Miguel	Ponta Delgada
COOPERATIVA AGRÍCOLA DE LACTICÍNIOS DO FAIAL, CRL	Ilha do Faial	Horta
COOPERATIVA AGRÍCOLA NORTILHA, CRL	Ilha do Pico	São Roque do Pico
UNILEITE - UNIÃO DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS DE LACTICÍNIOS DA ILHA DE SÃO MIGUEL, UCRL	Ilha de São Miguel	Ponta Delgada
COOPERATIVA AGRÍCOLA DE LACTICÍNIOS DOS LOURAIS, CRL	Ilha de São Jorge	Calheta
COOPERATIVA VITIVINÍCOLA DA ILHA DO PICO, CRL	Ilha do Pico	Madalena
COOPERATIVA AGRICOLA DE LACTICINIOS DO NORTE PEQUENO, CRL	Ilha de São Jorge	Calheta
COOPERATIVA AGRÍCOLA UNIÃO POPULAR DO PICO, CRL	Ilha do Pico	Lajes do Pico
Cooperativa Agrícola dos Mosteiros, Crl	Ilha de São Miguel	Ponta Delgada
Cooperativa Agrícola da Ajuda da Bretanha CRL	Ilha de São Miguel	Ponta Delgada
COOPERATIVA DE LEITARIA DA BEIRA, CRL	Ilha de São Jorge	Velas
AGROCAPELENSE - COOPERATIVA AGRÍCOLA DE COMPRA VENDA DOS AGRICULTORES DA FREGUES8IA DE CAPELAS, CRL	Ilha de São Miguel	Ponta Delgada
COOPERATIVA AGRÍCOLA DE SERVIÇOS UNIÃO SEBASTIANENSE, CRL	Ilha Terceira	Angra do Heroísmo
COOPDELGA - COOPERATIVA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE PONTA DELGADA, CRL	Ilha de São Miguel	Ponta Delgada
COOPERATIVA AGRÍCOLA DO BOM PASTOR, CRL	Ilha de São Miguel	Ponta Delgada
ADEGA E COOPERATIVA AGRÍCOLA DA ILHA GRACIOSA, CRL	Ilha Graciosa	Santa Cruz da Graciosa
Cooperativa de Consumo Feteirense, CRL	Ilha Terceira	Angra do Heroísmo
COOPERATIVA AGRÍCOLA DE SANTO ANTÃO, CRL	Ilha de São Miguel	Vila Franca do Campo
COOPERATIVA AGRÍCOLA DO PILAR, CRL	Ilha de São Miguel	Ponta Delgada
COOPERATIVA ECOS DO NORTE, CRL	Ilha de São Miguel	Ribeira Grande
Antena Nove, CRL	Ilha do Faial	Horta
COOPERATIVA DE RADIODIFUSÃO DO PICO, CRL	Ilha do Pico	Madalena
UNIÃO DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS DE LACTICÍNIOS DE SÃO JORGE, UCRL	Ilha de São Jorge	Velas
MEGASIL - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO ALIMENTAR, CRL	Ilha de São Miguel	Lagoa
COOPERATIVA DE PANIFICAÇÃO ALEGRIA E PAZ, CRL	Ilha de São Miguel	Nordeste
COOPERATIVA AGRÍCOLA DA ILHA DO FAIAL, CRL	Ilha do Faial	Horta
COOPERATIVA AGRÍCOLA DO LESTE DA ILHA DE SÃO MIGUEL, CRL	Ilha de São Miguel	Povoação
COOPERATIVA AGRÍCOLA DE SANTA LUZIA, CRL	Ilha de São Miguel	Ponta Delgada
LACTO-PICO, LACTICÍNIOS DA ILHA DO PICO, CRL	Ilha do Pico	Lajes do Pico
MÃOS DE FADA - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO ALIMENTAR DA SALGA, CRL	Ilha de São Miguel	Nordeste
COOPERATIVA AGRÍCOLA DO CORVO, CRL	Ilha do Corvo	Corvo
COOPERATIVA UNIÃO AGRÍCOLA, CRL	Ilha de São Miguel	Ribeira Grande
COOPERATIVA UNIÃO AGRÍCOLA FLORENTINA, CRL	Ilha das Flores	Lajes das Flores
FRUTERCOOP - COOPERATIVA DE HORTOFRUTICULTORES DA ILHA TERCEIRA, CRL	Ilha Terceira	Angra do Heroísmo
COOPERATIVA AGRÍCOLA DA ILHA TERCEIRA, CRL	Ilha Terceira	Angra do Heroísmo
COOPERATIVA DE CONSUMO AMIGOS SANTA BARBARA CRL	Ilha Terceira	Angra do Heroísmo
COOPERATIVA AGRO GINETES, CRL	Ilha de São Miguel	Ponta Delgada
COOPERATIVA DE CONSUMO ALTARENSE, CRL	Ilha Terceira	Angra do Heroísmo
COOPERATIVA DE CONSUMO OS AMIGOS DAS CINCO RIBEIRAS, CRL	Ilha Terceira	Angra do Heroísmo
COOPERATIVA AGRÍCOLA AÇORENA DE HORTO-FRUTICULTORES - FRUTAÇOR, CRL	Ilha de São Miguel	Vila Franca do Campo
COOPERATIVA JUVENTUDE AGRÍCOLA, CRL	Ilha de São Miguel	Ponta Delgada
RÁDIO CAIS, CRL	Ilha do Pico	São Roque do Pico
COOPERATIVA DE ENSINO "A COLMEIA", CRL	Ilha de São Miguel	Ponta Delgada
KAIRÓS - COOPERATIVA DE INCUBAÇÃO DE INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, CRL	Ilha de São Miguel	Ponta Delgada
COJAGRIFA - COOPERATIVA DE JOVENS AGRICULTORES DO FAIAL, CRL	Ilha do Faial	Horta
COOPERATIVA GRAÇAGRÍCOLA, CRL	Ilha Graciosa	Santa Cruz da Graciosa
LACTICORVO - LACTICÍNIOS DO CORVO, C.I.P.R.L.	Ilha do Corvo	Corvo
COOPERATIVA DE ARTESANATO E SOLIDARIEDADE SOCIAL SENHORA DA PAZ, CRL	Ilha de São Miguel	Vila Franca do Campo
CRESAÇOR - COOPERATIVA REGIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, CRL	Ilha de São Miguel	Ponta Delgada
Cooperativa de Economia Solidária dos Pescadores da Ribeira Quente, CRL	Ilha de São Miguel	Povoação
COOPERATIVA CELEIRO DA TERRA, CRL	Ilha de São Miguel	Povoação
PRAIA CULTURAL, CIPRL	Ilha Terceira	Praia da Vitória
BIO AZÓRICA, PRODUTOS DE AGRICULTURA BIOLÓGICA, CRL	Ilha Terceira	Angra do Heroísmo
AGROMARIENSECOOP - COOPERATIVA PRODUTORES AGRO-PECUÁRIOS ILHA SANTA MARIA, CRL	Ilha de Santa Maria	Vila do Porto
COOPERATIVA DE ARTESANATO DO RAMO GRANDE DO CABO DA PRAIA, CRL	Ilha Terceira	Praia da Vitória
VERDATLÂNTICO - PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE CARNE BOVINA, CRL	Ilha do Pico	São Roque do Pico
FINISTERRA - COOPERATIVA DE LACTICÍNIOS DO TOPO, CRL	Ilha de São Jorge	Calheta
COOPERATIVA OCIDENTAL, CRL	Ilha das Flores	Santa Cruz das Flores
A PONTE NORTE - COOPERATIVA DE ENSINO E DESENVOLVIMENTO DA RIBEIRA GRANDE, CRL	Ilha de São Miguel	Ribeira Grande
COOPERATIVA LEITE MONTANHA, CRL	Ilha do Pico	Lajes do Pico
SANISIDRO COOP, CRL	Ilha de São Miguel	Ribeira Grande
CPA- COOPERATIVA DE PESCA AÇORIANA, OP, CRL	Ilha Terceira	Praia da Vitória
NOSSA VILA NOSSA CASA, CRL	Ilha de São Miguel	Ribeira Grande
AQUA - COOPERATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MAR, CRL	Ilha de São Miguel	Ribeira Grande
COOPERATIVA AGRÍCOLA DA COSTA NORTE, CRL	Ilha de São Miguel	Ribeira Grande
ADEGA COOPERATIVA DOS BISCOITOS, CRL	Ilha Terceira	Praia da Vitória
Cooperativa de Artesanato de Santa Maria CRL	Ilha de Santa Maria	Vila do Porto

Anexo VI – Pedido de Informação à DRCI - Insistência

Ex.mo Senhor

Diretor Regional do Empreendedorismo e Competitividade

Dr. Bruno Filipe de Freitas Belo

Em inícios de fevereiro último enderecei ao então Diretor Regional do Comércio e Indústria, Dr. Daniel Mestre, um pedido de informação na área das cooperativas para fins de investigação de mestrado em economia social.

A informação foi prontamente enviada e, entretanto, procedi ao cruzamento da mesma com outras fontes. Verifico desta forma algumas situações que, se possível, seriam de mútuo interesse esclarecer:

a) No ramo das pescas, para além das 2 referidas na vossa listagem, encontro:
    1. Cooperativa de Pesca Açoriana, com sede na Praia da Vitória.
    2. Cooperativa Piscatória Açoreana, com sede na ilha Graciosa

b) No ramo da cultural encontro as seguintes que não estão igualmente elencadas:
    1. Cooperativa Cultural Mala Açoriana, com sede em Ponta Delgada;
    2. Cooperativa Cultural Mal Amanhados, com sede na Ribeira Grande;
    3. Cooperativa de Difusão Cultural Jorgense (proprietária da Rádio Lumena)
    4. Cooperativa I.A.I.C. – Informação, Animação e Intercâmbio Cultural (proprietária do jornal “Tribuna das Ilhas”).

c) No ramo agrícola não encontro elencadas:
    1. Cooperativa de Apicultores e Sericultores de S. Miguel (CASERMEL)
    2. Cooperativa Apícola da Ilha do Pico – Flor do Incenso
    3. Cooperativa de Desenvolvimento Agrícola e Pecuário de S. Jorge – Agrojorge (não se encontra dissolvida por ter uma pendência bancária);
    4. (multi) Desafios da Montanha, crl – Lajes do Pico

Na qualidade de proponente do estudo em causa, venho manifestar a minha total disponibilidade para o esclarecimento de qualquer dúvida através do e-mail: 2202002@iscap.ipp.pt ou pelo telefone: 914 031 486.

Agradecendo a atenção e a colaboração possível, aceite cordiais cumprimentos,

Paulo Barcelos

Enviado do Correio para Windows

Anexo VII– Pedido de Informação à DRC

Bom dia,

Na sequência do contacto efetuado informo V. Exa de que não existem publicações relativas ao setor associativo, com indicação e/ou evolução temporal. Conforme solicitado e de acordo com o transmitido presencialmente, à Dra. Ana Beatriz Faustino remetemos, em anexo, cópia dos despachos de concessão de apoios relativos aos últimos 4 anos (RJAAC e SOREFIL).

Solicito confirmação da receção deste email e respetivos anexos.

Caso necessite de mais algum esclarecimento é favor contactar-nos.

Com os melhores cumprimentos,

Filipe Neves

Assistente Técnico

SECRETARIA REGIONAL DA CULTURA, DA CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL

DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Direção de Serviços Externos e Ação Cultural

Palacete Silveira e Paulo - Rua da Conceição

9700-054 Angra do Heroísmo - Terceira - Açores

☎ +351 295 403000 / 🖷 +351 295 403001

http://www.culturacores.azores.gov.pt

Anexo VIII – Pedido de Informação à DRJ

Encarrega-me o senhor Diretor Regional da Juventude de enviar alguns dos relatórios de atividades da Direção Regional da Juventude, onde poderá encontrar alguma informação sobre o associativismo nos Açores.

Sou, ainda, a enviar o Decreto Legislativo Regional n.º 18/2008/A , que estabelece o Regime de enquadramento das políticas de juventude na Região Autónoma dos Açores, bem como a Portaria nº 50/ 2011.

Sempre ao dispor

Cordialmente,

Graça ***Braga***
Diretora de Serviços da Juventude

Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego
Direção Regional da Juventude
Tel: (+351) 296 304 470 | **E**mail:Maria.GC.Braga@azores.gov.pt | **V**OIP GRA**:** 24 31 21
Rua de Lisboa, 50c - 9500-216 Ponta Delgada | São Miguel – Açores
https://portal.azores.gov.pt/web/drj

AVISO DE CONFIDENCIALIDADE: O conteúdo desta mensagem e de todos os ficheiros, caso existam, são confidenciais e destinados apenas à(s) pessoa(s) ou entidade(s) acima referida(s), podendo conter informação privilegiada. É estritamente interdito: a publicação, distribuição, impressão, uso ou cópia não autorizada da mensagem ou dos seus anexos. Se recebeu esta mensagem por engano, por favor avise-nos de imediato, por correio eletrónico, para o endereço acima e apague este e-mail do seu sistema. Obrigado pela sua colaboração.

Anexo IX – Pedido de Informação à DRD

Enviado do Correio para Windows

De: Luís CM. Couto

Enviado: 4 de fevereiro de 2022 11:52

Para: Paulo José Lourenço Paim Barcelos

Cc: João CT. Ávila

Assunto: RE: Informação para fins de investigação de mestrado

> Não costuma receber e-mails de luis.cm.couto@azores.gov.pt. Saiba por que motivo isto é importante

Exmo. Senhor Dr. Paulo Barcelos

Confirmo a boa receção da sua mensagem de 02.02.2022.

Providenciarei no sentido de lhe serem facultados alguns dos dados que refere sendo que, nem toda a informação que solicita está coligida por esta DR por não ser relevante para a nossa apreciação.

Tentaremos ser breves com o desejo que a matéria que lhe iremos enviar seja relevante.

Atentamente

Luis Couto
Diretor Regional

==========

Secretaria Regional da Saúde e Desporto

Direção Regional do Desporto

Rua da Sé, 158

9700-191 Angra do Heroísmo

Luis.CM.Couto@azores.gov.pt

☎: **+351 295 206 981** / 🖷: +351 295 206 999

Anexo IX – Pedido de Informação ao SRPCBA

Exmo Senhor Dr. Paulo Barcelos,

Relativamente a S/solicitação, encarrega-me o Senhor Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores de enviar uma tabela com os apoio atribuídos às Associação Humanitárias de Bombeiros Voluntários a Região Autónoma dos Açores, nos últimos quatro anos.

Com os melhores cumprimentos,

Ana Maria Antunes

Gabinete de Apoio à Presidência

SRPCBA

Vale de Linhares - São Bento

9701-854 Angra do Heroísmo

Telefone: (+351) 295 401 400

Fax: (+351) 295 401 451

Email: srpcba@azores.gov.pt

Anexo X – Pedido de Informação ao ISSA

Exmo. Senhor,

Na sequência do e-mail infra, remete-se a V. Exa. a informação solicitada.

Com os melhores cumprimentos,

Luísa Rodrigues

Secretariado

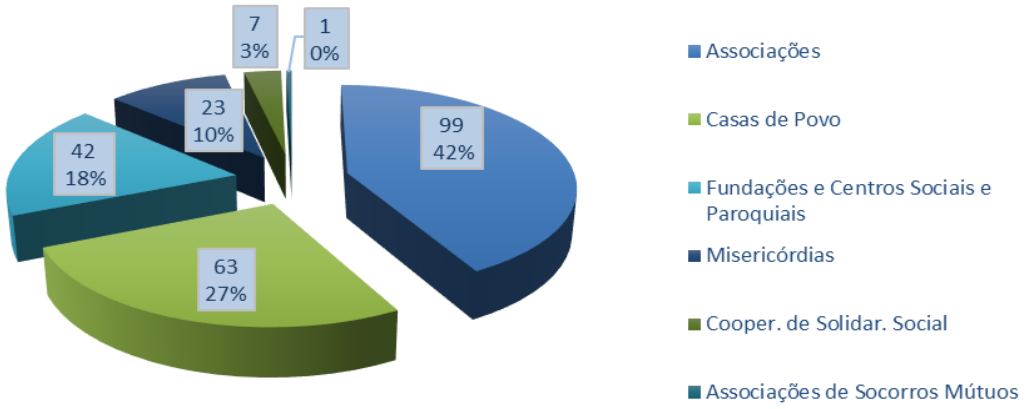
Instituto da Segurança Social dos Açores, IPRA

Rua Almirante Botelho de Sousa - Edifício da Segurança Social

9500-158 Ponta Delgada

3000 77 000 - Email: ISSA@seg-social.pt

Número de instituições particulares solidariedade social e instituições equiparadas, sem fins lucrativos, segundo a natureza jurídica[9] nos Açores (2020) – Fonte: ISSA



Associações: 99; Casas do Povo: 63; Fundações e C.S.P: 42; Misericórdias: 23; Coop. de solidariedade social: 7; associação de socorros mútuos: 1. Total: 235

[9] Inclui apenas IPSS´s e instituições equiparadas com contratos de cooperação - valor cliente celebrados com a Segurança Social.

Número de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS´s) e instituições equiparadas com Contratos de Cooperação - Valor Cliente, por ilha e concelho nos Açores - 2014– 2020

Ilha	Concelho	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Santa Maria	Vila do Porto	4	4	4	4	4	4	4
Total Ilha		**4**	**4**	**4**	**4**	**4**	**4**	**4**
São Miguel	Lagoa	9	9	8	8	8	8	8
	Nordeste	4	4	4	4	4	4	4
	Ponta Delgada	64	63	64	64	64	65	66
	Vila da Povoação	12	11	11	11	11	11	11
	Ribeira Grande	15	15	16	16	16	16	16
	Vila Franca do Campo	4	4	4	4	4	4	4
Total Ilha		**108**	**106**	**107**	**107**	**107**	**108**	**109**
Terceira	Angra do Heroísmo	44	42	42	44	44	44	45
	Praia Vitória	19	21	23	23	23	22	22
Total Ilha		**63**	**63**	**65**	**67**	**67**	**66**	**67**
São Jorge	Calheta de São Jorge	5	5	5	5	5	5	5
	Velas	4	4	4	4	4	4	4
Total Ilha		**9**	**9**	**9**	**9**	**9**	**9**	**9**
Graciosa	Santa Cruz da Graciosa	3	3	3	3	3	3	3
Total Ilha		**3**	**3**	**3**	**3**	**3**	**3**	**3**
Pico	Lajes do Pico	6	6	6	6	6	6	6
	Madalena	8	8	8	8	8	8	8
	São Roque do Pico	5	5	5	5	5	5	5
Total Ilha		**19**	**19**	**19**	**19**	**19**	**19**	**19**
Faial	Horta	18	17	16	17	17	17	17
Total Ilha		**18**	**17**	**16**	**17**	**17**	**17**	**17**
Flores	Lajes das Flores	3	3	3	3	3	3	3
	Santa Cruz das Flores	3	3	3	3	3	3	3
Total Ilha		**6**	**6**	**6**	**6**	**6**	**6**	**6**
Corvo	Vila do Corvo	1	1	1	1	1	1	1
Total Ilha		**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**
Açores		**231**	**228**	**230**	**233**	**233**	**233**	**235**